

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA
SOCIAL**

Dissertação de mestrado

Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe - RS



Autor: Gianpaolo Knoller Adomilli

Prof. Orientadora: Cornelia Eckert

Porto Alegre, dezembro de 2002.

Resumo:

Esta pesquisa consiste em uma leitura da vida social de pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, - RS, a partir da organização do trabalho na pesca, em um contexto de conflito com a política de Parques Nacionais, procurando apreender os significados deste conflito para esta comunidade de trabalho, assim como as representações que constituem sua identidade social.

Abstract:

Through the organization of production and inside a context of conflict between fisherman and the politics of National Park, this work is a lecture of the fisherman's social life in Lagoa do Peixe's National Park. Emphasizing the process of work is trying to catch the signification of this conflict for the work community and the representations that are part of their social identity.

Agradecimentos:

Aos pescadores da Lagoa do Peixe, por tudo que deram e ensinaram, desejando que, na medida do possível, este trabalho contribua para a compreensão de seu modo de vida e, de alguma forma, possa beneficiá-los.

À orientação de Cornelia Eckert, por todo o incentivo, pelas valiosas contribuições e pelo exemplo de profissional.

À minha mãe, Giuliana, por todo o apoio e carinho

À Carla, por todos os momentos significativos, vividos e compartilhados durante esses anos de mestrado

Ao Rafa, ao Índio, ao Flávio e a Rumi, pelas conversas enriquecedoras e, sobretudo, pela amizade e companheirismo

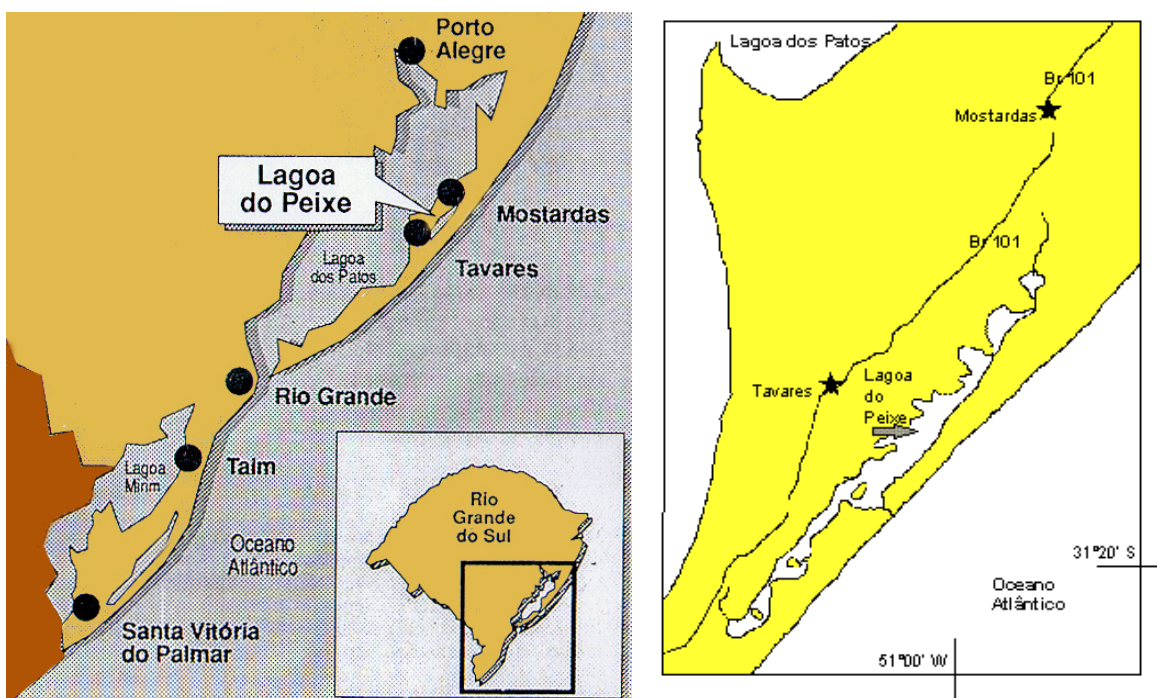
Sumário

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 - ETHOS DE PESCADORES, UM TEMA RECORRENTE NA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA.....	6
1.1 Revisitando estudos temáticos.....	6
1.2 A identidade social.....	10
CAPÍTULO 2 - AS CONDIÇÕES DO ACONTECIMENTO ETNOGRÁFICO.....	14
2.1 Em torno do método antropológico.....	14
2.2 A inserção em campo.....	16
2.3. A população de pescadores	20
CAPÍTULO 3 – A PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL.....	23
3.1 Contextualizando a política de Parques Nacionais: sua formação, a questão do “patrimônio natural” brasileiro e a globalização da natureza.....	24
3.2 Conservacionismo- preservacionismo e o socioambientalismo.....	29
3.3 A problemática socioambiental no Parque Nacional da Lagoa do Peixe.....	31
CAPÍTULO 4 – LAGOA DO PEIXE, UM LUGAR DE PESCA.....	33
4.1 Descrição do cenário local: os pescadores e o Parque.....	35
4.2 Pescando vacas: um estudo comparativo entre etnografias sobre tempo e espaço.....	38
4.3 História do grupo e do lugar.....	40
CAPÍTULO 5 – PESCARIA DE REDE.....	48
5.1 Tecnologia empregada na pesca.....	50
5.1.1 As redes.....	53
5.2 Os grupos de pesca.....	56
5.3 A unidade familiar.....	60
5.4 O mar e a lagoa.....	67
5.5. Pescadores e compradores: dívida-dádiva e competição.....	70
5.5.1. Compradores-mediadores e facções locais.....	73
5.6 Útil para sobreviver, bom para pensar: o modelo de saber sobre a natureza.....	77
5.6.1 Os ventos.....	80

5.6.2 O mar.....	81
5.6.3 A lua.....	82
5.6.4 Os peixes.....	83
5.7 A identidade de pequeno produtor.....	86
5.8 “Quando a coisa arruína” na pesca.....	87
CAPÍTULO 6 –INTERAÇÕES EM UM CONTEXTO DE CONFLITO.....	92
6.1 Os impactos socioambientais.....	92
6.2 A safra do camarão-rosa: fiscalização da pesca X “mas é a natureza quem manda”.....	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	100
Bibliografia.....	105

INTRODUÇÃO

Esta dissertação consiste em um estudo antropológico sobre o viver e o cotidiano de trabalho de pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, a partir de suas representações e práticas sociais. Neste sentido, aborda-se a construção da identidade social deste grupo, situado na região costeira do estado do Rio Grande do Sul. Trata-se de um grupo social específico, formado por pescadores que mantêm práticas artesanais em sua atividade.



Fontes: (1) Zero Hora., Domingo, 13 de maio de 1990; (2) NEMA (Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental).

Objetiva-se, partindo de uma descrição etnográfica do cotidiano de trabalho destes pescadores, apresentar uma interpretação sobre as representações que estruturam suas ações coletivas. Representações estas, que dizem respeito à organização da pesca, assim como à vida familiar, à rede de relações sociais, à interação com a natureza, ao lazer, à memória coletiva e individual, a seus valores e projetos.

É importante destacar que a prática da pesca artesanal envolve uma relação singular para com o meio ambiente em termos ecológicos e simbólicos. Neste sentido, observa-se que a apropriação e representação do espaço realizada pelo grupo constitui-se em um aspecto central de sua organização social, visto, aqui, como um referencial valorativo que implica noção de pertencimento ao lugar onde vivem e trabalham, baseado na relação com o meio natural e as condições de exploração da natureza.

As práticas de trabalho, com características tradicionais, dizem respeito à detenção de um determinado saber sobre a natureza por parte destes pescadores, estetizando um ethos e compondo a visão de mundo do grupo. Assim, a relação com a natureza é caracterizada pela singularidade da prática de trabalho da pesca artesanal, sendo o produto fornecido pelo meio aquático. A singularidade refere-se à questão da tradição de uma prática artesanal e do convívio de uma comunidade de pescadores vinculados a um território e ecologia específicos.

A pesca apresenta-se como elemento que preside a identidade social do grupo, pois exprime não apenas suas condições de existência, baseadas na sobrevivência por meio desta atividade, mas um modo de vida que engloba as demais esferas da vida social.

Assim, através da forma de produção na pesca e sua relação com a natureza, busca-se interpretar a articulação das relações sociais entre os pescadores e sob quais valores, sentimentos e atos, apreendidos coletivamente, constituem sua identidade social.

Entender o processo de trabalho da atividade pesqueira implica conhecer seu modelo cultural, tendo em vista que a pesca artesanal é uma prática cultural e que, portanto, faz parte de um determinado sistema simbólico. Assim, a pesca artesanal apresenta, aqui, um sentido voltado às relações internas de um grupo social específico, como as relações de hierarquia e gênero. Estas relações tendem a ser construídas simbolicamente através do trabalho, enquanto prática cultural¹.

No que se refere à questão cultural, é importante considerar que se está tratando com um grupo social pertencente à “sociedade complexa”, e não com uma “outra cultura”, no sentido do “exotismo” com o qual se deparava a antropologia clássica. Portanto, tratando-se de um segmento da mesma sociedade do pesquisador, é considerado como parte de uma cultura mais abrangente, a da sociedade complexa moderno-contemporânea, ao mesmo tempo que apresenta preceitos e valores próprios que se constituem, frente à esta cultura dominante, em sua cultura específica².

A temática do trabalho artesanal se dá em interface com estudos antropológicos sobre a questão ambiental, tendo em vista que estes pescadores estão inseridos em um espaço de preservação ecológica. Criado pelo decreto lei n.º 93.546, o Parque Nacional da Lagoa do Peixe tem como objetivo a preservação de uma amostra representativa de um dos principais ecossistemas litorâneos do Brasil, sendo que há uma ênfase especial

¹ Neste sentido, Woortman (1997) analisa o processo de trabalho agrícola de camponeses nordestinos, levando em conta as formas de simbolizar que este apresenta na construção de espaços sociais e de gênero.

² Sobre o conceito de cultura, relacionado com a antropologia das sociedades complexas ver Velho (1999).

na proteção das aves migratórias. As aves vêm do hemisfério sul e do hemisfério norte e encontram local de descanso e alimentação na área do Parque. Pesquisadores de todo o mundo têm se interessado no estudo e proteção destas comunidades de aves, sendo a Lagoa do Peixe incluída na Rede Hemisférica de Reservas para Aves Limícolas, além do recente tombamento como parte da Reserva da Biosfera (reservas tombadas pela UNESCO). Juntamente com as aves, há uma fauna diversificada, como o camarão, peixes e mamíferos como a capivara e a lontra³.

O fato dos pescadores viverem e exercerem sua atividade dentro da área de preservação se apresenta em um contexto de tensão social, em decorrência do processo de implantação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, sobretudo no que se refere a políticas de gestão ambiental, mais precisamente, no que diz respeito a ecossistemas considerados ameaçados.

Consolidado nos Estados Unidos por volta do séc. XIX, o modelo de criação de Parques Nacionais baseia-se na proposta de criação de áreas isoladas da ação humana, para proteção ambiental (Diegues, 1996). A implantação deste modelo, pelo governo brasileiro, teve grande ênfase, principalmente a partir da década de 1970, durante o período de ditadura militar, resultando em uma série de conflitos com as comunidades locais que habitavam estas áreas. Estas comunidades foram consideradas, injustamente, como “agressores da natureza” e impossibilitadas de exercerem suas atividades ou expulsas das áreas de proteção. Mesmo com a instauração do quadro político-social de caráter democrático e liberal em que vive o país, iniciado na década de 1980, tais conflitos continuam atuais. No entanto, o quadro institucional democrático tem possibilitado uma maior organização política destas populações para lutarem por seus direitos.

Partindo deste quadro de problemática socioambiental, leva-se em conta a necessidade de transcender à dualidade homem – natureza, para um enfoque que integre a bio e a etnodiversidade⁴. Busca-se, então, resgatar as práticas socioculturais dos pescadores frente a um processo que tende à sua exclusão social, negando-lhes a identidade social e política.

De acordo com esta perspectiva, procurou-se mapear os interesses e concepções que estão em jogo, demonstrando seus significados em termos de representações e concepções de mundo. Para tal, enfocou-se o encontro de culturas diferenciadas,

³ FNMA-FURG-IBAMA-NEMA-UFPEL. Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe – fase 2, 1999.

⁴ Sobre o assunto, ver Rocha (2000).

baseadas sobre duas óticas diferentes em relação à natureza. Ou seja, de um lado, os pescadores que apresentam um conjunto específico de práticas sociais e simbólicas, que configuram entre si, a partir do ambiente em que vivem; e de outro, a política de Parques Nacionais propriamente dita, fundamentada em uma noção moderna de meio ambiente, sendo representada por grupos urbano-industriais (principalmente pesquisadores, ecologistas e administradores). Esta noção está relacionada, entre outras coisas, à preocupação destes grupos com as conseqüências nefastas do processo de degradação ambiental em nível mundial, inserindo-se em uma política relacionada à globalização, ou seja, uma política internacional sobre o meio, misturando um caráter instrumental de manutenção de ecossistemas considerados ameaçados, com uma visão romantizada acerca da natureza. Não se trata de voltar ao passado ou recuperar valores do passado, mas de uma lógica moderna de espacializar o mundo para construir nichos de “permanência”, literalmente, para manutenção do ecossistema.

Considerando o processo de interação dos pescadores com a sociedade dominante, principalmente no que se refere à ação do Estado, representado pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis), que é o órgão federal que elabora e executa a política de gestão de parques e reservas, leva-se em conta o contexto de injunções de mudanças, inseridas no âmbito das relações entre a cultura global e a diversidade cultural. Portanto, convém ressaltar que o processo de transformação global da sociedade dialoga com as práticas sociais concretas de cada segmento que, por sua vez, apresentam trajetórias particulares, remodeladas pelas relações sociais que vão sendo estabelecidas.

Aborda-se a problemática da identidade social e a questão de uma cultura, sendo as estratégias e percepções dos pescadores vistos em um contexto de encontro entre estas visões diferenciadas de mundo, que se traduzem em um processo de dominação, implicando uma dominação ideológica, segundo os valores do ideário da sociedade moderna complexo-contemporânea, representada no plano local pelo IBAMA, que classifica como predatórias, ou não, as práticas de exploração dos recursos naturais na região pelos pescadores.

O grupo estudado forma uma comunidade pesqueira⁵, localizada na região que envolve a costa oceânica do Parque Nacional da Lagoa do Peixe⁶. Esta população se distribui nas praias do Lagamarzinho, Talha-mar e Farol. As praias do Lagamarzinho e Talha-mar estão inseridas no espaço de preservação ecológica, enquanto que a praia do Farol situa-se em seus limites externos (portanto fora da área de preservação). Esses grupos se deslocam, com frequência, entre estas praias, apresentando laços de sociabilidade sedimentada em relações de trabalho e parentesco. Não se trata de estabelecer, aqui, uma delimitação meramente geográfica em relação ao universo de pesquisa, mas quanto à representação do espaço dos grupos que formam esta comunidade.

No primeiro capítulo, realiza-se uma revisão bibliográfica sobre a temática desta pesquisa, assim como os fundamentos teóricos que a orientam.

O segundo capítulo expõe as condições da pesquisa, desde a metodologia até a questão da inserção do pesquisador no trabalho de campo.

A problemática socioambiental é abordada no capítulo 3, inicialmente traçando um panorama geral da formação e consolidação de uma política global em relação ao meio ambiente, para então analisar suas implicações em nível nacional e local.

No capítulo 4, busca-se demonstrar como o grupo está vinculado a um território específico, valorizado tanto em termos ecológicos e econômicos, quanto em referência à memória coletiva do grupo, presente nas narrativas das trajetórias vividas pelos seus agentes sociais.

O capítulo 5 trata a questão da identidade deste grupo a partir de suas representações em relação à atividade pesqueira, demonstrando a lógica que estrutura sua organização social.

Finalmente, no capítulo 6, retoma-se a questão da problemática socio-ambiental e suas implicações no contexto local, demonstrando como a identidade social dos pescadores é construída também na relação com a política de Parques Nacionais que se dá através do conflito e da circularidade de idéias.

⁵ Considera-se comunidade pesqueira de forma análoga ao conceito de comunidade de trabalho utilizado por Eckert (1993). A autora considera comunidade de trabalho no sentido de “grupo de identidade”, dentro de um contexto que implica seu pertencimento social, enfatizando, entre outras coisas, as relações de reciprocidade e solidariedade.

⁶ Entende-se por costa oceânica, a extensão do Parque Nacional da Lagoa do Peixe que se encontra exatamente na divisa com o oceano, onde estão as praias dos pescadores.

CAPÍTULO 1 – ETHOS DE PESCADORES: UM TEMA RECORRENTE NA ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

1.1. Revisitando estudos temáticos

Vários trabalhos antropológicos sobre pescadores artesanais têm levado em conta impactos e mudanças em comunidades de pescadores, principalmente em relação ao trabalho e ao meio ambiente. De modo geral, estes estudos centram-se sobre a atividade pesqueira. Conforme constata Maldonado (1986:12),

As tentativas de construir uma teoria relativa às sociedades marítimas têm-se voltado, por um lado, para a organização da produção, os sistemas de partilha do produto e suas vias de comercialização. Por outro, resultam na análise da capitalização da pesca, levando em conta o seu impacto sobre comunidades de tecnologia simples.

De acordo com esta perspectiva, Duarte (1978), em seu trabalho “As Redes do Suor”, examina a questão da identidade social dos pescadores em Jurujuba, no litoral fluminense, enfocando o processo de transformação e mudança na organização da pesca artesanal, no que diz respeito à reprodução social dos pescadores de canoa e sua mudança frente a outro modelo de produção. Desta forma, o autor também analisa como o grupo, que apresenta uma forma de reprodução social tradicional, sofre impactos gerados pelo processo de urbanização e industrialização⁷.

Outro estudo, também sobre pescadores do litoral fluminense, realizado por Lima (1997), procura apreender a vida social dos pescadores de Itaipu, RJ. O autor leva em conta, entre outras coisas, a questão da organização da produção e impactos na reprodução social do grupo em decorrência das transformações sofridas pelo processo de urbanização, impulsionadas pela especulação imobiliária.

Neste sentido, também se desenvolve o trabalho de Britto (1999), interpretando as ações coletivas que envolvem a reprodução da atividade pesqueira tradicional em Arraial do Cabo-RJ, frente ao processo de modernização, no que se refere à industrialização e inovações tecnológicas.

⁷ De acordo com este enfoque, Duarte (1978) realiza uma análise comparativa entre o pescador pequeno produtor e o pescador assalariado no que se refere ao trabalho e à reprodução social.

Embora estes autores apresentem teses específicas, identifica-se em comum a análise da organização da pesca, assim como a preocupação com a forma tradicional de reprodução social de grupos de pescadores frente ao processo de urbanização e industrialização.

Seguindo esta problemática, relativa à reprodução social de pescadores artesanais, depara-se com uma outra questão, vista em trabalhos como “O Nosso Lugar Virou Parque” (Diegues, Nogara:1994) e “O Mito Moderno da Natureza Intocada” (Diegues,1996), que enfocam a lógica e os impactos causados por políticas públicas, no que se refere às unidades de conservação da natureza, as chamadas “populações tradicionais”, como pescadores artesanais.

A política de gestão ambiental, colocada em prática pelo Estado nas regiões de proteção ambiental, tem gerado um quadro de conflitos para com as populações tradicionais que habitam essas áreas de preservação. Conforme coloca Diegues (1995: 133-134):

Vários parques e reservas ecológicas no litoral brasileiro foram criados sem consulta aos pescadores que vivem do uso de seus recursos naturais. Na verdade, se eles estavam preservados era precisamente pelo respeito que os pescadores artesanais têm pelos mesmos, dos quais dependem para viver. A criação dessas unidades de conservação tem levado sistematicamente à proibição das atividades pesqueiras e até a expulsão desses pequenos produtores de suas praias. Por outro lado, a fiscalização rigorosa sempre incide sobre o pescador artesanal, autuando menos a pesca industrial, os barcos de arrasto, as serrarias e madeireiras, as empresas de palmito, etc.

Da mesma forma, o conhecimento dos pescadores e suas condições de vida parecem não ser levados em conta, de forma adequada, pela política de conservação colocada em prática na Lagoa do Peixe, ou seja, não se considera a dimensão humana em termos de preservação, assim como o “saber tradicional” (Lima:1996) destes pescadores e sua relação com o meio ambiente. Segundo Lima:

A importância do saber tradicional está ligada ao reconhecimento das populações tradicionais como sujeitos históricos, portadores desse conhecimento e que, por isso, precisam ser reconhecidos como agentes no conhecimento, gestão e manejo das áreas em que exercem suas atividades. (Lima, 1996: 275).

Outro aspecto importante a ressaltar, refere-se à relação dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe com outros grupos, que se deslocam nesta região em determinados momentos (pescadores de fora do parque, pescadores-agricultores e agricultores), em termos de oposições e complementaridades. No contexto dos estudos sobre comunidades pesqueiras no Brasil, de acordo com Diegues (1995: 27-28) estas vinham sendo abordadas metodologicamente de formas oriundas dos estudos das sociedades agrárias, passando, a partir da década de 1970 para estudos mais específicos que acabaram por constituir um campo próprio, de acordo com uma abordagem distinta daquela relativa às sociedades agrárias, tendo em vista que o ambiente marinho apresenta toda uma forma específica de práticas sociais e simbólicas, relativas à relação homem-mar.

Se por um lado, este trabalho se alinha com estes estudos no que se refere a uma abordagem de práticas sociais e simbólicas específicas, por outro, convém ressaltar que são estudos que privilegiam o universo das comunidades de pescadores que vivem na relação com o mar aberto, onde fica evidente uma distinção entre o continente e o mar como traço comum das sociedades marítimas. Este aspecto ocorre apenas em parte no caso dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, no sentido em que se propõe procurar não exatamente que se estabeleça uma dualidade terra-mar, tendo em vista que nesta comunidade, diferentemente do que se observa em algumas comunidades de pescadores artesanais que pescam barra afora, pratica-se uma pesca de beira da costa, que não requer embarcações. Além disso, há uma constante troca e relação com o meio rural, sendo que boa parte dos pescadores apresenta uma trajetória oriunda deste meio.

É inegável que a relação com o meio aquático e sua distinção em relação a outros grupos é observável neste estudo de caso e se apresenta como elemento relevante quanto à identidade destes pescadores.

Estudos antropológicos sobre pescadores artesanais na Espanha demonstram, de acordo com Fernandez (1999), que em trabalhos mais recentes procura-se levar em conta a relação entre pescadores artesanais e agricultores ou camponeses:

En primer lugar, podemos hablar de las visiones culturalistas de los pescadores “que pretenden presentar sobre todo y casi unicamente la especificidad de la pesca como actividad y de la antropología marítima en particular como un subcampo disciplinar distinto” (Galvan, Tudela, 1988a, 1988b). Tal perspectiva há influido en muchos de los trabajos realizados en España, que recalcan, por ejemplo, las diferencias entre pescadores y agricultores. Solo muy recientemente se há dado la

vuelta al razonamiento, reflexionando sobre las relaciones entre pescadores y campesinos (Pascual Fernandez 1997), que ayudan a relativizar las dicotomias establecidas entre ambos tipos de poblaciones desde esta perspectiva culturalista. (Fernandez, 1999:337).

Embora não seja evidente o “heroísmo” ou “coragem”, característicos da relação com o mar, como se vê em algumas comunidades de pescadores que pescam barra a fora, trata-se de outros temas, relacionados com a imprevisibilidade da pesca, que figuram em estudos sobre pescadores. Tais estudos, conforme Diegues (1995:24), tratam da pesca “como um sistema cultural”, figurando análises sobre “percepções”. Neste estudo, entre as várias percepções, interessa principalmente a “autopercepção do pescador”, ou seja, qual a percepção que tem de si e de que forma se contrapõe em relação aos outros. Neste sentido, pressupõe-se que, por meio destes conceitos, se possa desenvolver um conjunto de representações acerca da identidade.

Outro ponto a considerar é que, apesar de se levar em conta a abordagem deste grupo enquanto comunidade, não é este o objetivo principal da pesquisa, mas constitui-se em seu “pano de fundo”, onde se procurou delimitar previamente as fronteiras das relações e interações entre os diversos grupos locais. Além disso, não se trata de dar um enfoque de grupo isolado, conforme vemos nos estudos sobre comunidade realizados no Brasil nas décadas passadas, mas, ao contrário, privilegia-se na análise justamente o contexto de interação, não apenas entre os diversos grupos locais, como também em relação ao Estado, representado pelo IBAMA. Convém ressaltar que entre os grupos locais observa-se que há uma inter-relação com o meio urbano das cidades. Isto se dá principalmente através de meios de comunicação, como o rádio e mais recentemente a televisão. Já em relação à região litorânea do estado, observa-se que há um certo fluxo entre as pessoas, mesmo que esporádico, característico do processo de migração e sazonalidade dos grupos que habitam a região, formados em sua maioria por agricultores e pescadores. Este fluxo é comum pelo fato de boa parte da população local ter parentes e amigos em outras regiões da costa litorânea.

1.2. Identidade social

Neste trabalho, busca-se levar em conta a relação entre as classificações simbólicas e a estrutura social do grupo, conferindo expressão às forças sociais, onde a expressão da consciência coletiva relaciona o simbólico a elementos sociais⁸.

Com a noção de “fato social total”, cunhada por Mauss (1974), se define o social como realidade, onde o social é real ao ser integrado em um sistema. Deste modo, são contemplados os fenômenos sociais, em termos de sua forma e sobre a base de uma objetividade, permitindo que se considere a identidade como relacional e a cultura como simbólica.

Avançando mais nesta questão, Lévi-Strauss (In: Mauss, 1974) discute a subjetividade do pesquisador e do pesquisado para chegar ao estudo do inconsciente como mediador entre o eu e o outro. Lévi-Strauss evidencia que é da natureza do método etnográfico a identidade relacional, o que leva a considerar que o encontro etnográfico não trata somente do estudo da construção da identidade e do outro, mas também da do próprio antropólogo, numa relação intersubjetiva e igualmente objetivante. O problema portanto, é o de “uma comunicação procurada tanto entre um *eu* subjetivo e um *eu* objetivante, quanto entre um *eu* objetivo e um *outro* subjetivado.” (Lévi-Strauss. In: Mauss, 1974:28).

Assim sendo, a noção de valor é uma categoria fundamental, que permite compreender as noções situacionais em jogo, sendo que a identidade, assim como a antropologia, emergem de uma situação relacional⁹. Seguindo a definição de Mauss sobre representações coletivas, Oliveira (1978:15) considera que “a identidade, sendo de natureza ideológica, ocupa o centro de sistemas ideológicos, a rigor seu núcleo, funcionando como uma bússola a orientar os indivíduos e os grupos em mapas cognitivos coletivamente construídos.”

Portanto, as classificações culturais são vistas, aqui, como estudo do sistema simbólico, que abrange toda sorte de categorias que são feitas dentro de uma cultura,

⁸ Neste sentido, Mauss e Durkheim (Mauss:1981) definem o conceito de representação coletiva, levando em conta a relação direta entre a classificação simbólica e a estrutura social, considerando que as representações coletivas estão baseadas em emoções que se configuram a partir das relações sociais, ou seja, existe uma mentalidade coletiva, fundada em categorias que são categorias afetivas.

⁹ A concepção relacional ou situacional de identidade, consiste na superação da oposição entre a realidade e a representação que se constrói desta realidade do social, representados pelo enfoque “objetivista” (que trata a questão como um dado estanque, essencialista) e o enfoque “subjetivista” (que abarca somente as representações que os indivíduos elaboram da realidade). Ver Cuche (1999).

onde se procura trabalhar no plano do contexto da elaboração das identidades individuais e coletivas (Barth, 1998).

Para Lévi-Strauss, o conceito de identidade não tem existência real, ou seja, é relacional e virtual:

A identidade é uma espécie de fundo virtual ao qual nos é indispensável referirmos para explicar determinado número de coisas, mas sem que tenha jamais uma existência real [...]. Sua existência é puramente teórica: é a existência de um limite ao qual não corresponde na realidade nenhuma experiência. (Lévi-Strauss, 1977: 332).

Neste sentido o homem é considerado como um produtor de identidades, vista como construções arbitrárias em relação a um ponto de referência, como um constructo teórico, mas indispensável para entender as relações sociais. Esta primeira definição acerca do conceito de identidade social permite levar em conta que sua construção está ancorada na totalidade das relações entre a dimensão das posições sociais, exteriores, e a dimensão do mundo subjetivo, interiorizado.

Deste modo, reconstituir um sistema de representações da comunidade em estudo através da atividade pesqueira, implica considerar que a identidade social de determinado grupo é constituída por suas representações acerca da realidade social que, por sua vez, se traduzem em elementos fundamentais para revelar as particularidades de suas práticas sociais concretas, conforme coloca Peter Berger (1985):

A identidade é evidentemente um elemento-chave da realidade subjetiva, e tal como toda realidade subjetiva, acha-se em relação dialética com a sociedade. A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais. Os processos sociais, implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a. (Berger, 1985:228).

Neste sentido, as representações coletivas estão imbuídas de práticas sociais concretas e do sistema de significados que moldam o social, sendo que, de acordo com Mitjavila (1994),

El estudio de la identidad social puede incluir las identidades fenomenicamente existentes, subjetivamente reconocidas a nivel de la

vida cotidiana, en tanto parta o arribe a un objeto de estudio que dé cuenta de sus determinaciones históricas y sociales, de sus propiedades subjetivas y sincrónicas, así como de su naturaleza objetiva y diacrónica (Mitjavila, 1994:69).

A dimensão histórica é levada em conta no que diz respeito à noção temporal existente no nível da consciência dos agentes sociais (Oliveira, 1984: 23), como também em relação à confluência pesquisador/pesquisado; enquanto o aspecto sincrônico refere-se a uma lógica simbólica., no sentido de uma estrutura de significados. O conceito de identidade social é utilizado de acordo com uma interpretação do sistema simbólico, de uma configuração construída no âmbito da atividade pesqueira, que por sua vez engloba as demais esferas da vida social, dentro de um determinado contexto histórico.

As relações de poder dos processos históricos vigentes, conforme condições sociais incorporadas pelos pescadores, relacionam-se à ameaça de serem expropriados de seus meios de produção. Inseridos em um contexto de conflito, as dificuldades e impossibilidades que enfrentam remetem à memória das relações sociais que estruturam suas vidas. Esta comunidade resiste à possibilidade de desintegração social, imposta por condições histórico-políticas, ameaçando-os sistematicamente.

Observa-se, portanto, um processo de ruptura da ambiência de trabalho da comunidade pesqueira, baseada no manejo dos recursos naturais, ethos que hospeda seus valores de identidade. Neste sentido, leva-se em conta a relação dos pescadores com o lugar onde vivem e trabalham, enfatizando seu sentido de pertencimento a um determinado território, visto como um espaço estruturado, construído e vivenciado nos múltiplos aspectos da vida social. Trata-se de um espaço valorizado, agregando o viés “instrumental”, como o ecológico e o econômico, com o viés cultural (Giménez, 1996:10-11, *apud* Pelegrino *et al.*, 1981:99; Delaleu, 1981:139). Assim, o fato desta comunidade ocupar e intervir sobre determinado território, implica uma valorização, explicitada, tanto no que se refere à sua organização social, quanto à memória coletiva, que carrega a dimensão histórica desta ocupação e intervenção, constituindo-se no que poderia ser considerado como sua identidade socio-territorial.

Os pescadores apresentam, em termos de seu modo de produção e reprodução social, assentados na relação com a natureza, um caráter de “autonomia”, baseado em um sentimento de “liberdade” que se contrapõe ao trabalho assalariado, definindo-os como pequenos produtores (Duarte. In: Lopes, 1988). Contudo, a legitimidade de suas práticas são contestadas pela política de gestão de Parques Nacionais, levando a um processo de mudança que se direciona à expropriação das formas de subsistência da

comunidade e da intervenção em suas práticas de trabalho cotidianas, implicando disputa territorial que envolve duas óticas diferenciadas em relação ao meio ambiente. Em contraposição a este contexto, a relação para com o passado é fundamentada no sentido de uma memória em que havia uma ordem anterior à implantação do Parque, sem a tutela do IBAMA, sendo vivenciada pela comunidade como um período de fartura e de maior sociabilidade, evidenciando o momento presente como conflitante, baseado em uma resistência, onde a relação para com o passado é trabalhada no sentido da expropriação das garantias de existência oferecida pela antiga ordem das coisas.

Privilegia-se a história contada pelos pescadores, da forma como é vista por eles, seguindo os estudos de Duarte (1988), que procura tratar de forma direta com as informações e representações que constituem a identidade social, numa perspectiva de “dentro”, relativizando análises apriorísticas.

Por outro lado, a alternativa metodológica utilizada para trabalhar os conceitos acima será a análise interpretativa de diversos modos de expressão, considerando a cultura como uma “teia de significados”, onde se pressupõe que a etnografia é capaz de elucidar o que ocorre de forma concreta no universo de observação, editadas no encontro entre observador e observado (Geertz, 1999a).

A idéia de representação, pela qual se pretende trabalhar a questão da identidade, de acordo com a análise interpretativa, adquire um sentido mobilizado a partir da etnografia do trabalho da pesca, como um exemplo da vida social, como algo que imprime um sentido vivenciado.

A noção de tempo é considerada levando em conta que “o tempo tornou-se [...] representação simbólica de uma vasta rede de relações que reúne diversas seqüências de caráter individual, social ou puramente físico” (Elias, 1998: 17). Assim, neste grupo, a questão do tempo está intimamente ligada à relação com a natureza, no sentido trabalhado por Elias (1998), que considera que “em toda a parte onde se opera com o “tempo”, os homens são implicados juntamente com seu meio ambiente, ou seja, com processos físicos e sociais” (Elias, 1998:13).

CAPÍTULO 2 – CONDIÇÕES DO ACONTECIMENTO ETNOGRÁFICO

2.1. Em torno do método antropológico

A pesquisa de campo implica uma etnografia da atividade pesqueira na vida social, através da inserção do pesquisador no contexto da comunidade, objetivando o desenvolvimento de uma interação sistemática na aplicabilidade dos instrumentos técnicos de investigação: a observação direta e participante, as entrevistas e a pesquisa com imagem (fotografia).

Deste modo, o método etnográfico foi utilizado como o principal instrumento de investigação, desenvolvido em duas fases de pesquisa: a primeira, realizada entre fevereiro e outubro de 2000; e a segunda, entre janeiro de 2001 e outubro de 2002. A inserção no grupo permitiu uma reciprocidade consentida e o desenvolvimento de entrevistas abertas (algumas gravadas), a utilização do diário de campo, o estudo de documentos e o levantamento de dados locais (estatísticas de órgãos públicos, mapas, documentos e publicações sobre o tema).

Viver o cotidiano destes pescadores em termos de trabalho, significou conhecer sua organização social, econômica e familiar, para então compreender quem são estas pessoas, como vivem, como pensam, como se organizam, sua história e suas tradições.

A observação participante ocorre a partir do “estranhamento” necessário para tornar determinado grupo humano objeto de pesquisa, possibilitando a aproximação e aceitação para que o pesquisador viva os ritmos locais (Malinowski:1976). O estranhamento metodológico força uma aproximação com os pesquisados, que são da mesma escala do pesquisador, possibilitando um questionamento filosófico acerca dos próprios conceitos e preconceitos existentes na cultura do pesquisador¹⁰.

Da Matta (1987:157), nos esclarece sobre essa relação de estranhamento, o que implica “transformar o exótico em familiar ou o familiar em exótico”, para que se efetue a relação pesquisador-pesquisado na etnografia. O pesquisador se coloca na posição do pesquisado, o que implica uma relação intersubjetiva, tendo em vista que “numa ciência em que o observador é da mesma natureza que o seu objeto, o observador é, ele próprio, parte da sua observação” (Levi-Strauss. In: Mauss 1974:24).

¹⁰ A etnografia permite pensar a própria cultura do antropólogo, “desvelando” diferentes aspectos da vida do observado, permitindo que o antropólogo realize um auto-questionamento teórico e epistemológico.

Indo mais além, buscou-se compreender a interação e motivação do pesquisado no processo de negociação entre pesquisador e pesquisado, acrescentando o contexto histórico que fornece este encontro, como também a construção de uma narrativa (Geertz, 1999b).

Assim, a etnografia é aqui considerada dentro da perspectiva da antropologia interpretativa, cabendo ao pesquisador colocar-se na posição do *outro*, para descrever uma cultura a partir de uma visão “de dentro”, ou seja, procurando os valores que o grupo ou comunidade atribui a si próprio e de que forma tais valores são expressos por esta comunidade, trazendo a experiência para o nível simbólico.

Não se trata de buscar leis gerais, mas sim uma “descrição densa”, baseada em uma jornada caracterizada pela negociação constante, pela produção de um conhecimento negociado, realizando a “interpretação de segunda mão”¹¹, onde “O observador converte-se ele mesmo em parte da observação, na medida em que reinterpreta as representações dos informantes através de seu próprio ângulo de interpretação” (Britto, 1999:21).

Buscou-se, portanto, a partir da observação direta e participante, na vivência do cotidiano e dos ritmos locais, reconhecer nas representações dos pescadores, o ethos conformador daquela comunidade pesqueira e dos grupos que a compõem, compreendendo a presença do pesquisador como parte de um contexto dado na relação com o pesquisado. Desta forma, se procurou experienciar e compreender a dinâmica de significados de acordo com o sentido dado pelo pesquisado.

Além de viver o cotidiano, das muitas conversas, conhecendo toda uma rede de solidariedade entre familiares e amigos, foram realizadas 18 entrevistas semi-estruturadas¹² (utilizando gravador) e inúmeras conversações informais, visando relacionar as trajetórias de vida dos pescadores com a história da comunidade, onde se incorpora um padrão social de valores, relações e percepções.

Tais valores corroboram e complementam as abstrações da descrição etnográfica, para o entendimento do “sentido” que é dado pelos indivíduos sobre si próprios.

¹¹ Geertz (1999a). É importante salientar que não se trata aqui de simplesmente decodificar as representações, no sentido de traduzir códigos culturais, mas sim dar um sentido que se forma justamente a partir da interação entre o pesquisador e o pesquisado, em uma mediação intercultural, ou seja, na interpretação da interpretação, conforme foi dito anteriormente.

¹² Entendo por entrevista semi-estruturada uma entrevista baseada em um roteiro prévio, que sirva para nortear a dinâmica da conversa de acordo com os temas de interesse da pesquisa, mas deixando margem para que os entrevistados mudem de assunto.

Desta forma, contatou-se a quase totalidade dos pescadores, tanto homens, como mulheres, dando conta da vida cotidiana de trabalho e da vida familiar. Além dos pescadores, outros agentes foram também incluídos na pesquisa, embora de forma secundária, como alguns habitantes de Mostardas e de Tavares, funcionários do IBAMA e da prefeitura de Tavares.

É importante ressaltar que, ao trabalhar com as trajetórias individuais dos pescadores, procurou-se elementos em comum para traçar a história coletiva.

Nesta perspectiva, a abordagem das trajetórias individuais, assim como a história do grupo como um todo, constituiu-se em um recurso imprescindível para entender o contexto de significados, conflitos e ambigüidades existentes na organização social destes pescadores, buscando apreender seus significados e padrões culturais. Assim, procurou-se tecer o histórico do lugar e a trajetória da população pesquisada, através da memória e da biografia de cada personagem entrevistado. Comparando as histórias de vida, destacaram-se elementos em comum, referências empíricas fundamentais para que se percebessem os valores e contornos da identidade social.

2.2. A inserção em campo

O primeiro contato com a população de pescadores ocorreu em fevereiro de 2000, quando se teve a oportunidade de conhecer o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, através de um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Na ocasião, o trabalho de campo referia-se a oito dias de acampamento junto aos pescadores em uma das margens da Lagoa do Peixe, mais precisamente na localidade denominada de Velha Terra¹³, para acompanhar seu cotidiano. Durante aquele período, havia uma situação de conflito entre os pescadores e o IBAMA, agravado por um quadro de problemas com a secagem da Lagoa do Peixe e a pesca predatória.

No decorrer da construção etnográfica da pesquisa, esta questão era trazida à tona pelos pescadores com muita frequência, remetendo à questão da criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, em 1986, e a política de conservação de Parques Nacionais que foi sendo colocada em prática pelo IBAMA. Naquele primeiro contato, pescavam na lagoa, acampados em barracos de lona preta, pescadores de várias localidades do parque e de fora dele.

¹³ Velha Terra é uma área da lagoa, localizada próximo à estrada que liga o Talha-mar à RST-101.

Terminado o trabalho de extensão universitária, permaneceu o interesse pelo lugar e a problemática socioambiental que suscitava, despertando uma série de questionamentos, principalmente acerca da relação entre a questão da sobrevivência dos pescadores, contida na temática do trabalho, e a questão ambiental, de preservação da natureza.

Dar prosseguimento àquele primeiro encontro e desenvolver uma pesquisa a partir de questionamentos iniciais era instigante e, também, uma certeza. Na época, estava no último ano do curso de Ciências Sociais da UFRGS e teria que apresentar um trabalho de conclusão para adquirir o grau de Bacharel em Ciências Sociais naquele mesmo ano¹⁴.

A segunda ida a campo ocorreu no inverno de 2000, sendo que já havia passado aproximadamente seis meses desde aquele primeiro contato. Para surpresa, boa parte dos pescadores, descontraídos, freqüentavam os bares, na praça central ou passavam pelas ruas de Tavares, quando o natural seria encontrá-los pescando na área do Parque. Era um período de estagnação da pesca e aqueles pescadores estavam vivendo outro ritmo, o de sociabilidade com parentes e amigos que residiam em Tavares. Apesar de ter permanecido apenas por alguns dias na localidade, o fato de presenciar estes momentos distintos, forneceu pistas valiosas para que, posteriormente, pudesse observar e compreender, com maior clareza, o modo de vida e a lógica dos deslocamentos do grupo.

Ao retornar à região, em outubro do mesmo ano, pôde-se observar que estava em andamento outro período produtivo da pesca. Já não estavam em Tavares, nem tampouco pescando na lagoa, mas nas praias da costa oceânica do Parque.

Como um quebra-cabeça que vai sendo montado aos poucos, vislumbrou-se que a atividade pesqueira se dava por meio de ciclos, de acordo com as condições da natureza em que se pescavam determinadas espécies de peixes.

Assim, os deslocamentos dos pescadores ocorriam de acordo com estas condições, não apenas definindo os locais onde viviam e trabalhavam, mas estando intimamente ligada aos seus referenciais de tempo e espaço.

¹⁴ Esta primeira fase da pesquisa resultou em uma monografia, apresentada como requisição à obtenção de grau de Bacharel em Ciências Sociais, intitulada “Meio ambiente, conflito e identidade social: um estudo antropológico sobre os pescadores do Parque Nacional da lagoa do Peixe – RS”. A banca foi formada pelos professores doutores Cornelia Eckert (orientadora), Maria Eunice Maciel e Flávio Silveira (em substituição a Ana Carvalho da Rocha).

Convém ressaltar que, nesta ocasião, estabelecido na praia do Talha-mar, na casa de um veranista local, que estava abandonada, durante duas semanas, houve a possibilidade de conviver com maior proximidade, no cotidiano, com os ritmos locais e de integração à comunidade. No entanto, embora aparentemente tivessem aceito, de imediato, a inserção no grupo local como pesquisador, ao mesmo tempo houve, no início, uma grande desconfiança em relação ao trabalho que pretendia desenvolver. Tendo em vista o papel de pesquisador, era inevitável que fosse identificado com outros pesquisadores de órgãos estaduais e federais que freqüentam o Parque, principalmente para estudar as várias espécies de aves migratórias, como biólogos e oceanólogos, relacionados, em geral, como técnicos do IBAMA. Era esperado, portanto, que vinculassem à pesquisa ao IBAMA, dificultando a aproximação com alguns pescadores. A desconfiança foi superada aos poucos, através do convívio com os pescadores e pela relação de amizade que foi sendo construída com alguns deles. A explicação de um pescador, que se tornou amigo e um dos principais informantes, é esclarecedora a respeito da situação:

A gente tá ressabiado das maldade. Da maldade que o IBAMA chegou aí como boa pessoa, como quem queria ajudá... só fazendo pesquisa, eles chegaram aqui... chegaram fazendo pesquisa, muitos anos só fazendo pesquisa, [...] se tu chega em certas pessoa é capaz deles te xingá. [...] porque a pessoa tem um ponto que ressabeia, porque... boas intenções, como se diz, o inferno tá cheio. Todos eles chegaram com boas intenções, se eles chegassem explicando o que queriam, ninguém iria aceitá, então eles chegaram dizendo que tavam fazendo pesquisa, que tavam analisando, que não tinha nada a vê... e era por causa de passarinho, e tinha passarinho mesmo... o passarinho era nós.

Apesar das várias explicações sobre a pesquisa, também acharam inicialmente, que fosse jornalista ou fotógrafo, tendo em vista que, além do gravador, utilizava muito a máquina fotográfica nas idas a campo.

É relevante considerar que a fotografia foi usada não apenas como técnica de pesquisa, mas como método de interpretação da situação e de descrição etnográfica¹⁵.

¹⁵Uma narrativa visual foi elaborada e exposta na Galeria Olho Nu, do IFCH/UFRGS, em novembro de 2000, e na “Mostra livre de fotografias”, ocorrida na 23ª Reunião Brasileira de Antropologia (ABA), em junho de 2002, tendo sido ambas organizadas pela equipe do Núcleo de Antropologia Visual (NAVISUAL) do IFCH/UFRGS. Esta exposição circulará, no próximo ano, em escolas de segundo grau.

Outro aspecto importante no que diz respeito ao uso da fotografia, foi a relação com os pescadores. Em um primeiro momento, a máquina fotográfica parecia algo ameaçador, causando constrangimentos, sendo que alguns “perdiam a naturalidade” quando iam ser fotografados. Esta situação refletia também os traumas de minha inserção na comunidade. Após os contatos iniciais, minha presença tornou-se ordinária para eles e a primeira impressão deu lugar a uma fase em que se amainou a desconfiança. Ao retornar com as primeiras fotos reveladas, notei uma maior receptividade e uma mudança no posicionamento frente à máquina fotográfica, que foi sendo encarada com mais naturalidade. Alguns, inclusive, faziam questão de serem fotografados, em muitos casos junto com a família, principalmente com os filhos pequenos. Também despertaram interesse as fotografias das casas, dos amigos e conhecidos. O ato de devolução das fotografias constituiu-se em uma forma de retorno para a comunidade, sendo que esse processo de interação permitiu que se estabelecesse uma relação de maior reciprocidade entre pesquisador e pesquisado.

Nas idas subseqüentes ao Parque, a aproximação com os grupos do Talha-mar e Lagamarzinho foi mais intensa. Embora tivesse contatado com outros grupos de pescadores, desde o início da pesquisa me aproximei dos pescadores destas localidades, buscando me fazer conhecido através deles, o que levou a seguir uma determinada rede de relações.

O retorno à Lagoa do Peixe, no verão de 2001, deixando cópias do trabalho de conclusão com alguns pescadores, que se comprometeram a disponibilizá-las para toda a comunidade, implicou reconhecimento desta iniciativa por parte dos pescadores, facilitando ainda mais a inserção na comunidade. Mais do que isso, revelou-lhes, com maior clareza, a preocupação com a transparência e a ética na realização da pesquisa, sobretudo no que se refere aos direitos da comunidade e à tentativa de, na medida do possível, estabelecer uma relação de troca, baseada na reciprocidade.

Tendo ingressado no curso de mestrado da UFRGS em 2001, tratou-se de dar continuidade à pesquisa, aprofundando questões que foram surgindo durante o desenvolvimento da etnografia, tendo como referência o tema das representações e da identidade social dos pescadores. Em uma região relativamente distante e de difícil acesso, o fato de ter que dividir o tempo das aulas com a permanência de alguns dias no campo, restringiu a pesquisa a idas esporádicas a campo. No entanto, neste período, os pescadores já conhecidos, convidaram-me a passar alguns dias em suas casas. O

convite, aceito de imediato, possibilitou o convívio, mesmo que por alguns dias, sob o mesmo teto, o que, de certo modo, compensou o problema do pouco tempo.

Finalmente, na última etapa do trabalho de campo, ocorrida no final de outubro de 2002, com o término das aulas, foi possível estabelecer-me por cerca de 15 dias, em uma casa abandonada localizada na praia do Lagamarzinho.

Conhecer o cotidiano de trabalho implicou acompanhar as pescarias, realizando observação participante, a partir da concordância e mesmo convite dos pescadores. Desta forma, a relação baseada na reciprocidade foi construída também em um envolvimento do pesquisador, ajudando nas pescarias, mais precisamente na despesca.

2.3. A população de pescadores

Juntamente com os pescadores, foi valiosa a colaboração dos funcionários do IBAMA (tendo, inclusive, entrevistado uma funcionária), de pescadores da Barra (tendo entrevistado um deles) e de pessoas do município de Mostardas e Tavares. Entre estes, os pescadores são os principais personagens deste trabalho, cujos trechos de entrevistas são citados, conforme o quadro a seguir.

QUADRO DE ENTREVISTADOS:

LOCAL	NOME	IDADE	PAPEL SOCIAL	ORIGEM
TALHA-MAR	DANILO	61	PESCADOR / EX-MARIDO DE IRENE	AGRICULTURA PLANTAVA CEBOLA
	IRENE	57	PESCADORA / EX-MULHER DE DANILO	FILHA DE PESCADORES- AGRICULTORES
	BAIÃO	48	PESCADOR	AGRICULTURA PLANTAVA CEBOLA
	GILBERTO	26	PESCADOR / GENRO DE IRENE	STA CATARINA/ TRABALHOU COM CORTE DE MADEIRA NAS PLANTAÇÕES DE PINUS

<u>LAGAMARZINHO</u>	FERRO	48	PESCADOR / SOBRINHO DE IRENE	AGRICULTURA/ PAIS PLANTAVAM CEBOLA
	CIGANO	42	PESCADOR	PALHAÇO DE CIRCO
	PEDRO GILDO	59	PESCADOR / PAI DE CLÁUDIA	FILHO DE PESCADORES- AGRICULTORES
	JORGE	29	PESCADOR / MARIDO DE CLÁUDIA / FILHO DE ZENI	FILHO DE PESCADORES LOCAIS
	CLÁUDIA	29	PESCADORA / MULHER DE JORGE / FILHA DE PEDRO GILDO	FILHA DE PESCADORES LOCAIS
	MÁRIO	58	PESCADOR	AGRICULTURA/ PLANTAVA CEBOLA
	VITA	47	PESCADOR / CASADO COM PRIMA DE NEUZA	AGRICULTURA / PAIS PLANTAVAM CEBOLA

<u>FAROL</u>	TACO	31	PESCADOR / IRMÃO DE DANILO/GENRO DE PEDRO GILDO	AGRICULTURA / PAIS PLANTAVAM CEBOLA
	PÉRCIO	36	PESCADOR / GENRO DE IRENE	AGRICULTURA / PAIS PLANTAVAM CEBOLA
	NEUZA	29	PESCADORA / SOBRINHA DE PEDRO GILDO	FILHA DE PESCADOR
	ZENI	59	PESCADORA / MÃE DE JORGE	FILHA DE AGRICULTORES

<u>TAVARES</u>	WILSON	64	PESCADOR / PRIMO DE FERRO / PRIMO DE IRENE	PESCADOR-AGRICULTOR
----------------	--------	----	---	---------------------

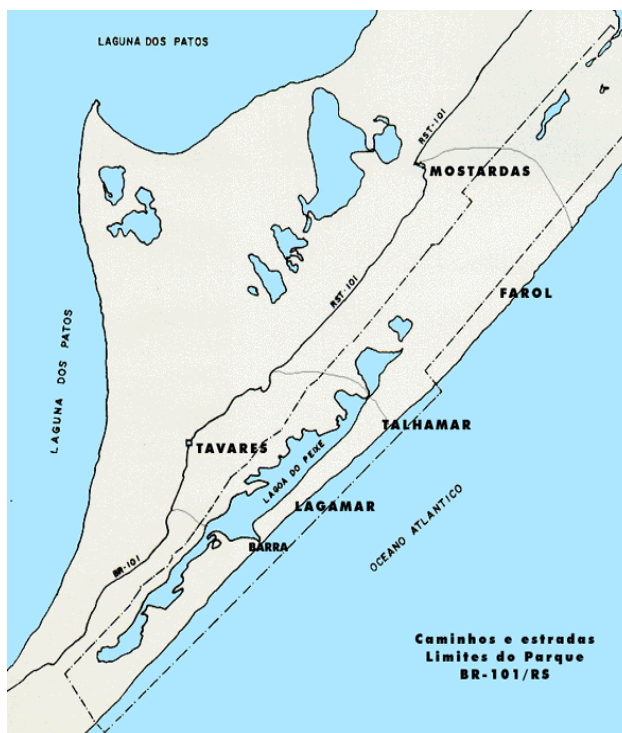
Estes pescadores estão cadastrados junto ao IBAMA, como é o caso da quase totalidade da população de pescadores que habita a área de preservação. O cadastro do IBAMA significa a obtenção da carteira de pescador profissional, mediante a qual se tem a permissão para pescar. Já em relação à população de pescadores do Farol, observa-se que há uma boa parcela de não-cadastrados. Estes são geralmente pescadores novos, ou que não renovaram a carteira de pescador no prazo legal.

A proximidade entre os pescadores dessas praias se caracteriza por relações de trabalho, amizade e parentesco entre os grupos. Alguns pescadores habitam de forma permanente as praias do Talha-mar e Lagamarzinho, enquanto outros, geralmente, alternam períodos de permanência, de acordo com a atividade pesqueira, deslocando-se para o Farol ou Tavares.

Devido à mobilidade do grupo, as praias do Talha-mar e do Lagamarzinho, assim como a Lagoa do Peixe, foram o *locus* da pesquisa, ou seja, onde se concretizaram processos e relações, girando em torno da atividade pesqueira. Deste modo, não se trata de uma delimitação geográfica, propriamente dita, embora este aspecto também seja levado em conta, mas sobretudo privilegia-se o espaço físico enquanto decorrente do espaço relativo aos valores e representações dos grupos que o utilizam.

O Talha-mar e o Lagamarzinho localizam-se na área de proteção, próximas à Lagoa do Peixe, possibilitando um acompanhamento satisfatório do processo da pesca e seus desdobramentos nas duas localidades de forma compatível com as dificuldades de deslocamento, já que a região é formada por dunas e banhados, sendo que as poucas estradas existentes são precárias.

Fonte: IBAMA - Mostardas



No Talha-mar vivem 11 pescadores, formando 6 famílias e 2 pescadores que moram sozinhos. No Lagamarzinho, são 6 pescadores, formando 3 famílias e 2 pescadores que moram sozinhos. Não foi possível precisar quantos pescadores vivem no Farol. No entanto, de acordo com cadastro do IBAMA, tem-se uma expectativa de 18 pescadores vivendo naquela localidade.

QUADRO APROXIMADO DA POPULAÇÃO PESQUISADA

LOCAL	Nº DE PESCADORES	FAMÍLIAS	VIVENDO SOZINHOS	MORADORES PERMANENTES	ENTREVISTADOS
TALHA-MAR	11	6	2	11	5
LAGAMARZINHO	10	3	2	4	7
FAROL	18	NI	NI	NI	3
TAVARES	8	NI	NI	NI	1

CAPÍTULO 3 – A PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL

O presente capítulo trata da relação entre cultura e natureza, procurando realizar uma análise sobre as políticas de gestão ambiental em parques e reservas naturais, principalmente no que diz respeito à sua relação com os “povos tradicionais” que habitam estas áreas (Little, 2002)¹⁶. Para tal, utilizam-se outras pesquisas como procedimentos paralelos de análise, apoiando-se, sobretudo, em Diegues (1996), Silveira (2000a) e Little (2002), cujas questões principais são especificamente tratadas.

Com o intuito de apresentar um mapeamento sobre a lógica que constitui a Política de Parques Nacionais e suas implicações entre as esferas global, nacional e local, busca-se dialogar com estes autores, sendo que, além dos estudos de Diegues (já referidos no primeiro capítulo), parte-se do trabalho de Silveira (2000a) intitulado “Para além das fronteiras: conservacionismo e ecologização do mundo, o Parque Nacional da Lagoa do Peixe como uma questão transnacional”, juntamente com recente trabalho de Paul Little (2002), que desenvolve uma análise sobre os povos tradicionais no Brasil de acordo com uma perspectiva fundiária, ou seja, aborda-se a constituição de grupos sociais a partir da questão da territorialidade.

Primeiramente, trata-se de situar as Políticas de Parques Nacionais, demonstrando de que forma suas bases estão fundamentadas nas noções modernas sobre o mundo natural, como também em uma visão específica do caso brasileiro, sendo que ambas se perpassam e estruturam uma determinada lógica. A seguir, discute-se os reflexos destas políticas de gestão ambiental, baseadas em uma noção moderna de meio ambiente e as conseqüências resultantes neste encontro entre uma comunidade de pescadores que mantém práticas tradicionais na sua atividade, vinculados a um determinado meio ambiente, e a comunidade moderna de Parques Nacionais.

¹⁶ O conceito de “povos tradicionais” sugerido por Paul Little (2002) é utilizado no decorrer deste trabalho por abarcar uma diversidade de grupos humanos que apresentam diferentes formas fundiárias, como índios, caboclos, caiçaras, comunidades de açorianos e pescadores artesanais, entre outros, mantendo vínculos de identificação territoriais, baseados em sua relações com o ambiente biofísico, visível pela dimensão histórica de sua ocupações e por suas lutas para se manter em seus respectivos territórios.

3.1. Contextualizando a política de parques nacionais: sua formação, a questão do “patrimônio natural” brasileiro e a globalização da natureza

O modelo de Parques Nacionais foi criado nos Estados Unidos e Inglaterra, por volta do séc. XIX. No entanto sua base ideológica formou-se no século XVIII, no contexto do surgimento da Revolução Industrial na Inglaterra. Observa-se, nesse período, conforme Isabel Carvalho (2000:11-12), uma degradação do ambiente urbano, poluição do ar, inúmeras doenças e a queda da qualidade de vida dos operários, contribuindo de forma decisiva para uma mudança nos valores em relação à natureza. Em contraposição à concepção vigente de natureza como algo ameaçador e que deveria ser “domado” pela cultura, nasce uma visão que valoriza o “selvagem e o rústico” como reservas de integridade biológica, estética e moral”, ou seja, como “reserva do bom e do belo” (Carvalho, 2000:11-12). Também se cria um certo sentimento anti-social, onde é valorizado o isolamento espiritual no reverenciar a natureza em lugares afastados das cidades. Lugares isolados e distantes, como ilhas, fazem parte do imaginário de natureza selvagem, intocada.¹⁷

Conforme Diegues (1999:24-25), a visão do mundo natural como algo selvagem e intocado se consolidou nos Estados Unidos, já em um período em que o capitalismo se encontrava em estágio avançado, apresentando um processo de urbanização crescente. Tal visão materializou-se na efetivação de Parques Nacionais, propondo a criação de áreas isoladas para proteção ambiental. Este processo se consolida em uma conjuntura internacional de questionamento do antropocentrismo no âmbito da consolidação cultural da sociedade ocidental moderna, idealizando novas relações dos homens com a natureza pela idéia de preservação desta, sobretudo exteriorizado no movimento paisagístico de construção idílica da natureza na literatura, na pintura, nas novas políticas de lazer, turismo, viagens e férias como mostram as obras de Keith Thomas (1998), Raymond Williams (1990) e Simon Schama (1996), entre outros.

Os projetos de consolidação deste modelo começaram a ser implantados no Brasil no final da década de 1930, numa reação ao “sopro de destruição” como intitula José Augusto Pádua seu estudo sobre o pensamento político e crítica ambiental no Brasil

¹⁷ Diegues (1996:24). Conforme o autor, neste período observa-se a emergência das idéias dos escritores românticos sobre o mundo natural, através de relatos de viagens, como Robinson Crusoe. No entanto, essas idéias adquiriram maior ênfase no século XIX, tendo grande influência para a criação de parques e reservas naturais. A natureza isolada (neste sentido associada com ilha) e selvagem representa toda uma idéia de paraíso perdido, relacionada com a visão religiosa católica/protestante da expulsão do homem do paraíso.

escravista (1786-1888). Com uma potencialidade estética natural, no Brasil, as políticas direcionadas em proteger áreas naturais seguem a lógica global de valorizar a plasticidade em termos de riquezas paisagísticas (Diegues, 1996; Silveira, 2000), associada a idéia de contemplação e lazer voltadas ao consumo moderno.

Neste sentido, Silveira (2000a:2-4) analisa esta questão sob o prisma da noção de “patrimônio natural”, ou seja, em relação ao que se considera como recursos naturais, sob o qual se exerce a soberania nacional, com o objetivo de salvaguardá-lo, mantendo suas “características naturais”, afastando e evitando o estabelecimento humano. De acordo com esta perspectiva, o autor destaca duas dimensões, uma relativa ao valor estético dado a uma natureza vinculada à identidade-nação, destacando-se o “motivo edênico” que povoa o imaginário social brasileiro de que nos fala José Murilo de Carvalho (1998); e outra, que se constitui de acordo com uma ótica capitalista de utilização dos recursos naturais, baseada nos interesses de soberania nacional. Como coloca Silveira, esta perspectiva objetiva

assegurar a soberania sobre os recursos naturais e criar estratégias de exploração dos mesmos, salvaguardando reservas/estoques daquilo que poderíamos chamar de capital biótico, bem como de recursos minerais (Silveira, 2000a:3).

Quanto ao edenismo, observa-se como está relacionado originalmente ao imaginário dos colonizadores europeus e que encontra paralelo na reverência à natureza dos séculos XVIII e XIX. Segundo José Murilo de Carvalho (1998), o “motivo edênico” ocuparia o imaginário brasileiro como base de um projeto de nação. Esta visão vai sendo construída historicamente, introjetada na visão dos brasileiros em relação ao seu país. A questão do motivo edênico nos leva à representação da natureza simbolizando o potencial da nação, sendo vista, portanto, como um bem coletivo da nação brasileira. Assim, o patrimônio natural do país é relacionado com os aspectos cênicos, com a beleza das paisagens que povoa o imaginário do brasileiro, adquirindo uma conotação própria em relação à identidade nacional. Desta forma, o intuito de proteger a natureza torna-se uma ação governamental, implicando uma questão de soberania nacional, onde o Estado se encarrega de proteger os recursos naturais.

A partir dos anos 1960, surgem nos países industrializados os movimentos ecológicos, caracterizados como movimentos das camadas médias da população urbano-industrial, preocupados com a defesa da vida animal e vegetal, inseridos em

movimentos de contracultura que objetivavam, a grosso modo, “a proteção de ecossistemas representativos da biodiversidade” (Lobo, 2000:39).

Mas é de fato na década de 1970 que estes movimentos se tornam mais organizados e avançam em suas discussões, voltando-se para a questão da extinção das espécies, incluindo a problemática referente aos recursos naturais como um todo, abordando problemas como poluição do ar e o esgotamento dos recursos naturais, buscando soluções em nível mundial. Como elucidada Silveira:

A ecologia, desta maneira, se torna uma noção impulsionadora de um tipo de natureza que se globaliza, que quer estabelecer um novo modelo de relação com o mundo natural, própria de determinados grupos nas sociedades urbano-industriais que passam a se engajar de forma mais efetiva nas “lutas pelo meio ambiente”, associando uma visão neo-romântica com um instrumental da natureza, onde a idéia de Parque Nacional cumpre um papel significativo enquanto instrumento de conservação (Silveira: 2000a:3-4).

Estando em jogo o equilíbrio ecológico do planeta, os projetos ambientais no âmbito internacional e nacional tratam, cada vez mais, de constituir políticas relacionadas à globalização, divulgadas como políticas internacionais sobre o meio para conservação da biosfera, consolidando nos anos 1990, “políticas de conservação da biodiversidade no contexto dos diferentes sistemas econômicos de produção sustentável” (Lobo, 2000: 39). Portanto, a política de “parques de preservação” insere a noção de “preservar”, ou seja, de preservar a ambiência/ecossistema no âmbito de uma política que responde a uma noção moderna de meio ambiente.

Nessa perspectiva proliferam as reuniões de países e de Organismos não Governamentais (ONGs) em todo o mundo, para discutir os problemas ambientais que se tornam cada vez mais drásticos com riscos planetários eminentes (como por exemplo, o Clube de Roma, a Reunião de Estocolmo e a Rio 92). Ao mesmo tempo, evidencia-se uma tendência a forçar ações na esfera particular de cada nação, geralmente dentro de uma perspectiva em que prevalecem os interesses específicos dos governos de cada país, mas não necessariamente suas populações. Dentro desta complexidade, não se leva em conta a perspectiva local, defendida por algumas ONGs, mas dificilmente administradas eficazmente pelos governos e suas instituições especializadas. Desta forma, ao mesmo tempo em que interagem, o local, o nacional e o global, também se chocam em suas lógicas distintas, relacionadas com as representações de natureza, mesmo no que tange à estruturação de políticas de educação ambiental que deveria

desempenhar a função mundial de re-socialização do homem com seu ambiente, promovendo mudanças radicais de comportamento intrageracional voltado a um programa de redirecionamento da conduta humana ¹⁸.

No Brasil, a implantação do modelo de Parques Nacionais pelo governo brasileiro teve grande ênfase justamente a partir da década de 1970, durante o período de ditadura militar (Diegues, 1995:164). No entanto, a perspectiva desenvolvimentista que os militares colocavam em prática defrontava-se com os movimentos ecológicos, baseados em uma crítica ao capitalismo. Conforme José Murilo de Carvalho (1998:70), entre os militares, predominava uma visão nacionalista com bases no edenismo, procurando mostrar o Brasil como um país de riquezas naturais infinitas e, ao mesmo tempo, moderno). Colocou-se em prática um projeto nacional desenvolvimentista, enquanto que, paralelamente, eram criados “espaços isolados” de proteção ambiental. Esse processo gerou uma série de conflitos para com os povos tradicionais que habitavam essas áreas, impossibilitando-os, em parte ou completamente, de exercerem suas práticas socioculturais nos territórios definidos como de preservação, portanto, sob a tutela do Estado.

A visão nacionalista remete à questão de uma “ideologia territorial”, que estrutura a idéia de Estado-nação, Conforme coloca Paul Little (2002),

Em primeiro lugar, a ideologia territorial do Estado-nação é vinculada ao fenômeno do nacionalismo, que reivindica um espaço geográfico para o uso exclusivo dos “membros” de sua comunidade nacional (Gelner, 1983). Em segundo lugar, esta ideologia territorial se fundamenta no conceito legal de soberania, que postula a exclusividade do controle de seu território nas mãos do Estado (Little, 2002:7).

Este autor apresenta um enfoque dado à esfera do Estado em relação à política de Parques Nacionais, fundamentada na questão da territorialidade. Desta forma, define territorialidade “como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território [...]’ (Little, 2002:3), incluindo, portanto, a territorialidade de grupos sociais específicos dentro do Estado-nação. Conforme o autor, um primeiro aspecto referente à esta questão, diz respeito à coexistência do território do

¹⁸ Sobre este assunto, ver Isabel Carvalho (1998).

Estado-nação com os chamados “territórios sociais” que existem em seu interior:

A existência de outros territórios dentro de um Estado-nação, sejam eles as autoproclamadas “nações” ou “nacionalidades”, ou territórios sociais, como estamos analisando aqui, representa um desafio para ideologia territorial do Estado, particularmente para sua noção de soberania. Este ponto de vista representa uma das raízes pela qual o Estado brasileiro teve e tem dificuldades em reconhecer os territórios sociais dos povos tradicionais como parte da sua problemática fundiária. (Little, 2002:7).

Segundo Little (2002:7), a questão fundiária brasileira é historicamente dividida entre terras públicas e privadas, sendo que as públicas abrangem os territórios considerados como Parques Nacionais, que são associadas ao controle do Estado e, portanto, consideradas como pertencentes à nação, o que significa no reconhecimento formal de seu pertencimento a todos os cidadãos do país. No entanto, o autor observa que

Na realidade, esses usos tendem a beneficiar alguns grupos de cidadãos e , ao mesmo tempo, prejudicar outros. Conseqüentemente, o usufruto particular das terras públicas se converte numa luta pelo controle do aparelho do Estado ou, no mínimo, pelo direcionamento de suas ações em benefício de um ou outro grupo específico de cidadãos (Little, 2002:8).

Neste sentido, evidencia-se a ação do Estado em não permitir a presença de populações humanas, que desempenham atividades vinculadas a determinado meio ambiente dentro de seus territórios, expulsando-as da área de proteção, ao mesmo tempo em que privilegia, por exemplo, as camadas médias urbano-industriais a praticarem o “turismo ecológico” nessas áreas, de acordo com um olhar de contemplação das belezas cênicas, conforme o imaginário de “natureza intocada”; ou até mesmo grupos de técnicos e cientistas que desenvolvem estudos minuciosos sobre o ecossistema, sem, no entanto, considerar a perspectiva do saber local referente aos povos tradicionais.

3.2. O conservacionismo-preservacionismo e o socioambientalismo

No cenário do crescimento urbano-industrial, caracterizado por ser um processo global, que vem exaurindo as condições ambientais, a criação de um Parque Nacional se insere numa política de gestão ambiental que visa a manutenção dos recursos naturais de determinado território, procurando manter as características dos ecossistemas formadores de uma região.

Subjacente à idéia de parques e reservas naturais, há duas perspectivas: a conservacionista e a preservacionista. A primeira, caracteriza-se por apresentar uma ótica capitalista, no sentido de manter uma soberania sobre os recursos naturais, procurando desenvolver estratégias de utilização destes recursos e mantendo reservas dos mesmos para uso futuro; a segunda, conforme Diegues (1995), faz parte de neomitos que povoam o imaginário das sociedades urbano - industriais em relação à natureza. (Diegues, 1996:59). O autor considera como “neomitos” a visão das camadas médias urbanas sobre as áreas naturais protegidas como um “paraíso terrestre”, um espaço isolado de natureza “selvagem” ou *wilderness*, formando um conjunto de representações sobre a natureza que mistura o pensamento racional com o mítico¹⁹.

Por um lado, o conceito de Parque Nacional associa-se ao conservacionismo em seu aspecto instrumental, no que se refere às práticas de manejo de ecossistemas e de gestão de recursos naturais; por outro, o preservacionismo está mais associado ao campo subjetivo e ideológico, que faz parte da cultura urbano-industrial, permeando o conjunto do corpo técnico-científico que elabora e executa a política de gestão ambiental (Diegues, 1996:13-14, Silveira, 2000a:5).

Conforme Diegues (1996), o preservacionismo está fundamentado na proposta de criação de áreas isoladas para preservação ambiental, longe da ação do homem, que seriam como “ilhas”, de grande beleza paisagística, onde a natureza poderia ser contemplada pelo homem urbano como algo “selvagem” e “intocado”, portanto, com os neomitos sobre o mundo natural.

Da mesma forma, como se observa na política de gestão de Parques Nacionais, faz parte da perspectiva conservacionista procurar restringir, ao máximo, a intervenção humana, com o intuito de proteger os recursos naturais existentes em determinado território.

¹⁹ Diegues (1996).

Desta forma, estes espaços são concebidos como vazios, e o homem, como destruidor da natureza. No entanto, nos países tropicais, principalmente os latino-americanos, onde o modelo de Parques Nacionais foi implantado com maior intensidade, esta concepção choca-se com a realidade. Esse choque ocorre devido ao fato de que tais espaços são ocupados por povos tradicionais que têm um modo de vida peculiar e, quase na totalidade dos casos, fazem parte dos ecossistemas que a Política de Parques Nacionais visa conservar. Também demonstra que a percepção do homem como necessariamente destruidor da natureza é a percepção que as camadas médias urbanas têm de si, mas é estendida também aos povos tradicionais. Mergulhados nas estilizações da política e do poder do capital-dinheiro triunfante, há um claro esquecimento e negligência do modo de vida dos povos tradicionais por parte das camadas favorecidas da população, sobretudo de estruturas governamentais, mergulhadas em saberes tecno-científicos que acabam por excluir, dos territórios e do meio ambiente a serem preservados, a própria população tradicional local, numa clara tentativa de higienização paisagística.

Na contramão das contradições geradas pelo próprio processo político econômico do capital, os conflitos gerados, principalmente, a partir dos anos 1970, entre a Política de Parques e os povos tradicionais, se modificaram com a instauração de um quadro político-social de caráter democrático e liberal a partir da década de 1980, permitindo que os povos tradicionais se organizem e lutem por seus direitos, principalmente, por alianças com movimentos sociais mais amplos, como o dos seringueiros, por exemplo, em claro avanço de um movimento internacional pelo reconhecimento dos direitos humanos de duração no Planeta. Outro aspecto importante consiste na mudança gradativa do conceito de áreas naturais protegidas em relação aos povos tradicionais. Esta mudança, tem-se constituído como uma busca de alternativa para superação dos conflitos entre o Estado e os povos tradicionais, representada pela via do socioambientalismo, onde os povos tradicionais incorporam-se à ONGs e a movimentos sociais, tendo em vista suas lutas territoriais.

A perspectiva das décadas de 1960 e 1970 forma uma visão moderna sobre o meio ambiente que se globaliza e que, de certo modo, se reflete nos valores que subjazem à concepção da política de Parques Nacionais. Este período demarca o que Isabel Carvalho (1998) chama de “acontecimento ambiental”, considerado como “a emergência de um campo contraditório e diversificado de discursos e valores que

constituem um amplo ideário ambiental” (Carvalho, 2000:2). Segundo a autora,

a relação entre o acontecimento ambiental e a esfera institucional política se evidencia, por exemplo, na gestão ambiental, que tem se configurado como um campo onde se inscrevem os principais desafios políticos acerca de novos mecanismos de regulação social (Carvalho, 1998:2).

Assim, na gestão ambiental de parques e reservas observa-se um contexto de conflito na esfera da política pública, marcado por disputas internas.

Esta dimensão da política pública está permeada por aspectos conflitivos, e tem se configurado como *locus* o potencial de disputa entre a reprodução das desigualdades sociais e uma perspectiva solidária na gestão dos bens ambientais, que são por sua natureza, bens coletivos (Carvalho, 1998:2-3).

Identifica-se portanto, uma disputa , entre duas concepções em relação ao meio ambiente dentro da esfera do Estado: a dos socioambientalistas, que procuraram integrar os povos tradicionais à noção de preservação do meio ambiente, levando em conta as práticas socioculturais compatíveis com a preservação da natureza, e a dos conservacionistas/preservacionistas, voltados à política de exclusão social.

3.3. A problemática socioambiental no Parque Nacional da Lagoa do Peixe

A criação de um Parque Nacional afeta a população local, em razão de que não há vazios humanos nos ambientes designados como de conservação, como se supõe. É o que se observa em relação à existência do plano de manejo que visa retirar todos os pescadores que vivem no Parque Nacional da Lagoa do Peixe. De acordo com o IBAMA, este plano de manejo será colocado em prática a partir de 2005.

Alem disso, esta política de gestão ambiental caracteriza-se por centrar suas ações na fiscalização, tendendo a ver a população local como “agressores da natureza”. Em relação aos pescadores, a atividade pesqueira é controlada e monitorada pelo IBAMA, conforme a legislação ambiental vigente, onde a prática consiste em fiscalizar e punir aqueles que transgridem as normas de proteção.

Uma das alegações mais fortes diz respeito ao impacto ambiental que o parque sofre devido à pesca predatória, sendo que os pescadores são estimulados a migrarem sem

qualquer garantia, ajuda ou previsão quanto ao futuro. As ameaças de expulsão não levam em consideração o histórico das famílias que vivem da pesca como forma de subsistência.

Ao mesmo tempo em que se objetiva acabar com a intervenção humana na região, busca-se promover o ecoturismo. Desta forma, a população local seria expropriada, dando lugar para que as camadas médias urbanas contemplem o “mundo natural”.

A política de conservação de Parques Nacionais cumpre um papel importante na preservação dos ecossistemas. No caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe isto se dá, principalmente, em relação às espécies de aves migratórias. No entanto, são enfrentados problemas socioambientais, no que diz respeito às populações humanas nativas da região.

Essa problemática ocorre pela intervenção nas práticas culturais dos povos tradicionais, alterando seu modo de vida, por meio de sua transferência e/ou descontextualização de determinado território, excluindo-os de suas interações com a natureza.

Neste sentido, a política de gestão ambiental e suas estratégias de intervenção sobre os pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, apontam para um processo de extinção do modo de vida dos pescadores locais, fundamentada em sua relação com o meio ambiente. Trata-se de impedir a sobrevivência desses pescadores mediante suas práticas culturais, ou seja, de todo o seu processo ecossistêmico. Conforme ressalta Silveira a esse respeito,

O problema, portanto, está além da conservação dos ambientes naturais, na medida que as implicações em desconsiderar o ambiente como um dos elementos que definem as próprias práticas do animal humano no mundo e as suas interações sociais, são um problema de extinção de espécies mas também, de formas culturais peculiares (Silveira, 2000a:8).

De acordo com essa problemática, observa-se como esta forma de intervenção altera o modo de vida dos pescadores que vivenciam as restrições de suas atividades e o drama de uma possível desapropriação.

Levando em conta grupos sociais singulares, que apresentam formas tradicionais de manejo do meio ambiente, observa-se como o contexto de complexidade que envolve uma intrincada rede de relações formadora da etno-biodiversidade da Lagoa do Peixe remete à própria forma de intervenção e conhecimento acerca da biodiversidade que, em última análise, é uma questão cultural.

CAPÍTULO 4 – LAGOA DO PEIXE, UM LUGAR DE PESCA



Neste capítulo, aborda-se a questão da territorialidade relacionada às práticas socioculturais da comunidade de pescadores, e sua importância no processo de construção de sua identidade social. Embora o tema permeie toda a pesquisa, trata-se de oferecer os fundamentos básicos desta relação, em sua forma, talvez mais explícita, através de uma contextualização do grupo e do lugar.

O conceito de território é definido como um espaço apropriado e valorizado pelos grupos humanos, conforme os estudos de Giménez (1996:27 *apud* Raffestin, 1980:129) e Paul Little (2002), mais especificamente, de acordo com a noção de “território social” proposta por este autor, conforme vimos no capítulo anterior. Portanto, procura-se demonstrar como a área que envolve a Lagoa do Peixe se constitui, para os pescadores, em um espaço construído culturalmente, mediante suas representações e práticas de trabalho, explicitado como tal, em termos de pertencimento, que esboçam em relação ao lugar em que exercem a atividade pesqueira. Neste sentido, Maldonado (1994) considera que,

A noção de lugar não é só importante na constituição da experiência pesqueira no que se poderia chamar a sua dimensão êmica, como do ponto de vista analítico, porque falar de espaço é falar de algo amplo, imenso, indiviso como o mar ou como o céu quando se o chama de infinito. O *lugar*, a existência local dos fenômenos tanto no espaço físico como no espaço social é que lhes confere essência, significado e transcendência. É localmente que nos situamos e é localmente que as coisas acontecem (Maldonado, 1994:34).

Assim, a Lagoa do Peixe significa, não apenas o lugar onde trabalham, em seu sentido estrito, mas lugar em que vivem, palco da produção e reprodução social do grupo. A noção de lugar obedece a uma rede de intervenções, ocupações e deslocamentos incessantes na direção da sobrevivência do modo de vida desta comunidade pesqueira. Neste sentido, o contexto ecológico do lugar, abriga uma riqueza em termos de biodiversidade e, também, no que se refere à etnodiversidade, observável pela paisagem, onde homem está integrado ao meio ambiente, e pelas referências valorativas em relação ao lugar. Através do prisma das ações humanas sobre um determinado território, a contextualização do histórico do grupo e do lugar permite observar um quadro de transformações que ocorreram ao longo do tempo até a situação atual. Levando em conta que o passado é reconstituído no presente pela memória (Halbwachs, 1990), tais transformações são vistas privilegiando-se as vivências dos atores sociais, de acordo com suas trajetórias e relatos constituídos na experiência destes encontros etnográficos.

4.1. Descrição do cenário local: os pescadores e o parque

O Parque Nacional da Lagoa do Peixe está localizado na península situada entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, aproximadamente nas coordenadas 31°26'S, 51°10'W, 31°14'S, 50°54'W, na região que abrange os municípios de Tavares e Mostardas. Com aproximadamente 34.400 ha, este território tornou-se Parque Nacional em 1986, constituindo-se em uma área essencial para preservação ecológica, principalmente de aves migratórias

O território do Parque é formado pela Lagoa do Peixe e banhados. A lagoa é ligada ao oceano por uma barra, que costuma ser aberta por meio de uma escavadeira da prefeitura de Tavares, mas pode-se abrir, ou fechar, de acordo com os ventos e as marés, mantendo uma troca permanente entre lagoa e oceano.

Quando a barra é aberta, as larvas do camarão-rosa entram do mar para a lagoa, onde se alimentam e crescem, constituindo-se em fonte de sustento dos pescadores locais, aproximadamente durante os meses de janeiro a maio. Durante os períodos de estiagem, a lagoa pode secar completamente, dependendo das condições do vento e das chuvas. A profundidade média varia de 10 a 60 centímetros, podendo chegar a 2 metros no inverno, quando ocorre o período de cheia e a água do mar adentra o continente. Terminado o período chuvoso, inicia-se um período lento e progressivo de secagem da lagoa.

Na primeira etapa desta pesquisa, ocorrida no verão de 2000, era visível a secagem da lagoa a cada dia que passava, formando-se diversos lagamares de concentração salina, com frequência superiores à marinha, devido à estiagem que assolava não só a região, mas todo o estado.



As condições ecológicas e culturais da região podem ser analisadas segundo o olhar sistêmico de Silveira (2000a) que, em seus estudos sobre o Parque Nacional da Lagoa do Peixe, considera a área como

representativa de uma parte importante de um conjunto complexo de ecossistemas, configurando uma paisagem singular, numa região inóspita, onde tais ambientes interagem de forma a originar uma intrincada rede de relações ecológicas que coexistem com as ações

humanas que tendem a conformar a paisagem mediante suas práticas culturais (Silveira, 2000a:9).

Além da abertura da barra, pode-se observar a intervenção do homem moldando a paisagem na área que envolve os extremos da lagoa, onde a região apresenta uma faixa pantanosa em que se encontram alguns cultivos de arroz. Na parte leste, há dunas e uma plantação de *Pinus eliotis* com aproximadamente 12 Km de extensão²⁰. No lado oeste da lagoa, encontra-se uma mata nativa, onde habitam pequenos produtores rurais²¹, sendo que entre esta mata e a lagoa, a região é pantanosa.

Observa-se, no contexto da lagoa, diversas formas de intervenção humana, como constatou Silveira (2000a), identificando

as diferentes maneiras que os grupos humanos, mediante as suas práticas tecnoculturais, encontram de atuar sobre a dinâmica da lagoa transformando-a, desde a vila de pescadores – cujas técnicas de pesca visam basicamente a captura do camarão rosa - e os acordos com o município de Tavares que se materializam através dos seus serviços (o empréstimo da máquina para abrir o canal), dos pequenos agricultores que cultivam a cebola como atividade agropecuária básica, os proprietários de terras que introduziram espécies exóticas (*Pinus eliotis*), mas que também criam gado e equinos que podem percorrer o interior do parque, ainda que a pecuária extensiva possa ser considerada pouco desenvolvida na região (Silveira, 2000a:9-10).

Os pescadores que habitam o Parque Nacional da Lagoa do Peixe encontram-se ao longo da costa oceânica do Parque²², concentrando-se, em quase sua totalidade, em duas comunidades pesqueiras: uma, constituída pela vila da Barra, e a outra, objeto desta pesquisa, constituída pelas praias do Talha-mar, Lagamarzinho e Farol. Ambas as comunidades são formadas por pescadores artesanais que ali residem, permanentemente ou durante determinados períodos de pesca. Por estarem dentro da área de preservação, a Barra, o Talha-mar e o Lagamarzinho dispõem de uma infraestrutura precária. Não há luz elétrica, sendo utilizados lampiões a gás para iluminação das casas durante a noite. As moradias são barracos de madeira, construídos de forma

²⁰ O *Pinus eliotis* é uma espécie exótica, que foi introduzida na região na década de 1980. Percorrendo a BR-101 entre Mostardas e Tavares, até a entrada do Parque, vêem-se extensas florestas de *Pinus eliotis* e algumas madeiras. A terra é arrendada para a exploração destas florestas, sendo que boa parte da madeira é exportada.

²¹ Entre estes pequenos produtores, encontram-se aqueles que criam gado e outros que são pescadores-agricultores, predominando o cultivo da cebola. Segundo Maldonado, devido a complementaridade entre a pesca e a agricultura, os pescadores-agricultores “são considerados freqüentemente camponeses, talvez pelo fato de explorarem também a terra.” (Maldonado, 1986).

²² Os limites marinhos do Parque se iniciam próximo ao Farol de Mostardas, estendendo-se por 35 Km ao sul e 1 Km mar adentro.

simples, e a água utilizada é extraída de poços superficiais, cavados pelos próprios pescadores, provavelmente contaminados, pois se encontram muito próximos às latrinas. Já a praia do Farol, por localizar-se nos limites externos do Parque (portanto, fora da área de preservação), dispõe de energia elétrica e uma população maior de pescadores.



Estes grupos vivem da pesca do camarão e de peixes, como tainha, pescadinha e papa-terra. Trata-se de uma pesca baseada em um saber tradicional que envolve, desde a confecção e o reparo de redes, até as técnicas específicas de pesca, baseadas em um determinado conhecimento das condições da natureza, como o mar e os ventos.



A atividade pesqueira divide-se em dois ciclos ecológico-econômicos, o “verão” e o “inverno”. No ciclo do inverno, que ocorre aproximadamente de maio a dezembro, a atividade principal é a pesca na beira da costa de algumas espécies de peixes e do camarão sete-barbas. O ciclo do verão ocorre, aproximadamente de janeiro a maio, quando se pesca o camarão-rosa na Lagoa do Peixe.

4.2. Pescando vacas: um estudo comparativo entre etnografias sobre tempo e espaço

O contexto ecológico no qual os pescadores estão inseridos, implica uma relação entre tempo e espaço que pode ser observada de forma análoga ao enfoque dado pelos estudos clássicos de Evans-Pritchard (1978) sobre os Nuer, povo nilótico, cuja atividade principal diz respeito ao gado, um elemento fundamental para a compreensão de seu modo de vida. Em seu estudo desenvolvido junto aos Nuer, Evans-Pritchard abordou a ecologia daquele povo, constatando que

As limitações ecológicas e outras influenciam suas relações sociais, mas o valor atribuído às relações ecológicas é igualmente significativo para a compreensão do sistema social, que é um sistema dentro do sistema ecológico, parcialmente dependente deste e parcialmente existindo por direito próprio. Em última análise, a maioria – talvez todos – dos conceitos de espaço e tempo são determinados pelo ambiente físico, mas os valores que eles encarnam constituem apenas uma das muitas possíveis respostas a este ambiente e dependem também de princípios estruturais, que pertencem a uma ordem diferente de realidade (Evans-Pritchard, 1978:107).

Neste sentido, a noção de espaço dos pescadores diz respeito a suas relações ecológicas, vinculadas ao território do Parque, sendo significativo para a definição do modo como se organiza sua vida social, observando-se a dependência da natureza e suas condições para a realização da pesca, assim como no que se refere aos deslocamentos entre a praia e a lagoa, dentro da divisão entre os ciclos de inverno e verão.

Há, nesta comunidade, duas categorias de tempo que obedecem a duas dimensões significantes acerca de acontecimentos que marcam os grupos ao nível da relação de eventos, constituindo-se de grande interesse para os pescadores. Evans-Pritchard (1978) as define como “tempo ecológico” e “tempo estrutural”. A primeira diz respeito à relação com o meio ambiente, podendo ser observada na referência aos ciclos do verão e do inverno, dividindo-se o tempo de um ano em duas partes, onde o conceito de tempo relativo às estações está relacionado mais à dinâmica social que envolve os ciclos do que quanto à condição climática propriamente dita. A segunda refere-se aos fatos que marcaram “mudanças no relacionamento de grupos sociais”, sendo que, na memória dos pescadores, tem-se referência a transformações como a implantação do

Parque, a construção de estradas, e o surgimento e desaparecimento de vilas na costa oceânica do Parque.

Os aspectos que definem os ritmos da vida social são os ritmos da pesca (conforme veremos no próximo capítulo). Os deslocamentos, de acordo com os ciclos e com os períodos de escassez e fartura na pesca, envolvem toda a relação de socialização entre os pescadores, transformando o “ritmo ecológico” em “ritmo social” anual. Portanto, de acordo com esses ritmos, constata-se, em relação ao tempo, que sua duração se dá a partir da atividade pesqueira. Por um lado, há a noção de tempo concreto, no sentido do tempo perdido em uma pescaria frustrada (onde o período de pesca favorável deve ser bem aproveitado para garantir um certa renda e suprir as necessidades de subsistência), mas por outro lado, se apresenta um tempo sem esse caráter concreto, no sentido de que a variabilidade da prática pesqueira ocorre de acordo com a dependência em relação às condições da natureza. A noção de tempo também é definida por essas condições. De certo modo, o tempo está ligado às obrigações dos pescadores, a suas atividades rotineiras, ou seja, à atividade pesqueira. Estas obrigações apresentam um caráter econômico, sendo que, para Evans-Pritchard,

São as próprias atividades, notadamente as de tipo econômico, que constituem as bases do sistema e fornecem a maioria de suas unidades e notações, e a passagem do tempo é percebida na relação que uma atividade mantém com as outras (Evans-Pritchard, 1978:115).

Em relação ao espaço, além da questão fisiográfica, leva-se em conta as proximidades e distanciamentos em relação aos grupos que habitam o Parque, definidas por Evans-Pritchard como “distância ecológica” e “distância estrutural”:

O espaço ecológico é mais do que uma distância física, embora seja afetado por ela, pois também é calculado por meio do caráter da região que se situa entre grupos locais e por meio da relação dessa região com as exigências biológicas de seus membros. [...] a distância ecológica nesse sentido, é uma relação entre comunidades definida em termos de densidade e distribuição, e com referência a água, vegetação, vida animal e de insetos e assim por diante (Evans-Pritchard, 1978:122).

Assim, observa-se essa relação de distâncias nos ciclos do inverno e do verão para com a comunidade formada pelos pescadores do Lagamarzinho, Talha-mar e Farol em relação aos pescadores da Barra, onde as proximidades e distâncias entre os grupos são dadas de acordo com o “espaço ecológico”. Diferentemente do que ocorre no ciclo

do inverno, onde, como veremos, o espaço ocupado pelas comunidades estão circunscritos, basicamente, às vilas de pescadores e aos pontos de pesca ao longo das praias, no ciclo do verão, pescadores de diferentes localidades deslocam-se para as margens da lagoa, onde permanecem acampados por meses, situando-se no mesmo espaço. De acordo com o que Evans-Pritchard define como “distância estrutural” observa-se que, de certo modo, surgem alguns aspectos relativos às relações entre as comunidades de pescadores:

A distância estrutural é de ordem muito diversa, embora sempre seja influenciada e, em sua dimensão política, amplamente determinada pelas condições ecológicas. Por distância estrutural queremos dizer [...] a distância entre grupos de pessoas dentro de um sistema social, expressa em termos de valores. [...] Os valores limitam e definem a distribuição em termos estruturais e fornecem um conjunto diferente de distância. (Evans-Pritchard, 1978:122-123).

Constata-se, em relação ao ciclo do verão que, embora o espaço da lagoa seja comum aos pescadores de ambas as comunidades, formam-se pequenos agrupamentos somente entre os pescadores pertencentes à mesma comunidade. Portanto, não ocorre uma mistura entre os grupos, mas mantém-se uma “distância”, que é uma “distância estrutural”. A “distância estrutural” refere-se a certas divisões entre as comunidades, principalmente, quanto ao nível do parentesco e de grupos políticos, conforme será visto nos próximos capítulos.

4.3. História do grupo e do lugar

De acordo com relatos dos pescadores mais velhos, tem-se referência de grupos que já habitavam a costa oceânica, hoje considerada como Parque Nacional da Lagoa do Peixe, por volta das décadas de 1940 e 1950. No entanto, eram três ou quatro famílias que viviam isoladas na extensão das praias.

Naquela época, como é ainda hoje, a grande maioria da população que habitava a região consistia em famílias de agricultores, que se distribuíam na área que atualmente pertence ao município de Tavares²³. Viviam no “campo”, sendo que muitos deles se

²³ No início dos anos 1960 foi criado o município de Mostardas (Lei 4691 de 26/12/63), desmembrando-se do município de São José do Norte. O município de Tavares, surgiu no início da década de 1980 (Lei 7655 de 12/05/1982), desmembrando-se de Mostradas.

deslocavam em carroças para pontos da costa oceânica e, principalmente, para a Lagoa do Peixe, a fim de complementar, com a pesca, os ganhos obtidos na agricultura.

Danilo, pescador do Talha-mar, um dos mais antigos da comunidade, elucida no relato de sua trajetória familiar, as condições de vida deste passado recente:

A nossa família era muito grande. Somo dezesseis filho. Nosso pai.. nos criou plantando cebola, mas os guri já tavam grande. Aí deixava os guri a trabalhá na cebola e pescava, ficava um mês aqui na beira da lagoa. [...] Mesmo ali, naquela Véia Terra ali, com o falecido meu pai... nós parava embaixo dum carro, numa lona, que botava em cima do carro, e dormia embaixo. Salgava o peixe...era o camarão, era a tainha, era a traíra. Nós vendia ela em arroba, naquela época era em arroba. [...] o cara salgava o camarão, fervia o camarão. Aí o cara fervia e levava aqueles tachão grandão, fervia e salgava tudo e depois botava tudo na esteira. Aqueles peixe tudo que de primeiro nós pegava, nós botava nos arreio do cavalo e vinha de arrasto a cola do peixe. O falecido meu pai cansava de vir aqui no mar pegá a Meraguaia, até na lagoa. Era de arpão. Ia de cavalo. Pegava mesmo de cavalo, de arpão. Pegava de arpão. Um baita dum peixe! O cara botava nos arreio do cavalo e o peixe ia de arrasto. E a tainha aqui na lagoa nós carregava de carreta. Boi, puxando a carreta. Levava o peixe e salgava. (Danilo)

Identifica-se, na fala de Danilo, um passado que reflete sobre as técnicas de trabalho e as espécies de peixes que eram pescados. Neste caso, salgar e secar ao sol o peixe e o camarão era a única forma de conservação, pois não havia energia elétrica para a produção de gelo. A atividade pesqueira dividia-se entre a captura do peixe e a salga. Os materiais de pesca também eram outros. Em relação aos tipos de peixes, hoje algumas espécies são consideradas praticamente extintas, como é o caso da miraguaia. Os Pescadores costumam a referir-se à esse peixe com nostalgia, remetendo à uma época de fartura em que havia uma abundância de peixes.

Naquele período, já havia uma população de agricultores-pescadores na região em geral, obedecendo a um calendário específico de atividades complementares, principalmente entre a cultura da cebola²⁴ e a pesca do camarão-rosa e da tainha. O próprio contexto fisiográfico regional, onde o meio aquático se destaca, parece ter sido um fator de incentivo ao desenvolvimento da pesca²⁵.

Além disso, observa-se uma tradição pesqueira na península, destacando-se a proximidade com São José do Norte e Rio Grande, duas cidades portuárias que datam do

²⁴ Tavares é considerada a “terra da cebola”, sendo esta a principal atividade econômica da região. O cultivo de arroz e o corte de madeira (Pinus) também empregam uma parcela da população local.

período colonial e localizam-se entre a Lagoa dos Patos e o largo do Atlântico Sul. Na Lagoa dos Patos, a atividade pesqueira apresenta processos históricos de reprodução de pescadores artesanais e de exploração dos recursos naturais de seu ecossistema. A partir da década de 1940, o processo de migração de pescadores catarinenses para a Lagoa dos Patos, a constituição da figura do intermediário (atravessador ou comprador) e as inovações tecnológicas, como o aparecimento do motor, do gelo e novas técnicas materiais de pesca, levaram à intensificação desta atividade na região (Rodrigues Jr, Orlando & Ruano, s/d). De acordo com este processo, constata-se uma expansão da atividade pesqueira na região. A pesca, na Lagoa do Peixe e na costa oceânica, não ficou isolada desde processo (embora tenha ocorrido mais tardiamente) sendo que, a partir dos anos 1960, a pesca do camarão-rosa na Lagoa do Peixe começou, progressivamente, a se consolidar como uma atividade que possibilitava rendimentos significativos, atraindo, além da população local, pescadores que viviam ao longo da costa litorânea do estado e, posteriormente, pescadores de Santa Catarina.

Em relação à população da região, constata-se que no meio rural o processo de migração de agricultores para outras regiões é um fenômeno que ocorre com certa frequência, apresentando na maioria das vezes a questão da herança da terra²⁶ ou perda da safra, como fatores determinantes. Neste caso, agricultores e pescadores-agricultores migraram para a costa oceânica da área do Parque, dedicando-se exclusivamente à pesca. O relato de Irene, filha de pescadores-agricultores, sobre sua trajetória familiar demonstra, com clareza, este processo:

Meus pai eram pescador. Meu avô, o pai da minha mãe, morreu com cento e tantos ano, era pescador desde criança. Minha mãe foi criada assim nas garupa de cavalo, nas lagoa com ele pescando. Naquela época, passava uma condução, um carro, uma camionete, e era um bicho de sete cabeça! Não existia! Aparecia um carro e vinha quinhentos oiá o carro, que não existia um carro. E a minha mãe foi criada assim, com o meu avô, foi criado ali na Barra, nessa parada da Lagoa do Peixe. E minha mãe foi criada assim. Depois cresceu, o meu pai também era pescador. Aí cresceram e casaram, e aí foram prá praia e continuaram as pescaria. Foi um ano que deu a tal de sete-volta, uma doença que deu na cebola, e acabou com a cebola toda. E eles pescava prá comê, no caso. Não eram pescador profissional,

²⁵ Observando os mapas, percebe-se que o meio aquático envolve toda a região, que consiste em uma estreita faixa de terra. Na direção leste, temos o oceano Atlântico e a oeste, a Lagoa dos Patos. No interior desta faixa de terra, temos ainda a Lagoa do Peixe e diversas lagoas de água doce.

²⁶ Há uma vasta literatura sobre a herança da terra nas famílias nucleares camponesas, tratado por diversos autores como, por exemplo, Bourdieu (1966), Wolf (1976), Queiroz (1972) e Woortmann (1995 e 1997), apresentando, como pano de fundo, o problema da “falta de terra” para o crescente aumento da população camponesa. Conforme Wolf (1976), o processo de herança pode ser com ou sem a “partilha da terra”, no entanto sempre implica migração de camponeses.

pescava e plantavam. Aí nesse ano que arrasô a cebola essa doença, ficaram todo mundo assim.. passando fome de bicho, e aí inventaram ir prá praia, salgá, que era tempo da viola, arraia, esses peixe. Salgava e vendia uns quilinho prá quem tinha mais . Vendia aqueles peixe prá comprá comida prá eles porque não tinham. Foram gostando, e foram ficando, ficando. Até depois começou a vim esses cara de Santa Catarina assim prá comprá. Aí começou a ter a comercialização do peixe. (Irene)

Paralelo ao crescimento da pesca na Lagoa do Peixe, iniciou-se um processo de ocupação das praias da costa oceânica. As praias tornaram-se balneários e vilas de pescadores. Segundo Seu Wilson, as primeiras ocupações foram na Barra, considerada a vila de pescadores mais antiga. Depois surgiu a praia do Paiva. Seu Wilson recorda aquele período como um tempo em que as vilas eram povoadas,

Uma das primeiras praia que tinha ali era o Paiva. Era a Barra e o Paiva. A Barra assim, como uma cidade, né. [...] A Barra era... como uma cidade. Dos dois lado do canal ali. Era povoação grande. (Seu Wilson)

De surgimento posterior à Barra, a praia do Paiva começou a ser povoada por veranistas locais e alguns pescadores. Nas décadas seguintes, algumas outras praias foram surgindo ao lado do Paiva, como Lagamarzinho e Vinho.

Nos anos 1980, ocorreram transformações significativas na região, como a emancipação do município de Tavares, a implantação de florestas de *Pinus eliotis* e a criação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe. A formação do município de Tavares possivelmente levou a uma maior implementação de políticas públicas locais, como, por exemplo, se observa na abertura da estrada ligando o Talha-mar à RST-101, facilitando o acesso à costa oceânica. A criação da estrada foi decisiva para o surgimento da praia do Talha-mar, que começou a ser povoada no início dos anos 1990. Nesse período iniciou-se um processo de deslocamento dos pescadores das praias do Paiva, Vinho e Lagamarzinho para o Talha-mar, já que estas praias encontram-se em relativo isolamento, por não disporem da mesma facilidade de acesso proporcionada pela estrada. O Talha-mar é a praia mais recente da costa oceânica, tendo inicialmente atraído veranistas e pescadores locais. No entanto, por ter surgido após a criação do Parque, é considerada uma ocupação irregular pelo IBAMA que, por sua vez, tem projetos para reassentar pescadores e veranistas fora da área de preservação.

Além da estrada, outro motivo que levou ao esvaziamento do Paiva, Vinho e Lagamarzinho, pertence à ordem dos fenômenos naturais, como a ação erosiva das

ressacas do mar sobre as casas. Os pescadores do Lagamarzinho contam que suas casas, que se situam entre a primeira e a segunda linha de casas em frente à praia, eram os “fundos” de uma vila, sendo que na beira da praia ainda se encontram escombros de algumas moradias e do que outrora foi um clube de moradores e veranistas.

Juntamente com o avanço do mar, houve também o avanço das dunas. Conforme relata a pescadora Neuza que, após ter morado boa parte de sua vida no Lagamarzinho, mudou-se para o Farol ao casar-se, mas manteve seu ponto de pesca e a casa no Lagamarzinho, até que o avanço das dunas acabou soterrando a casa:

Quando a gente morava lá [no Lagamarzinho] o combro já tava bem próximo, né. E aí, quando a gente saiu, a gente deixou a casa e a gente veio morá aqui [no Farol], mas a gente pescava lá né; parava lá quando ia pescá. Mas aí a areia tomô conta de tudo e... abandonamo tudo. E aí, a areia derrubô tudo mesmo, a gente não tiro nada, foi a areia mesmo que destruiu. (Neuza)

Uma constatação semelhante, no que diz respeito ao avanço das dunas, pode ser observada na fala de Ferro, ao explicar o surgimento da praia do Talha-mar em decorrência do esvaziamento do Lagamarzinho:

O Talha-mar mesmo ali é uma praia nova. Eles foram fazendo, uns foram fazendo, outros foram prá lá, porque a areia começou a perseguir muito aqui também... aí fizeram aquela praia ali, aquela praia quando fizeram o parque, aquela praia não existia. A praia que existia era no Farol, aqui o Lagamarzinho e o Paiva. Aí o Paiva mesmo nem existe mais, né. [...] uma povoação forte era o Paiva e o Lagamarzinho. (Ferro)

As praias do Vinho e do Paiva praticamente desapareceram, sendo visíveis apenas poucas casas abandonadas, escondidas entre as dunas, sendo visíveis os escombros, onde a figuração da ruína remete à morte da vida social que ali existiu.

As representações sobre essas praias descrevem lugares em que a vida social era mais intensa, fazendo referência ao contato com pessoas “de fora”, como veranistas, agricultores e pescadores de outras regiões, interessados no peixe e no camarão.

Neste contexto, a natureza vai ocupando, novamente, os espaços das casas, que constituem o espaço simbólico que representa os grupos humanos, remetendo ao processo de não-intervenção do homem na natureza que procura ser implantado no local pelo IBAMA.

Apesar do abandono, as praias continuam existindo para os pescadores, tanto por sua relação com o passado de um lugar em que muitos ali viveram, como no

presente lugar de pescaria em que ainda se constitui, onde os referenciais de localização destas praias se dão pela demarcação dos pontos de pesca que alguns mantêm. Seu Wilson, por exemplo, mora em Tavares, mas pesca no Paiva:

Fico no Paiva. Vou ver como tá meu barraco lá. Eu vô pro Paiva, vô pro Talha-mar, que meus irmão tem casa lá no Talha-mar. Eu vô pro Lagamar, que tem uns parente que tem casa ali. Tem inclusive a turma que mora ali, os que tão morando ali mesmo são meu parente. Os que não são meu parente, a mulher é, né. (Seu Wilson)

A fala de Seu Wilson explicita a rede de parentesco que envolve praticamente todos os membros deste grupo. A comunidade se caracteriza por uma grande proximidade entre pescadores e agricultores, solidificada por laços de amizade e parentesco.

Este contato pode resultar inclusive em relações de parentesco, como ocorre em boa parte dos casos através de casamentos endogâmicos²⁷, ou seja, de agricultores que se casam com filhas de pescadores locais.

Outra forma de casamentos endogâmicos podem ocorrer em relação a pescadores de Santa Catarina, que se deslocam sazonalmente para a Lagoa do Peixe. A ligação entre pescadores locais e catarinenses é considerável, sendo que os agricultores locais chamam os pescadores em geral de “catarinãs”.

A população das praias do Talha-mar e Lagamarzinho é formada basicamente por filhos de pescadores que já habitavam a costa oceânica do Parque, somados a filhos de pescadores –agricultores que acabaram se dedicando, exclusivamente, à pesca e/ou ex-ceboleiros que migraram das localidades próximas, onde desempenhavam o trabalho de diaristas no plantio e colheita da cebola, passando a exercer a atividade pesqueira através do contato com os pescadores mais antigos. Esta situação é evidenciada pela fala de Ferro, ao remeter-se à sua trajetória familiar:

Nós vivia só da pesca, no causo meu vô era ceboleiro, pescava... porque primeiro tinha muito camarão nessa lagoa. Aí o pessoal compensava. (Ferro)

Uma das explicações para a “mudança de profissão” diz respeito ao tipo de trabalho e à questão econômica relativa ao processo de desvalorização do preço da cebola

²⁷ Sobre o assunto, ver Eckert (1993). A autora define o termo “endogamia profissional” para casamentos dentro de uma “comunidade de trabalho”, onde se conhecem e se formam as famílias, independente do nascimento ou não na comunidade.

nas últimas décadas, principalmente em decorrência da competição com a cebola produzida em outras regiões, somado aos gastos com agrotóxicos e os riscos de perda da safra. Segundo Mário, que plantava cebola e acabou se mudando com a família para o Lagamarzinho, onde pesca há mais de 30 anos, “A cebola não tava mais dando prá nós que somo fraco, porque só o grande se beneficia.”

Em relação à proximidade com pescadores que vieram de Santa Catarina, o fato do mercado de camarão e peixe ser predominante naquele estado e incipiente no Rio Grande do Sul²⁸, contribuiu muito para o contato entre os pescadores locais e os catarinenses, interessados, sobretudo, na pesca do camarão-rosa. A fala de Irene reflete esta questão, ao lembrar deste período pelo crescente fluxo pescadores “de fora”:

Teve uma época aqui que vinham de Santa Catarina, vinham de Rio Grande, vinham de Tramandaí, vinham de tudo quanto era lugar. Entravam esses caminhão de catarina aí, esses caminhão grande aí, vinham a base de mil, mil e poucos pescador de fora prá ali. (Irene)

Com a criação do Parque, o fluxo de pescadores de outros lugares diminuiu significativamente, pois o IBAMA fiscaliza a pesca do camarão-rosa, procurando controlar a permanência de pessoas na área de proteção, permitida somente aos pescadores que constam em seu cadastro e que são portadores de carteira de pescador profissional. Conseqüentemente, o fluxo de migrações foi reduzindo, levando ao isolamento as praias do Lagamarzinho e do Talha-mar. Outro aspecto relevante diz respeito às dificuldades enfrentadas pelos pescadores novos (geralmente filhos de pescadores locais) em obter a carteira de pescador profissional, que consiste em uma estratégia do IBAMA em diminuir, de forma progressiva, a atividade pesqueira na área de preservação. Desta forma, o não-reconhecimento, por parte do IBAMA, destes pescadores novos influi diretamente na reprodução social da comunidade, levando a uma redução significativa da população de pescadores que ali viviam, sendo que a maior parte acabou se mudando para a praia do Farol, onde não há fiscalização.

No final da década de 1990, foi iniciado, pelo governo estadual, o asfaltamento da RST-101, conhecida até então como “estrada do inferno”²⁹, demonstrando o

²⁸ Praticamente toda a produção pesqueira tem como destino Santa Catarina. Segundo os “compradores” locais, isto se deve ao fato de que os catarinenses consomem 80% de pescado e apenas 20% de carne vermelha e frango, enquanto no Rio Grande do Sul a estatística apresenta estes valores de forma invertida, caracterizando um consumo baixo de pescado.

²⁹ A “estrada do inferno”, única rodovia de acesso à região, era uma estrada de areia que apresentava lamaçais e dunas ao longo de seu percurso, sendo que, com frequência, veículos atolavam, justificando, portando, esse nome. Devido às suas péssimas condições, boa parte dos veículos transitava pela beira da

estabelecimento progressivo de políticas públicas para a região. A abertura da estrada que leva ao Talha-mar, o asfaltamento da RST-101 e a criação do Parque, acarretaram uma série de mudanças que constituem o cenário atual de contato dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe em geral, com a sociedade envolvente, demonstrando que, quando políticas públicas atuam sobre uma determinada localidade, tendem a causar impactos e regular as relações. Portanto, as mudanças ocorridas nos últimos 20 anos quanto à distribuição, concentração e esvaziamento dos pescadores ao longo da costa foram impulsionadas, principalmente, por dois fatores: a questão das vias de acesso, proporcionando uma maior facilidade de deslocamento, diminuindo as distâncias e conseqüentemente, o tempo das viagens, influenciando na concentração dos grupos locais; a criação do Parque, que resultou em um controle sobre a atividade pesqueira e a prática de estratégias que visam a retirada gradual dos pescadores da área de preservação, impedindo, por exemplo, a instalação de qualquer infra-estrutura nas vilas localizadas dentro da área de proteção.

CAPÍTULO 5 - PESCARIA DE REDE



As representações dos pescadores sobre seu modo de vida, centrado na atividade pesqueira, contempla a organização do trabalho, as relações sociais que se configuram neste universo e o saber sobre a natureza. Esta perspectiva implica perceber os elementos constituintes da organização social do grupo, baseados em práticas sociais concretas, em termos dos significados dados pelos próprios atores sociais, privilegiando-se, portanto, as interpretações que expressam sobre suas experiências vivenciadas a partir do cotidiano de trabalho.

A forma de apropriação e repartição do trabalho e do produto da pesca são construídos socialmente, com base nas relações de reciprocidade e hierarquia que conformam a vida social deste grupo. O conjunto das relações podem ser sintetizadas de acordo com a noção de “reciprocidade hierárquica” trabalhada por Lanna (1995), que procura agregar as noções de reciprocidade de Lévi-Strauss (1982) e hierarquia de Dumont (1985), propondo uma correlação entre os dois conceitos para abordar aspectos da realidade econômica dentro de um contexto cultural específico.

Assim, a organização social do grupo conforma-se de acordo com a perspectiva de “reciprocidade hierárquica”, constituindo tanto as práticas de trabalho locais como as relações familiares. Na atividade pesqueira, as relações de trocas simbólicas e a lógica de mercado estão imbricadas, apresentando um caráter de complementaridade, que sugere um “englobamento do contrário” correspondente àquele entre holismo e individualismo, demonstrado por Dumont (1985). Ou seja, em um pólo, as relações de troca de acordo com a lógica das sociedades tradicionais, baseada em uma hierarquia que orienta deveres e obrigações em relação a amigos, parentes e familiares; a este agrega-se outro pólo, aquele da ordem moderna, fundada no individualismo e que visa o lucro e as relações comerciais.

A reciprocidade e hierarquia do grupo estão ordenadas de acordo com uma visão de mundo baseada no saber-fazer, que ordena, ideologicamente, o processo de trabalho, aqui visto como fundamentado na perspectiva de Godelier (1978: 72) que, através da análise da organização social dos pigmeus Mbuti do Congo, considera as forças produtivas formadas pela complementaridade entre os “meios materiais e intelectuais de produção”.

Embora exista uma considerável referência quanto ao saber-fazer em estudos sobre pescadores (Forman, 1970; Maldonado, 1988; Diegues, 1995; Ribeiro Neto, 1998), o sentido que é dado aqui corresponde àquele desenvolvido por Woortman

(1995:11-12), que define o saber como uma percepção da natureza e dos homens, e o fazer, quanto ao processo de trabalho que constrói espaços sociais e de gênero.

5.1. Tecnologia empregada na pesca

A atividade pesqueira local se caracteriza pelo baixo emprego de tecnologia moderna, condição inerente à pesca artesanal quando comparada com a pesca industrial. Esta condição, somada à dependência em relação ao meio ambiente, constitui-se em um elemento fundamental sob o qual se efetivam as relações internas ao grupo, como bem observou Evans-Pritchard,

A tecnologia, sob um ponto de vista, é um processo ecológico: uma adaptação do comportamento humano às circunstâncias naturais. Sob outro ponto de vista, a cultura material pode ser considerada como parte das relações sociais, pois os objetos materiais são correntes ao longo das quais correm os relacionamentos sociais, [...] assim as pessoas não apenas criam sua cultura material e vinculam-se a ela, como também constroem seus relacionamentos em torno dela e vêem-nos em termos daquela (Evans-Pritchard, 1978:101-102).

Durante o ciclo do inverno, a atividade pesqueira ocorre na costa oceânica. A praia é demarcada pelos pontos de pesca, que consistem no espaço que o pescador dispõe para colocar suas redes. Essa demarcação obedece a determinadas regras territoriais, primeiramente no que se refere à distância mínima entre cada ponto que, embora não seja obedecida à risca, é suficiente para evitar que as redes se enrolem umas nas outras por falta de espaço. Em segundo lugar, cada ponto pertence à determinado pescador que, com seu grupo, é o único a utilizá-lo. Em boa parte dos casos, o ponto é herdado de uma geração à outra, mas também pode ser comprado.

Herdado ou comprado, ambas as formas podem gerar diferenciações entre os pescadores, como é o caso de uns disporem de mais de um ponto, enquanto outros não dispõem de nenhum. De qualquer modo, a questão é que existem mais pescadores do que pontos de pesca, sendo este problema contornado, em parte, como se verá logo adiante, pela forma de trabalho dos grupos de pesca.

Vita, por exemplo, é um pescador que não tem ponto, sendo que mora fora da área de proteção, mas pesca no Lagamarzinho com Ferro, dono de ponto. Segundo Vita,

Prá comprá um ponto de pesca é uma média de mil , mil e quinhentos reais.Prá ti consegui um ponto não é fácil, nem prá comprá.Porque quem tem não dá, e não cede também. (Vita)

Se o ponto não estiver sendo utilizando pelo dono, este pode conceder que outro grupo de pesca venha a fazê-lo, o que é difícil de ocorrer. Mas um grupo de pesca utilizar um ponto que não lhe pertence, sem o consentimento do dono para tal, é considerado como “falta de respeito”, podendo gerar brigas e discussões.

Fisicamente, o ponto pode ser observado, na praia, pela presença do “calão” e do “cabo”. O “calão” é uma estaca grossa de madeira, cravada na areia, onde é amarrada uma extremidade do “cabo”, corda de aproximadamente 200 metros. Na outra extremidade do “cabo” é amarrado outro “cabo”, que é preso a uma âncora no mar. Depois de jogada ao mar, a âncora não pode mais ser retirada. Pode-se apenas trocar o “cabo” que está amarrado ao “calão” quando este já estiver muito velho, para evitar que arrebente e ocasione a perda do outro “cabo” e, conseqüentemente, da âncora. Para colocar a âncora no mar, se pode utilizar o caíque (canoa pequena de madeira, impulsionada por uma taquara). No entanto, o caíque é muito frágil para ser utilizada no mar, podendo virar com facilidade, diferente do que ocorre na lagoa, durante o ciclo do verão, quando é fundamental para a pesca do camarão-rosa e como meio de deslocamento de uma margem à outra.

Na beira da costa, somente quando há uma calmaria é possível que um pescador com caíque leve a âncora e jogue-a ao mar. A alternativa adotada pela maioria é recorrer ao comprador, que dispõe de bote inflável para a realização deste trabalho. Neste caso, o pescador paga uma quantia em dinheiro ou “fica devendo”, comprometendo parte de sua produção junto ao comprador.

Dispondo do ponto, colocam-se as redes de pesca, que são presas ao cabo e serão mais tarde puxadas da beira da praia por uma pick-up rural ou jipe. Estes veículos são os mais apropriados para o local, possibilitando o transitar na areia e nas estradas alagadas. O mais comum é a utilização da pick-up rural, chamada por alguns de “fubica”, pois tem mais “força” para puxar a rede. Esses veículos geralmente apresentam ajustes na caçamba, ou mesmo em todo o chassi, feito de madeira, substituindo o original, já deteriorado ante a corrosão causada pela maresia.

O combustível utilizado é o gás de cozinha. Trata-se de uma solução, considerando o custo da gasolina e da inexistência de postos de abastecimento no local. Como não há presença da polícia rodoviária dentro da área do Parque, o gás é utilizado como combustível sem problemas.



No entanto, para ir a Tavares, por exemplo, os pescadores são obrigados a percorrer um pequeno trecho da RST-101, correndo o risco de serem multados pela polícia rodoviária, embora até o momento não tenha ocorrido nenhum caso.

A pesca realizada na lagoa, consiste essencialmente na captura do camarão-rosa, apresenta o mesmo padrão de cultura material, porém um pouco mais simples do que aquele referente à pesca na beira da costa, sendo utilizados os seguintes artefatos básicos: caíques, redes (chamadas de “aviãozinho”) e lampiões a gás.



Tanto na pesca da beira da costa, quanto na pesca da lagoa, a utilização do *freezer* se apresenta como solução ante a perecibilidade do produto, permitindo aos pescadores negociarem com o comprador. Torna-se possível esperar por um preço melhor, ou então, no caso de se ter pescado uma quantidade muito pequena de peixe ou camarão, insuficiente para que o comprador venha buscá-la, é possível manter o pescado até que se acumule uma quantidade maior. De acordo com Gilberto,

Todo o pescador que... aí pega 20, 30 quilo de peixe não vem o comprador de fora buscá... aí já tem o *freezer*, né. Tem gelo, então ele bota no gelo, bota num *freezer*, e fica ali, né... Aí quando é amanhã ou depois, já pega mais, e daí o comprador vem buscá. E com nós aqui [Talha-mar] é mais difícil, né. Porque aqui qualquer 4, 5 quilo de peixe, tem que reparti com os amigo prá comê, ou levá no Farol... botá no *freezer*, dá uma gelada. (Gilberto)

Assim, o *freezer* é almejado por muitos pescadores, mas sua utilização dentro da área do Parque torna-se inviável por falta de energia elétrica. Alguns pescadores utilizam geladeiras movidas a gás de cozinha, como solução provisória, que mesmo não

apresentando a eficácia de um *freezer*, permite que o pescado seja conservado por algum tempo, além de possibilitar também a conservação de alguns mantimentos para o consumo familiar. No entanto, Gilberto, apesar de ser morador do Talha-mar, gela seu pescado no Farol. A alternativa encontrada por Gilberto, assim como por outros pescadores, baseia-se na rede de relações de reciprocidade do grupo, como nos esclarece sua fala, ao ser indagado como poderia gelar seu pescado se não tinha *freezer*:

É dos amigo, né. Mas isso aí... é amizade nossa, e se tivé... eu não tenho *freezer*, mas os amigo tem e eu vô lá, pergunto prá um: tem lugar? [...]. Se não tem lugar, arruma lugar, se não tem gelo, arruma gelo... devagarzinho a gente vai melhorando o preço, né.

Observa-se que, com ou sem *freezer*, os pescadores costumam dividir o peixe que não é vendido, sendo direcionado para a subsistência dos grupos de pesca, conforme as relações de reciprocidade presentes na vida social.

5.1.1. As redes



Na pesca da beira da costa utiliza-se a rede de “três panos”, também chamada de “feiticeira”, e a rede “malhão”. A rede “três panos” tem esse nome porque é formada por três malhas, sendo duas de abertura grande e, uma, com abertura pequena. O peixe

passa pelas malhas maiores e fica preso na malha de abertura menor. Com a “três panos” se pesca tainha, pescadinha, bagre, papa-terra e enxova. Esta rede também pode ser utilizada na lagoa para a captura da tainha e do linguado.

A pescaria por meio do “malhão” ocorre com menor frequência do que com a “três panos”; é utilizada na captura de peixes como o linguado e o cação, que se encontram mais afastados da beira da costa. Caracteriza-se por ser uma rede mais resistente que a “três panos”, pois o linguado e cação são peixes grandes que rasgam e “comem” a rede.

Para a captura do camarão sete-barbas, utiliza-se a rede “avião”, enquanto que na lagoa pesca-se o camarão-rosa com um conjunto de redes “aviãozinho”. Ambas são parecidas, mas a rede “avião” é maior e mais resistente, utilizada da mesma forma que a “três panos” e “malhão”, ou seja, em conjunto com os “cabos” e o ponto de pesca.

As redes “aviãozinho” são redes menores e mais frágeis, apropriadas para as águas calmas da lagoa. Cada pescador cadastrado ao IBAMA tem direito a utilizar, no máximo, um conjunto de 40 redes “aviãozinho”, sendo que a quantidade de redes empregadas pelo pescador varia muito, mas em média utiliza-se de 20 a 40 redes. O IBAMA controla o número de redes, distribuindo lacres, onde cada pescador tem direito a um determinado número de lacres (redes).

Pesca-se também com a tarrafa e o espinhel. No entanto, sua utilização se dá com menor frequência pelos pescadores, pois se caracteriza por ser uma pesca individual e que não possibilita uma produção de pescado voltada efetivamente para a comercialização, mas para o consumo doméstico. A rede “aviãozinho” custa, em média, cem reais, sendo que o pescador necessita de no mínimo 20 “aviãozinhos”, chegando a R\$ 2.000,00. Adquirir uma rede para pescar peixes tem um custo alto para o pescador. Uma rede “três panos” com 400 metros, por exemplo, custa em média R\$ 600,00. A rede não vem pronta, cabendo ao pescador “entralhar”, ou seja, colocchumbos, as bóias e as costuras (chamadas de “feitio”).



Somado à âncora e a 4 rolos de “cabo”, custa mais de R\$ 1.000,00. Quando o pescador não sabe “entralhar” ou fazer o “feitio”, paga para que alguém o faça. O mesmo ocorre quanto aos reparos das redes.



Para alguns pescadores não basta apenas remendar a rede. Saber costurar ou remendar a rede constitui-se, juntamente com o conhecimento do mar, em um fundamento indispensável para a prática da pesca, como nos esclarece Ferro:

O mais importante é tu saber remendar uma rede e conhecer o mar na hora de largar uma rede... isso é o mais importante. Porque se não sabe remendar uma rede, refazer uma rede, tu sente dificuldade. Porque o... o serviço de remendar uma rede é ruim, ninguém qué fazê, no caso de pagar. Já tem, tu vai pagá o que sabe, mas aquele que sabe já tem a dele arreventada e não vai pegá a tua. E vai prum conto que a rede, se ela não se remendar ela se entrega. Se tu vai mantendo ela e remendendo, ela vai longe.

Desta forma, considera-se que “saber pescar” passa pelo saber-fazer em relação às redes e ao mar.

5.2. Os grupos de pesca

Os grupos de pesca são, quase sempre, formados por dois ou três pescadores, organizados sob os sistemas de “meia” ou “terça”. O pescador que é dono de ponto e possui rede, realiza uma parceria com outros pescadores, sendo que a divisão da produção pode ser em partes iguais ou não. De modo geral, se forem pescadores dispendo das mesmas condições (rede e ponto), chama-se “meia”. Neste caso, o pescado é dividido em partes iguais. A “terça” costuma ocorrer quando um pescador é dono do ponto e da rede, trabalhando com um ou dois pescadores, que “entram com o corpo”, recebendo, cada um, 20% do pescado. Ambos os sistemas de trabalho e divisão do pescado podem ainda apresentar outras variações, dependendo das condições de cada pescador que compõe o grupo de pesca.

A relação de trabalho em que um pescador é dono do ponto e da rede, enquanto seu companheiro “entra com o corpo”, apresenta determinada hierarquia. O pescador que dispõe dos meios para pescar é como um “pequeno patrão” em relação ao companheiro que não possui tais condições³⁰.



Um adquire o comando da atividade pesqueira frente ao outro, tomando todas as decisões, como, por exemplo, quando colocar e quando puxar a rede do mar.

Desta forma, se estabelece uma hierarquia na relação de trabalho, mas não chega a haver uma divisão do trabalho propriamente dita, como ocorre em algumas comunidades de pescadores artesanais que utilizam embarcações³¹.

A hierarquia observada neste sistema de trabalho coexiste com uma lógica baseada na cooperação e camaradagem entre os pescadores. A cooperação permeia toda atividade da pesca, configurando-se em um princípio fundamental que rege as relações entre os pescadores.

³⁰ Sobre as relações de troca e patronagem, ver Lanna (1995).

³¹ No caso das embarcações, se considera a relação entre o mestre e os demais componentes dos botes, presente em vários estudos sobre pescadores embarcados. (Maldonado, 1986 e 1994. Diegues, 1995).



Já a camaradagem, embora seja colada à cooperação, é explicitada em determinados momentos da atividade pesqueira, como na despesca, considerado como um trabalho muitas vezes cansativo, mas ao mesmo tempo como um momento de socialização, em que o grupo de pescadores conversa animadamente enquanto retira o pescado.

Outro momento importante de socialização, foi observado quando se acompanhou, por várias ocasiões, um grupo de pesca na captura do camarão sete-barbas. A pesca consiste em colocar o “avião” no mar e esperar, no mínimo, três horas, para então puxá-lo e realizar a despesca. Após este trabalho, o “avião” é novamente colocado no mar e o grupo aguarda de três a quatro horas, para então, novamente, puxar o “avião” e despescar.



Este processo ocorre sucessivamente, durando, em média, de um a dois dias, sendo interrompido quando se constatar uma quantidade inexpressiva de camarão na puxada, que não compense todo o trabalho despendido, ou então, quando o vento e as condições do mar mudam, tornando-se desfavoráveis à pesca do crustáceo.



O grupo pode optar em realizar a pesca durante a noite, ou puxar o “avião” nas primeiras horas da manhã. No caso da puxada à noite, o grupo se entretém através do jogo de cartas, mais especificamente, da “canastra”, com o objetivo prático de permanecerem acordados. Este momento é de grande socialização, predominando a jocosidade; os pescadores conversam e dão risadas, contam piadas e bebem muito café, chimarrão e cachaça. O “carteado” e a “beberagem” não se restringem somente a esses momentos em que aguardam a puxada da rede, mas são típicas do convívio dos pescadores, embora seja durante o período em que estão pescando que esta socialização ocorra com maior intensidade, pois pequenos grupos de pescadores se agregam em torno da pesca.

Tanto a camaradagem quanto a cooperação relacionam-se com uma “troca de favores” entre os pescadores, constituindo-se em um aspecto fundamental para a coesão do grupo a partir da categoria “ajuda”, que, além do prisma da cooperação, adquire especial significado nos períodos de escassez, fortalecendo os laços sociais, já que quando se passa por necessidades, sempre há “ajuda”, tendo em vista que esta condição, a de passar por dificuldades, é uma possibilidade que envolve toda a comunidade.



A “ajuda” ocorre conforme os valores e comportamentos dos pescadores, de acordo com as relações de reciprocidade e parentesco existentes no grupo. Neste sentido observa-se que há também uma relação de “reciprocidade hierárquica” que, como será visto mais adiante, se faz presente nas demais esferas da vida social, permeando a lógica interna dos pescadores e suas articulações intra e extra-grupais.

Voltando à questão do ponto, temos que, para o dono, a tendência é a busca de uma parceria entre pares iguais, ou seja, no sistema de “meia” em que dois ou três pescadores dispõem, cada um, de seu ponto e rede. Neste caso, todos trabalham juntos, mas cada um tira o que pescou em seu ponto, enquanto que na “terça”, o pescador que tem o ponto e a rede divide o pescado com os companheiros. Mesmo ganhando um percentual maior, o dono do ponto ganha menos do que ganharia na “meia”. Além disso, corre o risco de perder a rede ou o cabo, inviabilizando a pesca do grupo. No sistema de “meia”, se um pescador perde uma rede ou cabo, pode contar com a “ajuda” de seus companheiros que acabam dividindo a produção dos seus pontos.

Cada um tem o seu [ponto]. O que pegô é o seu. Mas às veiz acontece de, no caso... eu tenho meu cabo, o Pedro tem o dele e o Jorge tem o dele. Arrebenta o cabo dum, a gente pega .. aí um fica de sócio do outro, prá ajudá né, prá não deixá o cara mal. É claro, a gente se dá bem, aí divide o pescado numa rede. Mas só acontece se um num tem maneira de pescá. Aí o cara reparte. (Mário)

Por outro lado, quem não tem os meios de pesca, não dispõe de outra alternativa além do sistema de “terça”. Pescar “ganhando porcentagem” contraria o princípio de autonomia do pescador, ou seja, o sentimento de que pesca para si, de que é “independente”. O aparente “igualitarismo”, baseado na reciprocidade, e que preside as relações entre os pescadores, atenua e até mesmo mascara a diferenciação baseada no sistema de “terça”. Portanto, um pescador experiente dificilmente “pesca por porcentagem”, cabendo este papel a um iniciante na pesca (que, por exemplo, migrou da agricultura), ou a um jovem pescador.

Para o iniciante, o sistema de “terça” é um aprendizado, assentado em uma relação hierárquica baseada não só nas condições materiais, mas no saber-fazer; no domínio de um conjunto de conhecimentos específicos sobre a pesca, baseado em sua prática cotidiana. Para o iniciante, o aprendizado na atividade pesqueira é como um ritual de entrada no grupo, passando a ser considerado como pescador. Assim, o saber-fazer se constitui em um elemento fundamental de reconhecimento da identidade de pescador.

5.3. A unidade familiar

O núcleo familiar e o grupo de pesca formam duas unidades produtivas que coexistem e se complementam. Na unidade familiar temos uma divisão do trabalho assentada em relação ao sexo e à geração, sendo a pesca exercida pelo homem/marido, enquanto a mulher, embora participe desta atividade junto com o marido, volta-se mais às tarefas domésticas. Os filhos, a partir de certa idade, participam da atividade pesqueira ajudando os pais, até chegar a uma idade em que dominam o saber-fazer. A partir desse momento, a tendência é constituírem família e formarem, por conta própria, os grupos de pesca.

A hierarquia, baseada no “saber-fazer” é a mesma que organiza a reprodução social do grupo, através do conhecimento passado de uma geração à outra. A sugestão desta análise apóia-se em Woortman (1997). A autora aborda o modo como os camponeses estruturam sua lavoura de acordo com a organização familiar, onde o saber-fazer é transmitido no próprio trabalho, geralmente pelo pai, que é o detentor do saber. O pai domina o saber técnico e, conseqüentemente, a família, estabelecendo uma hierarquia dentro do grupo doméstico. Desta forma, o saber técnico reproduz a estrutura social, já que a produção tem um lugar central dentro da reprodução do grupo. Desta forma, há um conjunto de saberes, que não estão separados, pelo contrário, se inserem em uma rede de relações e significados.

A organização da unidade familiar está baseada em um “valor-identidade hierárquico” (Dumont, 1985), que é determinante na distribuição dos papéis e, conseqüentemente, na divisão do trabalho em relação ao gênero, sendo que “[...] a oposição homem/mulher, expressa paradigmaticamente na oposição marido/mulher, oferece o eixo de articulação fundamental do “valor-família” [...] (Duarte, 1988:174). De acordo com a hierarquia baseada no “valor-família”, a condição de mulher encontra-se englobada à de homem/marido. Portanto, entre estes dois pólos, em que o primeiro é “encompassado” pelo segundo, agrupam-se categorias que se referem ao espaço ocupado de acordo com o gênero. Desta forma, temos uma relação em que o homem/marido vincula-se ao que é “externo”, ao “público”, ao que é de “fora da casa”, enquanto a mulher vincula-se ao “interno”, ao “privado”, à casa³². A condição de englobante/englobado se coloca de modo que ao homem/marido é permitido transitar

³² Cf. Duarte, 1988.

entre todos os espaços, enquanto que a mulher se encontra em uma condição mais restritiva.

A pesca, na costa, é associada a um trabalho coletivo que envolve o espaço público, que é o espaço da praia, portanto preferencialmente masculino. Como a praia é o espaço do trabalho, e como é “pública”, caracteriza-se por ser o meio onde o homem/marido exerce a atividade que garante a sobrevivência da família nuclear. Logo, cabe, ao marido providenciar o sustento da família nuclear. Embora haja uma rede de relações de reciprocidade e solidariedade em relação à família extensa, - formada (como foi visto no capítulo anterior) na maioria dos casos, por pescadores e agricultores da região - o marido busca uma certa autonomia de sua família frente à família extensa.

No entanto, isto não significa a ausência de mulheres pescadoras, como se poderia pensar, tendo em vista que, diferentemente do que se encontra nos estudos sobre a pesca barra afora, onde o mar é um espaço vetado à mulher, na pesca de beira da costa não se encontra esta mesma rigidez, havendo casos de mulheres que desempenham as mesmas atividades que os homens, ainda que sejam poucas. Neste sentido, considera-se o fato de que não se trata de uma comunidade “isolada”, mas de um grupo que não é completamente coeso, interagindo com outros segmentos da sociedade, o que implica considerar que essas fronteiras são mais elásticas do que se poderia pensar, e constituem um modelo de sua organização social.

Vimos que o marido, enquanto “provedor, é quem pesca, mas como na costa a pesca é um trabalho coletivo, os filhos, sejam homens ou mulheres, “ajudam”, desempenhando um papel semelhante ao do pescador que “trabalha por porcentagem” no que se refere à hierarquia de trabalho. Como foi dito, anteriormente, este modo de organização do trabalho está fundamentado no saber-fazer, que possibilita a reprodução social do grupo através do aprendizado de pai para filho.

De modo geral, os filhos frequentam a escola até a faixa etária aproximada de 16 anos, sendo que, durante o período em que estão estudando, a participação no trabalho da pesca é reduzida, como nos revela Dona Zeni:

Quando tem serviço prá fazê, eu também não forço, porque a lei hoje em dia não, não dá trabalho prá de menor, né? Então, quando eles tão com vontade, querem fazê alguma coisa eu deixo por livre e espontânea vontade. Forçá eles eu não forço. Até minha vontade é que eles me ajudassem mais, mas... (Dona Zeni)

Quanto às crianças pequenas, devido ao Estatuto do Menor e do Adolescente, colocado em prática à poucos anos, observou-se, no verão de 2000, a iniciativa do IBAMA em proibir que os filhos dos pescadores acompanhassem os pais na pesca (principalmente na pesca do camarão-rosa, que coincide com o período de férias escolares), criando uma série de conflitos com os pescadores. A situação levou ao posterior abrandamento da medida por parte do IBAMA, sendo que atualmente as crianças permanecem com os pais na lagoa.

No caso de uma eventual ausência do marido (doença ou viagem), a mulher pescadora pode assumir a responsabilidade de prover o sustento da família e se encarregar da pesca. O mesmo pode valer para os filhos, independentemente do gênero, se já tiverem domínio pleno do saber-fazer.



Outra possibilidade é de que, se o sistema for de “meia”, também pode ocorrer que os companheiros dêem à essa família algum peixe ou camarão para descascar, de acordo com a lógica de ajuda mútua existente nas relações de reciprocidade. Já em caso de morte ou separação, a mulher pode vir a pescar em grupo, tanto no sistema de “meia” como no de “terça”, mas ao casar-se novamente, deixa de ser a provedora da família, ou então passa a pescar com o marido, que passa a tomar as decisões referentes à pesca.

Convém ressaltar que nem todas as mulheres da comunidade apresentam a identidade de pescadoras em seu sentido pleno. Algumas são oriundas do meio rural e casaram-se com pescadores locais. Entre estas, boa parte não pesca, ou seja, não têm uma participação direta na atividade, de captura do camarão ou peixe. Executam o trabalho posterior de descascar o camarão e preparar o peixe. No entanto, trata-se de uma parcela menor de mulheres, com um domínio fragmentado do trabalho da pesca, diferentemente daquelas que apresentam a identidade de pescadoras em seu significado pleno, fundamentada no domínio do saber-fazer, em todas as etapas da produção, desde a captura do pescado até seu beneficiamento.

Estar “fora” significa estar afastado dos espaços comunitários, como a praia. Como será visto mais adiante, considera-se “lá fora” o mar de barra afora, onde os

pescadores não vão, e os espaços não-comunitários, em oposição à praia, à lagoa e à casa. Portanto, a praia apresenta uma certa ambigüidade. É considerada exterior à casa e, neste sentido, configura-se como espaço masculino, porém é considerado como um espaço interno ao grupo ao mesmo tempo. A praia, enquanto lugar intermediário, não é completamente restrito à mulher. Este espaço ambíguo, simboliza, para a mulher, justamente a fronteira entre o meio externo, representado pelo mar, e meio interno, representado pela casa.

Observa-se que a identidade de pescadores tem, no núcleo familiar, uma de suas condições fundamentais, onde a identidade de mulher-pescadora ocorre através da reprodução social do grupo e no conhecimento passado geracionalmente. No entanto, de acordo com o “valor-família”, o trabalho feminino é considerado como complementar ao do homem/marido, mesmo que sua participação seja fundamental, como é o caso da despesca, de preparar o peixe e de descascar camarão. A filha pode pescar com o pai, “aprendendo” e “ajudando”. As relações de reciprocidade entre os pescadores, baseadas na “ajuda”, é a mesma que ocorre entre o homem/marido e a mulher, mas sem estar descolada da hierarquia familiar. Esta lógica pode ser constatada no relato de Mário:

Quando dá poco é as muié que faiz, né. Limpá o peixe, prepará o filé, arrumá o peixe. E quando dá bastante a gente tem que ajudá, e ajuda, né. Chega da praia e vai ajudá. Limpá o peixe. (Mário)

Esta visão sobre o trabalho é partilhada pelas mulheres, sendo evidenciada pelo fato do relato de Mário ter ocorrido em sua casa na companhia da mulher, Vera, que demonstrou concordância a respeito do assunto. As dúvidas quanto a esta questão foram elucidadas pela fala de Neuza descrevendo a divisão do trabalho em relação ao marido:

Aqui no mar ele bota a rede e nós pescamo junto.[...] Eu vô prá praia, ajudo a despescá... e aí se tivé que fazê um filé ou limpá o camarão... sou eu que faço filé e limpo camarão. (Neuza)

Ao ser perguntada se o marido a ajuda a limpar o camarão ou o peixe, Neuza dá novamente uma resposta semelhante à de Mário:

Quando é muito ele limpa, né. Quando é pouco não. Eu limpo, que eu tenho dois menino, de 12 anos e eles me ajudam. (Neuza)

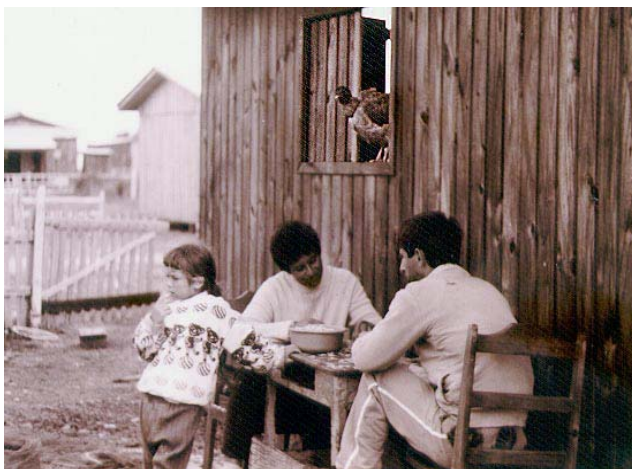
Por um lado, retifica-se a consideração do trabalho da mulher como um complemento ao trabalho do homem/marido, mas ao mesmo tempo, o homem/marido

também, “ajuda” a mulher em seu trabalho, com a condição de uma produção considerável de peixe ou camarão. Entre os pescadores que vivem sozinhos, limpar e preparar o peixe é um trabalho obrigatório, porque imprescindível para a sobrevivência, mas não descascar o camarão. Assim, descascar o camarão é uma atividade realizada preferencialmente pela mulher, embora seja comum a família reunir-se para descascarem juntos. O homem/marido descasca o camarão como “ajuda”. Uma mulher pode fazê-lo sozinha, mas um homem/marido descasca com a mulher e nunca sozinho, pois pescar e descascar o camarão sozinho resulta em uma jornada de trabalho excessivamente árdua, difícil de ser cumprida apenas por um homem.

Pode-se vender o crustáceo “sujo” ou descascado. Quando a produção é muito pequena opta-se por descascar o camarão, que então adquire um valor maior e pode ser vendido ao comprador. No entanto, o esforço de uma pessoa, ou mesmo de toda a família, é suficiente apenas para descascar não mais do que poucas caixas de camarão.



O tempo despendido nesse trabalho é aquele da perecibilidade do produto, o que limita esta atividade. Isto significa que apenas uma parte pequena do total de camarão



pescado será descascada. Se a quantidade de camarão “limpo” pela unidade familiar é considerada pequena, por outro lado esta atividade compensa por seu maior valor em relação ao camarão “sujo”. Além disso, os compradores podem pagar por pequenas

quantidades de camarão “limpo”, o que não ocorre com o camarão “sujo”. As pequenas quantidades descascadas são congeladas em um *freezer*.

O trabalho da despesca, que consiste em retirar os peixes presos à rede, é realizado pelo grupo de pesca e, eventualmente, com a “ajuda” das mulheres e filhos, pois é uma tarefa que pode levar horas.

Diferentemente da pesca na costa, no ciclo do verão as mulheres podem desempenhar o mesmo trabalho que o homem/marido, e a condição de pescadoras é exercida em sua plenitude. No ciclo do verão, os pescadores acampam no entorno da Lagoa do Peixe. Nestes locais, o espaço da praia e o da casa não estão demarcados, pois não há casas, mas barracos improvisados com lonas pretas. O fato de não haver um espaço “privado”, no sentido de propriedade, como é o espaço da casa, resulta em um sentimento de maior coletividade entre a comunidade. Havendo, portanto, uma proeminência da esfera do coletivo sobre a esfera do doméstico, o que significa menor divisão do trabalho quanto ao gênero, pela existência de um espaço ambíguo entre o “exterior” e o “interior”.

A identidade de provedor da família engloba duas outras qualidades fundamentais em termos de representações sobre o trabalho da pesca: a “capacidade mental” e a “força física”³³. O primeiro termo diz respeito à agilidade na tomada de decisões ante à instabilidade que envolve a atividade: o saber-fazer em seu exercício pleno.



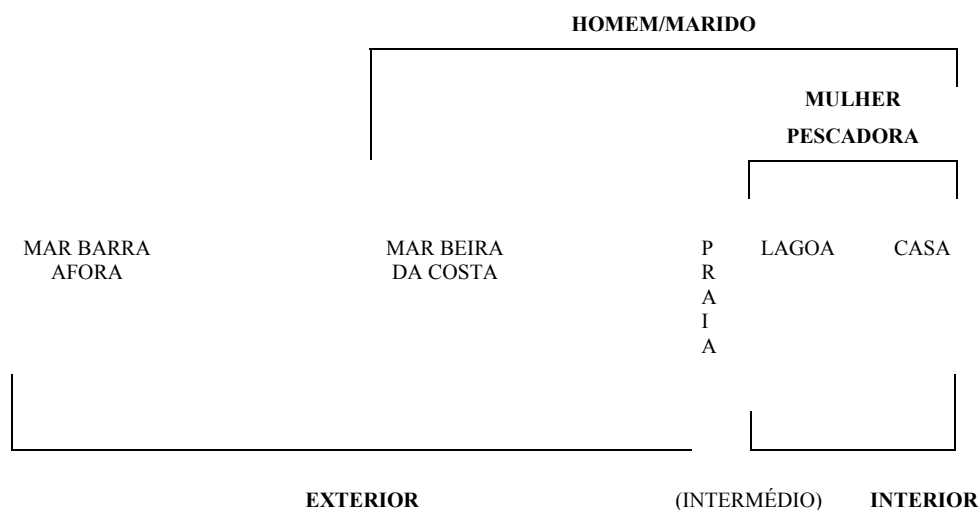
O segundo, explicita nos discursos dos pescadores a relação de oposição e “encompassamento” entre homem/forte e mulher/fraco, como revela esta fala de Mário, ao ser perguntado porque as mulheres só “ajudavam” na pesca na costa:

Mulher mesmo, sozinha com a rede, é difícil. E mesmo... prá ti largá uma rede não é fácil, precisa amarrá o cabo, aí tem que tê força. Isso é um serviço mais prá homem mesmo. (Mário)

³³ Os termos “capacidade mental” e “força física” são utilizados neste trabalho de forma análoga à análise de Duarte (1978 e 1988).

No que se refere à categoria “força”, a pesca na costa é considerada um trabalho mais árduo em relação à pesca na lagoa. Na costa, boa parte da pesca ocorre durante os meses de inverno, caracterizando-se pelo frio e mau tempo, com um ritmo de trabalho também, sendo que muitas vezes se chega a trabalhar durante a madrugada, ou à noite, com frio e chuva. A imprevisibilidade da pesca, ocasiona alternância de períodos, dependendo das condições da natureza, o que demanda uma vigilância constante e se caracteriza pelo risco de perder a rede, que pode rasgar-se devido à força das águas, exigindo um conhecimento para avaliar as condições do mar e do tempo. A lagoa, ao contrário, se caracteriza por suas águas rasas e calmas, o que garante maior “regularidade” da atividade pesqueira, em oposição à “irregularidade” da pesca na costa, portanto, com menor intensidade de sobressaltos em relação às condições da natureza.

Novamente temos o mar de fora da barra, associado à natureza instável (selvagem), portanto externo, de “fora” porque não dominado pelo homem, e a lagoa, como previsível, mansa, estável, “interior”. Conforme o quadro abaixo, observa-se como se organizam os espaços de trabalho, que são espaços sociais e de gênero.



Conforme o quadro, a praia se constitui em um espaço ambíguo, simbolizando, para a mulher, a fronteira entre o meio externo, representado pelo mar, e meio interno, representado pela da casa.

5.4. O mar e a lagoa



A pesca do camarão-rosa não requer a formação de grupos, como ocorre na beira da costa. O pescador não trabalha de forma coletiva, mas individualmente. Ocorre uma sociabilidade maior entre os pescadores, pois muitos permanecem acampados em volta da lagoa durante toda a temporada. Os acampamentos facilitam as relações de sociabilidade porque o convívio se dá em espaços mais próximos do que na beira da costa, pois não há uma demarcação territorial como se observa em relação aos pontos de pesca e ao espaço privado das casas. Portanto, se constata a existência de duas formas fundiárias: os acampamentos na lagoa, que caracterizam um “espaço comum”, e a beira da costa, onde os pontos de pesca constituem “espaços individuais”. Esta diferenciação diz respeito a forma de trabalho desempenhada nestes locais, sendo que na beira da costa o trabalho é “coletivo” e o espaço “individual”, enquanto que na lagoa ocorre o inverso. No entanto, estas formas são complementares, destacando-se a proeminência do coletivo sobre o individual em ambos os casos, pois indispensável à sobrevivência e coesão da comunidade.

A pesca na lagoa também favorece a constituição de um espaço onde muitos tomam iniciativas para a formação futura dos grupos de pesca na beira da costa. A articulação dos grupos geralmente ocorre com mais frequência no “verão” porque é a partir deste período que se inicia o ano, sendo que no “inverno” o ideal é manter o mesmo grupo, ou seja, durante a temporada se mantém o grupo para então efetivar uma possível mudança de parceiros, para o próximo ciclo. Como se pode observar pela trajetória do grupo, este período também favorece a relação com pessoas de fora da comunidade, alguns dos quais acabam integrados ao grupo, seja por casamentos, seja pela relação de amizade que foi sendo construída.

No meio da tarde costuma-se preparar os lampiões a gás, para posteriormente colocá-los na lagoa. Consiste em “passar um gás”, ou seja, passar o gás de um bujão para os liquinhos dos lampiões, que também são revisados e desentupidos. Esta tarefa é diária e, ao entardecer colocam-se os lampiões com os “aviãozinhos” no caíque, remando até uma parte da lagoa, onde então os “aviãozinhos” são amarrados em estacas de bambu, que já se encontram cravadas na areia do fundo da lagoa. Na ponta das estacas são pendurados os lampiões, que ficam acesos durante toda a noite, atraindo com sua luz o camarão para dentro das redes.



A permanência no local se justifica pelo ritmo de trabalho, pois os pescadores começam a entrar na água, por volta das 5h madrugada. Neste horário, um pouco antes do amanhecer, os “aviãozinhos” e os lampiões, que haviam sido colocados ao entardecer do dia anterior, são retirados. Nas margens da lagoa realiza-se a despesca, onde o camarão é separado dos caranguejos³⁴. O camarão é colocado em caixas com capacidade de aproximadamente 25 quilos cada. Como ocorre na beira da costa, o comprador e os pescadores pesam as caixas, estipulando o valor a ser pago. No entanto,

³⁴ Constatou-se a existência de duas espécies de caranguejo, sendo uma delas utilizada tanto para comercialização como para consumo do grupo. No entanto, o valor pago por sua captura é muito baixo se comparado com o valor do camarão-rosa, sendo preterido por este.

o pagamento não ocorre no ato, mas no fim da safra. Durante a safra, o pescador encomenda ao comprador, entre outras coisas, gás de cozinha, a substituição eventual de algum artefato de pesca danificado, como também a substituição de peças dos lampiões. Essas “encomendas” são descontadas do valor total da safra. Na pesca na beira da costa o processo de comercialização é praticamente o mesmo. A diferença é que, naquela, o pagamento ocorre antes do fim da safra, já que os rendimentos são menores e envolvem uma soma menor de dinheiro a ser paga pelo comprador.



Outra razão para permanência do grupo no local, consiste em inibir a ação de um possível roubo do camarão ou que algum “aviãozinho” seja rasgado. Roubar camarão ou danificar algum “aviãozinho” são fatos corriqueiros durante o período. Geralmente se atribui o roubo aos “coqueiros”, como são chamados os agricultores locais (na grande maioria ceboleiros) e pessoas de fora da região que pescam com “rede de coca.”³⁵ Como algo exterior à comunidade, a referência aos coqueiros apresenta um caráter geral; por outro lado, muitos agricultores que pescam com “rede de coca” mantêm relações de amizade com os pescadores, havendo uma diferenciação entre a relação pessoal e a denominação abstrata de “coqueiros”.

De certo modo, comparando o ciclo do verão com o ciclo do inverno, observa-se que ambos são complementares, e a complementaridade ocorre de várias maneiras. Economicamente, o ciclo do verão é considerado mais produtivo, permitindo ao pescador uma renda maior em relação ao ciclo do inverno. No caso do camarão-rosa, que chegou a valer R\$ 5,00 o kg no verão de 2000, quando descascado tem o valor

³⁵ A “coca” é uma rede artesanal, considerada extremamente prejudicial ao ecossistema da lagoa pelos técnicos e cientistas preocupados com a preservação ambiental.

praticamente dobrado. Já o camarão sete-barbas, que no mesmo ano valia R\$ 5,00 a caixa de 20 kg, descascado valia R\$ 5,00 o kg.

A diferença no preço do camarão evidencia a diferença entre os dois ciclos de pesca em termos econômicos. Soma-se a isto a questão da irregularidade da pesca, que ocorre com maior intensidade no ciclo do inverno, levando os pescadores à expectativa de que um eventual prejuízo no inverno possa ser reparado com uma boa safra no verão. A princípio, no caso de uma boa safra no verão, é possível saldar dívidas acumuladas no inverno. Uma boa temporada no verão pode proporcionar uma safra de até três toneladas de camarão, rendendo de R\$ 9.000,00 a R\$ 15.000,00.

Segundo Jorge, a pesca do inverno é considerada muito irregular, possibilitando a subsistência dos pescadores, mas insuficiente para gastos, por exemplo, com o equipamento de pesca. a pesca

A safra média sobra R\$ 10.000,00. Hoje prá nós aqui, R\$ 10.000,00 pro nosso giro, que o nosso dinheiro não é de ano a ano, se tu botá R\$ 10.000,00 no bolso, sabe que terminou o da lagoa e tá vindo pro oceano. E ali tem mais uma safra ali. É a da tainha, a da papa-terra, é o do sete-barba. É menos, mas... quer dizer, aqueles R\$ 10.000,00 tá guardadinho. Aquele do pescado do mar tu vai guardá só... prá mantê, prá se alimentá. Só que nós temo que contá com o da lagoa, que o da lagoa segura tudinho. Hoje no inverno que nós temo atravessando aí, eu entro devendo uns R\$ 1.000,00, mas... na lagoa em uma safra boa eu acerto tudo em uma semana.[...] E se não der na lagoa fico rolando, fico rolando direto. (Jorge)

Portanto, assim como a pesca no inverno, a safra do camarão-rosa também é irregular, ambas dependendo das condições da natureza. Nos anos de forte estiagem, a lagoa quase fica seca, inviabilizando a pesca. Ou então, em um período muito chuvoso, pode-se alterar o nível de salinidade da lagoa, fazendo com que o camarão volte para o oceano.

5.5. Pescadores e compradores: dívida-dádiva e competição

Considerando que as relações sociais do grupo se dão de forma dialética entre a “reciprocidade hierárquica”, característica dos sistemas holistas, e a competição individualista, ou mais apropriadamente, considerado-se as disposições situacionais,

recorrendo ao estudo já citado de Evans-Pritchard ³⁶, observa-se, que a pesca artesanal se caracteriza por apresentar formas tradicionais, sem no entanto perder seu caráter de mercado, em decorrência de que, mesmo que uma parte da produção seja fundamental para a subsistência do pescador e sua família, pesca-se sobretudo para vender.

Primeiramente, importa a subsistência doméstica, sendo o excedente vendido, mas é através da venda do pescado que se possibilita a compra de produtos igualmente essenciais para a subsistência, ou seja, o complemento da dieta alimentar baseada no peixe, que consiste basicamente em arroz, feijão, batatas, macarrão, carne (de frango, porco ou gado), óleo, sal, açúcar e café. Outra possibilidade é que alguns produtos possam também ser “trocados” com os agricultores locais através das relações de reciprocidade e parentesco, como é o caso da cebola e da carne de porco ou frango, itens que são produzidos por estes agricultores.

Além da subsistência, outras necessidades também são levadas em conta, como, por exemplo, roupas, medicamentos e material escolar para os filhos. Às despesas relativas à esfera doméstica, somam-se àquelas relativas às condições de trabalho, como a renovação/manutenção dos artefatos de pesca e dos veículos.

Entretanto, não é negligenciável que a produção para venda não é o objetivo perseguido pelo trabalhador. Neste processo, observa-se igualmente o acionamento de uma rede de relações dos pescadores com agricultores locais e sobretudo com os compradores, que desempenham um papel de poder econômico e político, misturado às relações de reciprocidade simbólica. Tendo em vista a imprevisibilidade da pesca e a impossibilidade do pescador vender seu pescado livre de intermediação, conforma-se um sistema de dependência entre pescador e comprador, que envolve desde empréstimos em dinheiro e equipamentos (aquisição de redes, por exemplo) até a prática do fiado, para adquirir bens de subsistência.

Como o pescador não pode sair de seu lugar durante o período em que se encontra envolvido na pescaria, o comprador supre algumas necessidades, chamadas de “encomendas” (colocação de âncora, renovação do gás e substituição/aquisição de artefatos de pesca). Esta relação não apresenta, como desfecho, o pagamento em

³⁶ A noção de disposição de situação é retomada na teoria da hierarquia de Louis Dumont (1992) e igualmente no estudo de Duarte (1988), onde a relação é denominada de “englobante do contrário”. À diferença da simples relação distintiva, a relação hierárquica inclui a dimensão do valor, conforme Duarte (1988: 44) e Dumont (1992: 401). Desta forma, a teoria da hierarquia supõe a distinção de níveis diferentes, havendo uma complementaridade e contradição. Assim, a teoria da hierarquia pressupõe uma lógica de situação no mesmo sentido em que pressupõe uma dinâmica de níveis.

dinheiro, mas o rolar sistemático de dívidas baseadas em um vínculo em que o pescador compromete sua produção ao comprador com o qual está endividado.

O financiamento de artefatos de pesca e as “encomendas” se confundem, adquirindo o sentido de “ajuda”. Embora a relação de mercado seja presente, mistura-se com a relação de dívida-dádiva, estabelecida por parte de cada pescador para com o comprador. Assim, Lanna (1995) observa que

a dádiva, ou mais exatamente, as prestações patronais, expressas localmente por conceitos como “ajuda do dono”, por exemplo, englobam tanto o conceito de fatores de produção dos economistas neoclássicos como o conceito marxista de meios de produção. (Lanna, 1986:135).

A mesma lógica patronal observada na relação com o comprador, estende-se para algumas formas hierárquicas de trabalho familiar e no sistema de “terça”. Desta forma, o conceito de “reciprocidade hierárquica” preside as relações sociais tanto dos grupos de pesca, como na relação com os compradores.

Outro aspecto relevante diz respeito ao modo como as relações se estabelecem, tendo em vista que são notadamente relações interpessoais. Neste sentido, caracterizam-se como “relações diádicas”, isto é, formadas por dois indivíduos que mantêm laços pessoais diretos (Landé, In: Schmidt, 1977). Conforme Landé, o conjunto de “relações diádicas” formam um sistema de “patrão-cliente”, onde determinado patrão tem sua clientela específica (Landé, In: Schmidt, 1977: 12).

Na relação patrão-cliente negocia-se pessoalmente, ou “diadicamente”, considerando o alcance de determinados objetivos que, por sua vez, são delimitados em um período de tempo, neste caso a safra de pescado, as dívidas e o regateio que é estabelecido entre ambos quanto ao valor do pescado. Observa-se, portanto, que há interesses de ambas as partes sob um determinado objetivo que possibilita e mantém a aliança, que perdurará enquanto houver interesse. A relação de dádiva-dívida que cada pescador estabelece com o comprador, apresenta-se como uma relação vertical. Embora as relações sejam pessoais, há uma diferenciação de *status* entre um e outro. O mesmo não ocorre nas relações entre os pescadores, notadamente horizontais³⁷, embora, isto não signifique ausência de uma hierarquia presidindo as relações. Deste modo, o comprador, em seu poder de mediador, aproxima-se do papel de força econômico-política das relações de patronagem observadas por Lanna (1986) no Nordeste

³⁷ Sobre relações horizontais, ver também Queiroz (1972).

brasileiro, por sua forte influência, não só econômica, mas também política sobre a comunidade³⁸.

5.5.1. Compradores-mediadores e facções locais

Durante a primeira etapa desta pesquisa, constatou-se que no território do Parque atuavam de forma sistemática, somente dois compradores. Posteriormente, um novo comprador se estabeleceu em uma das comunidades, alterando este quadro. Em relação aos compradores anteriores a este terceiro, observou-se que ambos exercem papéis de liderança em suas respectivas comunidades, sendo que um atua como comprador na Barra, enquanto que o outro atua, preferencialmente, nas praias do Talha-mar, Lagamarzinho e parte do Farol. A vila do Farol, por ser fora da área de proteção, apresenta maior concorrência entre compradores, pulverizando as relações de mediação com a sociedade envolvente. Já nas outras localidades, a condição de relativa segregação em que as comunidades vivem, em decorrência da política de Parques Nacionais implantada, leva ao fortalecimento da posição dos dois compradores como representantes dos grupos de pescadores, intermediando em muitas ocasiões as relações dos pescadores com o IBAMA. Este tipo de situação é verificável, em especial, nas reuniões entre pescadores e IBAMA, onde muitas vezes os compradores participam como representantes.

Um aspecto importante quanto à liderança exercida por estes dois compradores, refere-se ao fato de que ambos apresentam um perfil semelhante: são filhos de pescadores antigos e, mais do que isto, iniciaram suas atividades como pescadores locais, sendo que compartilham das relações de parentesco que envolvem a comunidade, conferindo-lhes legitimidade moral perante os grupos de pescadores. Um deles, conforme contam os pescadores, começou a atuar como comprador dispoondo apenas de uma bicicleta para carregar o pescado, e atualmente dispõe de mais de um caminhão com câmara fria, demonstrando uma trajetória de sucesso, de um pescador que não “fracassou” e que se tornou “mediador”.

³⁸ Silverman (In Schimidt, 1977) analisa as características de “mediador” partindo dos estudos de Eric Wolf (1976) sobre funções mediadoras entre comunidades e instituições nacionais, investigando o olhar dos camponeses de um vilarejo da Itália central, derivado de um equilíbrio histórico entre os agentes formais das instituições do Estado, que penetram nas comunidades, assim como a ascendência de “aldeões” locais que se movem em posições nas instituições nacionais.

Assim, a situação em que havia somente dois compradores dentro do Parque, identificados fortemente com os grupos de pescadores, fortalecia sua condição de mediadores locais, sendo apontado pelos pescadores como consequência da fiscalização do IBAMA, que inibiria as atividades de outros compradores, além da “confiança” necessária para se vender o pescado, que foi sendo construída nesta relação mediador-cliente ou patrão-cliente, para aproximar-nos de Landé (In Schmidt, 1977).

Entre as duas comunidades pesqueiras ocorre uma rivalidade velada, que reflete a competição entre os dois compradores/lideranças e seus grupos, tendo em vista que cada um procura manter o monopólio sobre determinada área, além de cada um exercer influência sobre determinado grupo. Por outro lado, a comunidade da Barra diferencia-se daquela formada pelo Talha-mar, Lagamarzinho e Farol, por ser uma localidade onde os pontos de pesca são considerados “melhores” para pescar peixe, enquanto que nas proximidades do Talha-mar e do Lagamarzinho, pesca-se o camarão sete-barbas. A explicação dada, pelos pescadores, é de que a água doce do canal da barra atrairia os peixes, constituindo-se em um verdadeiro “chamariz” de peixes.

Como o peixe em geral tem maior valor do que o camarão sete-barbas, chegando a obter o preço médio de um real o quilo, enquanto o camarão sete-barbas custa cinco reais a caixa de aproximadamente 25 quilos, supõe-se que, a princípio, os pescadores da Barra possam ter maiores possibilidades de renda com a pesca no ciclo do inverno.

A abertura barra é um local privilegiado não apenas por ser “um chamariz de peixes”, mas por ser uma passagem, onde entra e sai o camarão rosa. O IBAMA não permite a pesca no canal, considerada predatória, pois poderia evitar a entrada do camarão na lagoa. Contudo, alguns pescadores locais desobedecem esta norma. Um aspecto que evidencia o conflito entre as comunidades é de que a pesca no canal poderia deixar as demais zonas da lagoa sem camarão, prejudicando os pescadores do Lagamarzinho, Talha-mar e Farol.

No entanto, a Barra, devido à localização, enfrenta maiores dificuldades em escoar sua produção pesqueira, principalmente porque seu comprador dispõe apenas de um caminhão pequeno que, muitas vezes, não é suficiente para dar conta de toda a produção da comunidade. Essa situação permite que a liderança do Talha-mar/Lagamarzinho/Farol tenha uma grande vantagem sobre a liderança da Barra, pois dispõe de melhores condições, como, por exemplo, caminhões grandes e equipados, com capacidade de carga considerável, podendo transitar do Farol até a Barra para pegar o pescado.

Dentro deste contexto, o deslocamento constante como comprador entre os vários pontos de pesca do Parque, o município de Tavares e o Farol, fez com que a liderança do Talha-mar/Lagamarzinho/Farol estivesse em contato permanente com os diversos grupos de pescadores da costa oceânica. Todos estes aspectos, somados à participação efetiva nas reuniões do IBAMA, representando a comunidade de pescadores locais, foram determinantes para que o “mediador” se candidatasse a vereador do município de Tavares, por três vezes consecutivas, no entanto, sem ter obtido êxito.

A última tentativa ocorreu na eleição de outubro de 2000. Se na visão de alguns pescadores, esta teria sido uma forma de colocar um representante da comunidade na esfera da política pública, por outro lado, adquire também a conotação de buscar uma lógica “clientelista” na esfera pública.

O resultado da eleição deu à esta liderança a possibilidade de ser suplente, pois faltaram apenas dois votos para que se elegeesse vereador. Conforme foi presenciado, após o resultado do pleito, sucederam-se inúmeras acusações e desconfianças entre os pescadores, tendo em vista que se contabilizava, entre os votos dos pescadores locais, um número suficiente para garantir a vaga de vereador. Neste sentido constatou-se a cobrança de votos com base em uma suposta “fidelidade” para com esta liderança, fundamentada nas relações de clientelismo, e a tentativa de sensibilizar os grupos não envolvidos com o discurso da “unidade” entre os pescadores. Observou-se um momento de indefinição da situação, ou seja, se viria a ser vereador ou se ficaria como suplente. Passado aproximadamente um ano após as eleições, esta liderança tem exercido um cargo na prefeitura de Tavares como Secretário de Obras, responsabilizando-se pela manutenção da estrada que liga a praia Talha-mar com a RST-101, delegando ao filho a atividade de comprador.

Durante o pleito de 2000, a oposição existente entre os grupos da Barra e do Talha-mar foi, de certo modo explicitada, sendo que a liderança da Barra e boa parte de seu grupo não apoiaram o candidato a vereador, revelando esse aspecto de rivalidade, muitas vezes imperceptível, entre as duas comunidades pesqueiras.

A estratégia de tentar eleger um representante dos pescadores para a organização de uma ação política, demonstra a forma como os pescadores vem se articulando em contraposição à política de fiscalização e efetivação do Parque Nacional da Lagoa do Peixe. A busca da “união” como forma de contraposição ao IBAMA, observada na tentativa de eleger, como vereador, o “mediador” de um dos grupos locais, em caso de

sucesso possibilitaria uma mudança na relação entre as comunidades pesqueiras locais. Esta possibilidade de transformação é elucidada por Leach (1995), que considera que

As “causas” últimas da mudança social [...] quase sempre devem ser encontradas em mudanças no ambiente político e econômico externo; mas a forma que qualquer mudança assume é largamente determinada pela estrutura interna existente de um sistema dado (Leach, 1995:260).

A busca por uma “unidade” tornou-se um discurso forte entre os pescadores em torno de um representante, refletindo a necessidade de uma associação que os represente e agregue, tendo em vista o sentimento de ser marginalizado pelo poder público federal³⁹, dada uma política de fiscalização, onde as relações são conflitantes, em contraposição às relações recíprocas com o comprador.

Além da disputa referida entre as duas lideranças locais, observou-se a presença recente de um novo comprador atuando dentro da área do parque. Este comprador, oriundo de Santa Catarina, era sócio da liderança da comunidade do Talhamar/Lagamarzinho/Farol. A mudança, de Santa Catarina para o Farol, deu-se quando ainda estava consolidada a sociedade entre os dois, sendo que a partir de sua fixação no lugar, este comprador passou a atuar por conta própria, disputando o mesmo espaço com o filho de seu ex-sócio (agora atuando como Secretário de Obras), gerando competição pela “clientela”.

Esta situação conferiu um maior poder de barganha para os pescadores, ou seja, implicou na possibilidade de um regateio maior do preço, através do assédio dos compradores, que disputam cada pescador, procurando criar vínculos que garantam a produção de pescado. Assim, constatou-se que boa parte dos pescadores, aqueles que não estavam “comprometidos”, negociavam com mais de um comprador, vendendo para aquele que oferecia “melhor preço”. A questão do preço havia sido estipulada através de um “acordo de cavalheiros” entre os dois compradores, todavia, observou-se que a competição fez com que o acordo não fosse cumprido integralmente, deixando margem para uma diferença pequena em relação ao preço estipulado. Operou-se, assim, um jogo entre os dois compradores e os pescadores, de acordo com esta margem de barganha. Por outro lado, esta pequena diferença, que possibilitava a alguns pescadores um maior

³⁹ Neste sentido, Chevalier (2001) analisa o sistema de patronagem na Bulgária, onde este papel é preenchido em nível local, pela prefeitura, mas não em nível estatal, devido ao isolamento político da localidade em relação ao governo estatal.

poder de barganha, alimentou o sentido de “autonomia” do grupo, que embora ilusório, constitui um aspecto importante de sua identidade social.

5.6. Útil para sobreviver, bom para pensar: o modelo de saber sobre a natureza

Considerando a relação do saber local com o trabalho, primeiramente convém esclarecer que, conforme coloca Lima,

É importante frisar que, ao considerar esse saber como fator de produção, não estou afirmando que ele exista porque é “útil”. Lévi-Strauss demonstrou exaustivamente a falácia dessa interpretação, mostrando a natureza especulativa que o fundamenta e os princípios que estão na base lógica de suas relações (Lima, 1996:100).

A pesca da beira da costa, como foi colocado anteriormente, se apresenta como oposta à pesca da lagoa no que diz respeito à instabilidade relativa aos ventos e às condições do meio aquático, exigindo do pescador um determinado saber sobre a natureza. Este saber baseia-se no conhecimento empírico para analisar constantemente as condições da natureza, a qual depende para desempenhar a atividade pesqueira. Sempre há conversas que avaliam as possibilidades de se colocar ou não uma rede no mar, partindo das observações baseadas neste saber. Apesar deste conhecimento, acumulado na experiência da pesca, as mudanças repentinas e as variações climáticas sempre ocorrem, levando o pescador a estar sempre alerta para evitar prejuízos. Como as variações são grandes em relação ao modelo ideal que será aqui apresentado, os “prognósticos” (Lima, 1996:121), enquanto “saber local ou tradicional”, têm uma considerável influência de outras variáveis, como uma mudança brusca do vento, ou do mar. Inclusive, tanto os peixes como o camarão não permanecem em um lugar fixo, parados, mas movimentam-se constantemente, o que demonstra, mais uma vez, como a pesca envolve grande imprevisibilidade. Colocar a rede sempre implica “arriscar”, não só no sentido de realizar uma boa pescaria, ou não, mas em uma eventual perda ou danificação dos artefatos de pesca.

Logo após um período de chuvas intensas, o “risco” consiste em colocar a rede no mar, pois pode ser retirada cheia de “lixo”. O “lixo” vem com as cheias ocasionadas por chuvas constantes: juncos, plantas e galhos que são arrastados por córregos, rios e até mesmo banhados da região, desembocando no mar, e acabando por se prender às redes. A rede cheia de “lixo” permite que os peixes, ao visualizá-la, possam escapar. Somado a isso, os galhos e pedaços de madeira que se prendem à rede acabam por

danificá-la, de tal modo que o pescador leva dias fazendo reparos. Segundo os pescadores, muitas vezes o “lixo” “viaja pelo mar”, vindo de outras regiões, como no caso de um período de cheias no Taim/RS, em que grandes porções de junco vieram boiando dos banhados daquela região e foram parar ao longo da beira da costa. Para a surpresa dos pescadores, várias cobras, daqueles banhados, vieram juntamente com os galhos e juncos. Um dos pescadores contou, que em um dia, matou dez cobras na beira da praia, aproveitando-se que estavam “meio tontas com a água salgada”. Este episódio permite observar que, mesmo sem chuvas no local, o “lixo” e algumas surpresas que podem acompanhá-lo, não se restringem apenas aos momentos chuvosos do local, mas também provêm de regiões próximas. No entanto, a chuva local é um parâmetro que oferece uma certa segurança aos pescadores. Entretanto, nem sempre há “lixo” após as chuvas, sendo que alguns arriscam colocar a rede primeiro, enquanto que outros preferem aguardar, colocando, por exemplo, no dia seguinte. O pescador que colocou a rede primeiro pode realizar uma boa pescaria, que pode não se repetir nas próximas tentativas, como também pode pegar apenas “lixo”.

Outra possibilidade é que com uma mudança, ou aumento da intensidade dos ventos, a “força d’água” também mude seu sentido, ou fique muito forte, arrebatando o “cabo” ou a rede. A mudança da “força d’água” é observável pela “caída” do “tombo d’água”, como chamam as ondas. Assim, ao observar “pra que lado cai o tombo”, se “cai pra nordeste” ou “cai pra sul”, sabe-se a direção da “força d’água”.

Se colocar a rede exige uma ponderação das condições da natureza, também diz respeito à situação em que se encontra o pescador em termos de sua subsistência. Se o período é de escassez, como se presenciou em uma ocasião, durante o ciclo do inverno, a tendência é arriscar mais, embora, como foi demonstrado, quem arrisca pode fazer uma boa pescaria, mas também pode perder uma rede, o que significa um prejuízo considerável.

Esta condição de imprevisibilidade, ao qual o pescador deve estar constantemente atento é evidenciada no relato de Seu Wilson:

Tem que ter sorte, tem que conhecê, tem que saber quando dá prá botá a rede; que nem hoje, hoje é... é arriscado. O cara bota a rede. Hoje é dia de botá a rede, né. Daqui a pouco tu bota a rede e lá pela volta da meia noite, no entanto, tu tem que saí correndo da cama e se atirá na água prá salvá a pesca. Quando eu parava na praia cansava de acontecer isso daí. O cara tava muito bem dormindo, daqui a pouco tinha que sair correndo botá uma bermuda e sair prá água porque.. tava querendo virá o tombo, né. O mar vira e aí enreda tudo. O mar vira e enreda tudo. (Seu Wilson)

Como se pôde observar, a imprevisibilidade vem acompanhada da noção de “sorte” e de “fracasso”. Para os pescadores, junto ao conhecimento e à habilidade, é preciso uma boa dose de “sorte”. Utilizando a idéia de jogo, como metáfora, na pesca deve-se saber jogar: o pescador domina as regras (saber) e as executa com habilidade (fazer), mas o resultado não depende apenas do jogador, ou de sua estratégia, mas de forças alheias a ele (a natureza), que são determinantes para o resultado (sorte). Portanto, saber jogar é imprescindível, mas o resultado independe do conhecimento.

A noção de “fracasso” apresenta dois aspectos: um deles no sentido de azar, ou seja, em oposição à “sorte”, presente em determinadas histórias e brincadeiras de pescadores; o outro, apresenta um sentido de “incompetência”, remetendo à questão da não-afirmação como pescador, ou seja, um iniciante ou alguém de fora da comunidade que busca uma afirmação na “profissão”, mas “fracassa”, obtém resultados negativos, e seu saber-fazer é colocado em dúvida. Quanto ao primeiro aspecto, presenciou-se um episódio em que um grupo de pesca, formado por pescadores mais experientes, caçava de um componente de outro grupo vizinho, chamado-o de “pé-branco”. Segundo os pescadores, “pé branco” é “quem chega por último”; o “pé branco clareia a água e espanta os peixes”. Esta referência à água clara diz respeito às condições do mar, sendo que a “água suja” é considerada a mais apropriada para a pesca em grupo com redes, pois o peixe não vê a rede.

Conforme o quadro a seguir, temos as principais relações entre as espécies de pescado capturadas na beira da costa, o tipo de rede empregada, os períodos mais propícios para a pesca de determinada espécie e as condições do vento e do mar.

QUADRO DA PESCA NA COSTA

PESCADO	PERÍODO	REDE	VENTO	MAR
TAINHA	ANUALMENTE, MAS MELHOR EM MAIO	TRÊS-PANOS	NORTE / QUALQUER VENTO	ÁGUA SUJA
PAPA-TERRA DE INVERNO	ANUALMENTE, MAS MELHOR DE JUNHO A SETEMBRO	TRÊS-PANOS	NORTE OU SUL	ÁGUA SUJA
BAGRE	AGOSTO – SETEMBRO	TRÊS-PANOS	QUALQUER VENTO	ÁGUA CLARA
PESCADINHA	OUTUBRO-DEZEMBRO	TRÊS-PANOS	NORDESTE	ÁGUA SUJA
CAÇÃO	OUTUBRO	MALHÃO	NORTE	SUJA / MAR CALMO
CAMARÃO SETE-BARBAS	MAIO-SETEMBRO	AVIÃO	NORDESTE	AGUA SUJA

5.6.1. Os ventos

Para avaliação das condições de pesca, os pescadores identificam quatro ventos principais: Norte, Sul, Nordeste e Leste. O vento Norte “acalma o mar”, sendo bom para pescar o cação. Já com o Sul, quando é inverno, pesca-se o papa-terra. O vento nordeste é indicado para se pescar o sete-barbas e a pescadinha. O Leste é considerado “ruim”.

O Nordeste e o Sul são os ventos principais, e ocorrem com maior frequência. Durante o ciclo do inverno, o vento Nordeste é considerado o mais importante, porque costuma a “sujar” a água, ocasionando a combinação mais esperada e sendo o mais indicado para a pesca do camarão sete-barbas e da maioria dos peixes visados pelos pescadores da costa. Uma boa pescaria de crustáceo, ocasionada por este vento, com durabilidade de dois a três dias, é chamada pelos pescadores de “quadra”. “Dar uma quadra” é a grande expectativa que os pescadores têm quanto à safra do camarão sete-barbas, tendo em vista que as condições do vento e do mar dificilmente se mantêm constantes. Alguns dias contínuos, com a “força d’água” impulsionada na direção Nordeste, é a condição ideal para a pesca do crustáceo. A intensidade do vento e a “força d’água” são fundamentais. Se a “força d’água” for exagerada, a rede pode arrebentar.

No inverno, o vento Sul é associado às frentes frias e, quando é lua cheia, há grandes ressacas, inviabilizando a pesca. O grande interesse por este vento reside na ligação do mar com a lagoa, ou seja, ele empurra a água do mar para dentro da lagoa, ocasionando a mistura propícia para o camarão-rosa: a da água salgada do mar com a água doce das chuvas.

Como a pesca do camarão-rosa se constitui no evento mais importante do ciclo ecológico anual dos pescadores, durante o período de pesca do “inverno”, os prognósticos constantes em relação às condições da natureza não se resumem em ponderações sobre a safra do momento, mas tratam de acompanhar, constantemente, a dinâmica das condições da lagoa. A atenção dos pescadores em relação à lagoa ocorre mesmo quando não estão pescando naquele lugar.

A importância do vento, na vida dos pescadores, pode também ser constatada pela existência, em boa parte das casas, de duas portas de entrada, obedecendo a possíveis distribuições: uma fica na direção nordeste e a outra ao sul, ou então leste-oeste, ou ainda oeste-nordeste. Há sempre uma oposição, motivada pela mudança de vento no local, geralmente com certa intensidade. No entanto, é possível a ponderação

sobre o vento dentro da própria casa, relacionando um espaço “interior” com um aspecto da natureza que é determinante na vida do pescador.

5.6.2. O mar

De certo modo, ao mesmo tempo em que é fonte de subsistência e meio de trabalho, o mar é representado por uma eterna “insegurança” em relação à pesca, pois é considerado instável, portanto, arriscado. Apesar dos prognósticos, as mudanças súbitas das condições climáticas



e da correnteza refletem todo o quadro de imprevisibilidade na troca que o pescador tem com a natureza. As condições do mar são avaliadas quanto aos critérios de forte/fraco e claro/escuro, ou seja, quanto à intensidade da “força d’água” e sua noção de transparência da água, que pode ser “suja” ou “clara”.

De acordo com o quadro da pesca de beira da costa para tainha, papa-terra e cação, o mar deve apresentar “água suja”. No caso do cação, por exemplo, o mar deve estar calmo, com “poca força d’água” e “água suja”. O sete-barbas também é pescado com a “água suja”.

É na combinação de condições entre o mar e o vento que se dá a análise da possibilidade da pesca:

Que nem hoje, hoje é vento nordeste e ninguém pode pescá. Que o mar é muito brabo e... e não tem força. Geralmente tem que ter vento, né. Prá tocá as água. Não importa, se o vento nordeste tem que ser meio forte, prá tocá as água, conseguí embalá as água, e o avião saí. Se as água é parada, a água não tem força de levar o avião até o lugar dele. Ele fica ali, rolando no seco, porque o camarão anda com a água. [...] ele não anda sem a água tocá. Aí, se bota a rede ali, não dá a força d’água e o camarão não vem, é só o tempo perdido de botá. Tem que ser com a água suja e tocando com força. (Gilberto)

Convém ressaltar que, conforme se observa na fala de Gilberto sobre a pesca do camarão sete-barbas, o mar agitado, “brabo”, não significa “força d’água”. A “força

d'água” depende do vento, o que exige um prognóstico das condições naturais como um conjunto.

As redes são colocadas no “segundo valo”, que consiste no espaço entre a primeira e a segunda linha de arrebenção das ondas, ou seja, entre o segundo e o primeiro “tombo d'água”. Pesca-se também no “terceiro valo”, que fica mais afastado da beira da costa, sendo utilizado para a pesca do cação e do linguado. Neste caso, Mário considera que

Tem que pescá só de água de nordeste, mas sem força d'água. Lá no valo de fora pega muita força. Arrebenta rede, arrebenta cabo, a camionete nem puxa. Aí tem que botá com água fraca, pouca força. (Mário)

Outro aspecto em relação ao mar, diz respeito aos destroços de navios e produtos que acabam sendo encontrados na beira da praia e que no entanto não são considerados “lixo”, pois adquirem determinado valor. Alguns pescadores vasculham a praia recolhendo uma série de coisas, consideradas úteis, como bóias, garrafas, produtos de limpeza e até roupas e alimentos. Mário, por exemplo, conta, com satisfação, que certa vez comeu uma caixa de chocolates que encontrou, intacta, na beira da praia. Este pescador possui uma coleção de garrafas, todas encontradas na praia.

5.6.3. A lua

A influência da lua sobre a pesca não é uma unanimidade entre os pescadores, sendo considerada apenas por alguns, o que não invalida as representações, observadas na fala de Seu Wilson:

Na lua nova o peixe tem meio, enxerga meio olho só. [...] Quando a lua é cheia é bom prá pescá porque o cara enxerga bem, mas a tainha enxerga muito também [...] e pro camarão, então nem se fala. Lua cheia não dá camarão. Aí o liquinho não clareia”. (Seu Wilson)

Quanto ao fato do liquinho, que “não clareia”, a fala refere-se à pesca na lagoa. A claridade proporcionada pela lua cheia ofusca a luz do lampião, anulando seus efeitos sobre o crustáceo. Praticamente todos os pescadores, indagados sobre a influência da lua

na pesca, referiram-se a este aspecto. Se, para Seu Wilson, “o peixe vê menos” na lua nova, já a lua minguante é considerada a melhor lua para se pescar:

A lua minguante é muito melhor porque... a lua tu... se tu não marcar, nem sabe onde tu botou a rede. Vai colhê ela de noite ou vai... procurá por ela de noite e bate ela (Seu Wilson).

Além disso, como se sabe, a lua está associada às marés. Já nos quartos de lua o mar muda repentinamente e costuma a “fazer mau tempo”.

5.6.4. Os peixes

A mobilidade das espécies de peixes reforçam a imprevisibilidade da pesca, tanto no mar como na lagoa. Há um movimento constante, com o deslocamento das espécies de acordo com as condições da natureza.

No caso do camarão, na lagoa, a combinação da mistura entre a água salgada do mar, que entra na lagoa pela barra, e as águas da chuva é que forma as condições propícias para sua reprodução, assim como de peixes. No entanto, o equilíbrio das condições naturais nem sempre ocorre. Dependendo do período, se houver uma seca prolongada, somado a um regime de ventos desfavorável, a água da lagoa pode ficar até mais salgada que a água do mar, impedindo que as larvas do camarão-rosa entrem na lagoa, o que pode ocorrer, igualmente, por excesso de chuvas. As restrições do IBAMA quanto à pesca do camarão visam proporcionar um período para que o crustáceo se desenvolva, evitando a pesca de espécimes ainda muito pequenos. Por outro lado, se para os pescadores há um reconhecimento de que esta medida visa proteger a espécie e, conseqüentemente, beneficiar a produção, muitas vezes se esbarra nas condições adversas propiciadas pela natureza, restando os esforços em pescar o camarão antes que saia da lagoa. Contudo, o IBAMA se mantém inflexível quanto à liberação das áreas de pesca, mesmo diante de circunstâncias adversas, tais como a grande estiagem ocorrida no verão de 2000, que ocasionou a morte precoce do camarão sem que os pescadores pudessem pescá-lo, gerando muita revolta e incentivando a pesca clandestina e predatória.

Um dos peixes mais mencionados pelos pescadores é a tainha. Talvez porque essa espécie seja uma das mais pescadas, não só na Lagoa do Peixe, mas em toda a costa brasileira.



É comum os pescadores pescarem a tainha e salgarem-na. Após cortada e aberta, a tainha é salgada, para em seguida ser estendida ao sol, nos quintais das casas, onde fica secando. O “peixe seco” constitui-se em uma prática tradicional, realizada desde as primeiras ocupações deste grupo na região. Atualmente, esta prática se mantém em razão da falta de energia elétrica na área do Parque, inviabilizando a utilização de um *freezer* ou geladeira para conservar o pescado.

Além de ser pescada no mar, também é pescada na lagoa, por onde entra quando a barra está aberta. Ao fechar-se a barra, as tainhas que não voltaram para o mar acabam ficando presas na lagoa e ali se reproduzem. Para os pescadores, a tainha pescada na beira da costa é mais saborosa que a da lagoa, que “tem gosto de terra”.



a papa-terra de verão é pescada de espinhel e durante o mesmo período em que estão na lagoa pescando o camarão-rosa, como nos esclarece Mário:

No verão mesmo, dá é papa-terra. Ainda não é a papa-terra de inverno, que a de inverno tem uma e a de verão tem outra. A papa-terra preta é que é a de inverno, é carnuda. E essa branca é a de verão né. E a papa-terra do verão fica parada. Prá pegá ela mesmo tem que pegá de espinhel, de tarrafa. Essa de inverno na tarrafa tu não pega. Essa papa-terra branca é uma papaterrinha marisqueira como se diz, que ela vem na beira prá pegá tatuíra. Aí tu tarrafeia ela no seco. Na beirinha e pega ela, é só espera ela vir na beira. (Mário)

O cação também é bastante pescado, sendo que os pescadores identificam várias espécies de cação, como a mangona, cação martelo e o cação pequeno. A mangona é um cação muito grande, considerado “peixe brabo” pelos pescadores. O mais pescado é o cação pequeno, também chamado de “bico doce” porque, diferentemente da mangona, não “come” a rede. Já o cação martelo é a espécie mais rara de ser encontrada.

Nas despesca é possível observar uma variedade de espécies de peixes e a forma como são classificados pelos pescadores. Por exemplo, em certa ocasião, participando na despesca de um “avião”, observou-se que juntamente com o camarão havia uma espécie de crustáceo semelhante à lagosta, porém de dimensões menores que o camarão, que é chamado de “corrupto” pelos pescadores. As espécies de arraias apresentam nomes curiosos: arraia chita, arraia manteiga, e arraia prego. A arraia manteiga tem esse nome porque “é amarela e mole que nem manteiga”, enquanto que a arraia prego “é toda manchada, umas mancha que parece cabeça de prego”.

Os peixes relacionam-se também com a memória dos pescadores, que falam de um passado em que havia uma grande abundância de peixes no mar, enquanto que o período atual, segundo Danilo, é de escassez:

Antigamente o cara aí bota e pegava, botava... uma coisa prá pescá aí de, de espinhel e vinha aí viola e cação e tudo que era espécie de peixe, e hoje tá se terminando. Por causa desses barco que vai prá costa e... e dia a dia vai se terminando. (Danilo)

Observa-se a memória de um período de fartura, em contraposição a um período de escassez e incertezas. Por sua vez, a situação se dá em decorrência da pesca predatória realizada pelas embarcações pesqueiras. Algumas espécies de peixes muito pescadas no passado, são atualmente consideradas espécies desaparecidas, sendo encontrados alguns espécimes esporadicamente, como é o caso da viola amarela, a

corvina e principalmente a miraguaia. Este último peixe desponta como símbolo de um tempo de fartura a que se remetem os pescadores mais velhos, onde as histórias de “como se pegava a meraguaia”, ou “o tamanho da meraguaia”, são sempre centrais nos relatos referentes à pesca no passado.

5.7. A identidade de pequeno produtor

A identidade de pequenos produtores, adquire este sentido a partir da concepção de “liberdade” observada nas representações dos pescadores sobre seu trabalho, a pesca, ou seja, pescam visando a subsistência familiar, lidando com uma situação de imprevisibilidade constante, procurando proporcionar melhores condições para os filhos, assim como renovar os equipamentos de trabalho.

O pescador, enquanto pequeno produtor, imprime seu ritmo próprio de trabalho, que faz parte da condição de “liberdade” com que se identifica na comparação com o trabalho assalariado. Essa distinção fica evidente ao analisar a trajetória de alguns pescadores que tiveram experiências de trabalho assalariado, ou como diaristas, na cebola, como no caso de Ferro, que trabalhou em um barco de pesca em Rio Grande durante um ano:

Saí aventurado, porque aqui tava muito ruim, sabe. E... e aí eu saí prá dá uma aventurada, faz anos. Mas não me dei bem na aventura e retornei. Fui lá como empregado, no caso, né. Uns te mandam, e... e pode o mar tá ruim, que tu é obrigado a ir porque tu é empregado. E aqui no caso tu vai, e se tivé ruim tu não vai. E dá pouco mesmo. Dá mais é lucro pro dono. Aí tu vai acertá as conta durante um ano de serviço e não te sobra nada, tu te aborrece. O trabalho que tu passa não compensa. (Ferro)

Em contraposição ao trabalho assalariado, estes “pequenos produtores” apresentam um sentimento de “liberdade”, que vem entrelaçado à “responsabilidade” com que imprimem seu ritmo de trabalho, mantendo sua unidade doméstica, aspecto que se aproxima da análise de Duarte (1998), ao identificar entre os pescadores de Jurujuba, a categoria “obrigação”,

A categoria obrigação corresponde em princípio à representação sobre o “trabalho”. Não sobre o trabalho em geral, mas sobre o trabalho do pequeno produtor – o seu trabalho, envolvido da “responsabilidade”, do sentido moral que o justifica (Duarte, 1978:86).

Desta forma, o pescador está em uma luta constante de sobrevivência e superação, onde a reprodução da unidade familiar também implica reprodução da condição de pequeno produtor, ou seja, trata-se de um duplo esforço de trabalho.

Se como dono dos seus meios de produção, o pescador tem, como representação dessa sua identidade, a condição de “liberdade”, por outro lado se contrapõe a representação de “obrigação”, que se constitui na obrigatoriedade do ritmo do trabalho. Assim, se a “liberdade” imprime um ritmo próprio de trabalho e o conhecimento da “arte de pescar”, também é ilusório, no sentido de que o ritmo do trabalho se imprime por sua “obrigação”, que é a “obrigação” em subsistir. Assim, sua prática “independente” se depara com a imprevisibilidade da pesca, (levando em conta a “sorte” e o “fracasso”) e a do mercado, somada à possibilidade de expropriação das suas condições de produção, imposta pela política governamental, nesta luta constante pela sobrevivência.

5. 8. “Quando a coisa arruina” na pesca

Além da pesca do camarão-rosa, outro período de grande socialização dos pescadores é, justamente, aquele que coincide com a estagnação da pesca, pois é através da socialização que se fortalecem os laços sociais e se possibilita a obtenção de “ajuda” para enfrentar uma eventual falta de pescado.

Durante estes períodos, os pescadores costumam visitar os parentes e amigos. Embora entre os grupos de pesca o contato seja freqüente, e os pescadores passem boa parte do tempo uns nas casas dos outros, também ocorre, muito freqüentemente, deslocamentos para outras localidades, onde visitam parentes e reúnem-se com outros grupos. Em geral, os pescadores do Lagamarzinho e Talha-mar costumam deslocar-se para o Farol, mas também é comum irem a Tavares, onde alguns têm uma segunda casa e parentes que ali moram, permanecendo por alguns dias ou até que se retomem as atividades de pesca. Em Tavares, os pescadores compram alimentos, já que não existem supermercados ou armazéns dentro do Parque, e se encontram com outros grupos de pescadores e moradores da cidade em geral. O ponto de encontro é o bar “Metralha”, localizado na área central, e que é freqüentado eminentemente por homens, pois se

caracteriza por um espaço externo aos comunitários, onde confraternizam-se pescadores, agricultores e moradores do entorno.



Aqueles que, por um motivo ou outro, não se deslocam para Tavares ou para o Farol, se não têm que costurar uma rede, por exemplo, jogam *snooker*, chamado pelo grupo, de “taco”. Somente os homens jogam “taco”. Durante o inverno de 2000, acompanhou-se um grupo de pescadores que jogavam várias vezes ao dia. O jogo era realizado durante o dia em um bar abandonado no Talha-mar; a mesa, ligeiramente inclinada, não tirava o ânimo dos participantes, embora tivesse gerado protestos constantes quanto se errava a jogada, sendo que as justificativas sempre recaíam sobre o péssimo estado da mesa. A inexistência de luz elétrica fazia com que os pescadores jogassem apenas durante o dia e com as janelas abertas.

Outro jogo praticado no local é a “bocha”, agregando os grupos do Talha-mar e do Lagamarzinho. A cancha fica no Lagamarzinho, mas as bolas são de um pescador do Talha-mar.

O espaço público dos homens são os bares, onde bebem e jogam “taco”. As mulheres, acompanhadas pelos maridos, vão eventualmente a festas que ocorrem, principalmente, em Tavares, comumente chamadas de “bailão” ou “domingueira”.

Geralmente os amigos e parentes também visitam os pescadores, como no caso de dois pescadores do Talha-mar que são vizinhos e resolveram, cada um, “carnear”

seu porco no mesmo dia, com a presença de alguns parentes, agricultores dos arredores de Tavares. As pessoas que vivem na zona rural utilizam, como meios de transporte, carroças pequenas, que são típicas da região. Alguns pescadores criam porcos e galinhas, que complementam a dieta alimentar, baseada no peixe, mas também podem vir a ser mais consumidos em uma época de escassez. Durante o ano se consome apenas os ovos de galinha, deixando o abate para quando não há peixe e nem camarão.



Na Barra, o processo de deslocamento e socialização se dá geralmente em relação à Tavares. Porém há diferenças entre as duas comunidades, como coloca Seu Wilson:

Normalmente eles não se visitam, não vão na praia do outro. Só se precisam de alguma coisa, aí o cara vai. Mas é que a turma da Barra, a turma da Barra tem uma turma que pára inverno e verão ali, que acho que nem casa ali fora eles não tem, né. Então eles ficam ali. E a outra turma lá tem tudo parentagem fora. Os que não tem casa tem irmão, tem tio, tem parente, então... quando a coisa arruina muito lá, eles dispara prá casa do parente, do tio; prá lá, se defendem. E os da Barra não, os da Barra agüenta no osso do peito ali. Até melhorá a coisa. (Seu Wilson)

De acordo com essa lógica, a troca se apresenta em seus diversos aspectos da vida social, como algo que é dado, e em contraposição, será retribuído em outra ocasião. Deste modo, a reciprocidade é vista aqui como elemento de coesão do grupo, e também de sobrevivência em um eventual período de escassez. Assim como os amigos e parentes dos pescadores, vão até as vilas na costa oceânica e pescam junto com os pescadores ou carneiam um porco, da mesma forma os pescadores deslocam-se para

Tavares ou para a zona rural, permanecendo ali durante certos períodos, mais curtos ou longos. Como foi visto, é comum a doação do peixe entre pescadores, assim como se visitarem e jantarem ou almoçarem uns nas casas dos outros.

As práticas solidárias de lazer e parentesco dos pescadores para com os agricultores locais, implicam certa medida no compartilhar de interesses em comum, relativo ao ethos conformador destes grupos sociais. No entanto, observam-se diferenciações internas, baseadas principalmente no valor-trabalho que fundamenta a identidade de pescadores em oposição aos agricultores locais. Por exemplo, uma diferenciação freqüente que os pescadores atribuem aos agricultores, é que estes “suam”. Neste sentido, o trabalho da agricultura é visto como “pesado”, que exige o “suor”, enquanto a pesca é “mais leve.” O relato de Mário, ao ser perguntado sobre a diferença entre plantar cebola e pescar, evidencia estas distinções:

A diferença é que na pesca tu trabalha muito menos, né. É um trabalho mais fácil de fazê que a cebola. E outra coisa, a cebola hoje em dia tu te intochica demais, e aqui não, que é tudo no meio não tem veneno é outro ar né. E a cebola é um serviço bem mais trabalhoso. Aqui a gente trabalha menos. A gente trabalha 4 ou 5 dias, dá uma quadra, daqui a pouco passa 4 ou 5 dia, a gente arruma uma rede. A gente sempre tem uma coisa prá fazê, mais é um serviço leve. Além de que [plantar cebola] é um serviço muito mais ruim, mais pesado, tem dado menos lucro também... A pesca dá mais. A gente se defende melhor. Aqui tu investe menos também, né. Tu arrisca menos. Tu tem as tua redinha, tu vai arrumando, se tu vê uma pesca que tem futuro tu investe numa rede, material mais caro, mas tu vê que tem futuro, né. E a cebola é uma coisa que tu tem que fazê a despesa e jogá aquilo tudo na terra, e esperá se vai dá ou não. Tem que esperá 4 mês prá vim um resultado, se tu vai te defendê ou não vai. E daqui a poco dá uma safra boa, mas não dá preço também. (Mário)

A fala de Mário nos esclarece ainda sobre a representação da atividade pesqueira como capaz de proporcionar uma vida mais saudável, sem o problema dos agrotóxicos, com o qual os agricultores se deparam. Outro aspecto, refere-se a uma maior possibilidade temporal de adaptação às circunstâncias adversas da natureza.

Sobre o fluxo de agricultores para a pesca, Taco, pescador do Farol, e filho de agricultores, considera que

Hoje, a agricultura ela é defasada. Os coitado tão plantando porque nasceram em cima daquilo ali. Porque a maioria que botô na cabeça hoje tão largando a agricultura. E aqui, eles vem aqui e buscam pescado, né, e tem uma família. Daí eles pegam a sua rede a sua tarrafa e pegam cem quilo de peixe, 50 quilo, botam num freezer e tão aí comendo. (Taco)

A fala de Taco é bastante elucidativa quanto à questão da interdependência entre pescadores e agricultores locais, demonstrando que a “ajuda” entre ambos se evidencia pelo fato de que todos passam por dificuldades em determinados momentos, o que significa, nas palavras de Evans-Pritchard, que “é a escassez e não a abundância que torna as pessoas generosas” (Evans-Pritchard, 1978:98).

CAPÍTULO 6 - INTERAÇÕES EM UM CONTEXTO DE CONFLITO

Este capítulo procura focar a relação entre os pescadores e o IBAMA, abordando a questão do conflito a partir do encontro de culturas diferenciadas, baseadas sobre duas óticas diferentes em relação à natureza. Neste sentido, se esboçam questões sobre como diferentes concepções de natureza dialogam. Dito de outro modo, como idéias e representações construídas culturalmente circulam, de um grupo para o outro, estabelecendo uma ligação e difundindo valores.

6.1. Os impactos socioambientais

Os pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe caracteriza-se como uma população tradicional pelo seu modo de vida⁴⁰, constituído na relação com a natureza, que envolve certa dependência na utilização e manejo dos recursos naturais. A atividade pesqueira, de onde tiram seu sustento, fundamenta-se em um conhecimento singular em relação à natureza e aos ciclos naturais, cujas estratégias de utilização se valem os pescadores.

A política de gestão ambiental colocada em prática, na área de preservação, e suas estratégias de intervenção sobre os pescadores apontam para um processo de extinção do modo de vida desses grupos e de sua relação com o meio ambiente, mediante suas práticas culturais específicas, ou seja, de todo o seu processo ecossistêmico. De acordo com esta problemática, a situação dos pescadores do Talha-mar e do Lagamarzinho demonstra como essa forma de intervenção altera ambos os grupos, que vivenciam o isolamento, as restrições de suas atividades e o drama de uma possível desapropriação.

O desmembramento da comunidade de trabalho e o relativo isolamento, cria dificuldades para os pescadores, tendo em vista que as relações de reciprocidade, conforme visto no capítulo anterior, ocorrem entre os pescadores e também em relação a parentes e amigos que, muitas vezes são impedidos de permanecerem no Parque, conforme nos relata Cigano, pescador do Lagamarzinho:

Todo lugar que eu vô, pego amizade, mas aqui ó, nem amigo pode ficar dois dia com a gente que o IBAMA num deixa. Até com os parente eles complica, isso é errado, né. (Cigano)

⁴⁰ Cândido (2001).

No que refere-se à reprodução social da comunidade, constata-se que a reprodução da força de trabalho ocorre com dificuldades, praticamente não havendo renovação dos grupos. Como a determinação do IBAMA é restringir, ao máximo, a ação humana no Parque, o fluxo de pessoas que antigamente se integraram à pesca praticamente não ocorre mais, como, por exemplo, é o caso dos agricultores locais que trabalham como diaristas no plantio da cebola e que foram se incorporando aos grupos de pesca através do sistema de terças, adquirindo posteriormente seus pontos e redes, ou dos pescadores de outras regiões, que acabaram permanecendo e constituindo famílias.

Enquanto anteriormente os pescadores mais antigos aprendiam com os pais, atualmente os filhos dos pescadores, que ainda são menores de idade, não acompanham os pais nas pescarias com a frequência esperada, devido ao Estatuto do Menor e do Adolescente. Outro aspecto importante é a escola. Como os pescadores têm um futuro incerto, querem proporcionar a seus filhos um grau de escolaridade mínima para que consigam empregos nas cidades. A impossibilidade de haver qualquer infra-estrutura dentro do Parque e o plano de remover os pescadores que lá habitam, não permite, por exemplo, a existência de escolas nas localidades. Segundo os relatos dos pescadores, no Lagamarzinho havia uma escola, possibilitando que as crianças conciliassem os estudos com a atividade pesqueira. Atualmente, as escolas mais próximas localizam-se na vila do Farol e em Tavares, exigindo um deslocamento diário.

A escola, em si, praticamente inviabiliza a participação de crianças na pesca no ciclo do inverno. Já em relação ao ciclo do verão, a dificuldade se dá mais quanto à distância da escola em relação à lagoa e às vilas de pescadores, pois boa parte deste período de pesca coincide com as férias escolares. Desta forma, muitos filhos dos pescadores desvinculam-se do meio dos pais e, futuramente, ao ingressarem na vida adulta, buscam outras atividades, muitas vezes migrando para outras regiões, onde trabalham como motoristas de caminhão, como operários em empresas, ou na construção civil.

6.2. A safra do camarão-rosa: fiscalização da pesca X “mas é a natureza quem manda”

Os pescadores apresentam uma noção de tempo que divide o ano nos ciclos do inverno e do verão, conforme já foi visto. No entanto, essa divisão não tem um caráter de oposição, mas de complementaridade. Além disso, não é rígido, no sentido de que o pescador somente pesca no mar durante o inverno e, somente na lagoa, durante o verão. Em uma situação de entre-safras, por exemplo, ou de uma safra negativa, o pescado do mar complementa o da lagoa e vice-versa, assim o pescador pode, em momentos críticos, atuar em ambos os locais como alternativa de subsistência.

O IBAMA, entretanto, fiscaliza e normatiza a pesca dentro do Parque e, desta forma, intervém na atividade pesqueira. Permite, então, esta prática, no Parque, somente aos pescadores cadastrados, desde que em determinadas áreas consideradas liberadas para pesca.

Além das dificuldades de fiscalização na costa oceânica do Parque, onde a pesca predatória é realizada intensivamente pelos barcos pesqueiros - que pescam toneladas de peixe livremente - é na lagoa que ocorrem os maiores conflitos em relação à fiscalização.

As normas impostas pelo IBAMA, que estabelece as datas de abertura das temporadas de pesca, fazem com que os ciclos acabem se tornando mais rígidos, ocorrendo situações como, por exemplo, ao término da safra do camarão sete-barbas, o pescador seja impedido de pescar o camarão-rosa na lagoa, porque sua temporada ainda não foi aberta.

No verão de 2000, uma bióloga da FURG⁴¹ ao realizar uma pesquisa de medição do tamanho médio do camarão na lagoa, analisava as possibilidades de serem pescados. A pesca na lagoa foi controlada da seguinte forma: a lagoa foi dividida em oito zonas, sendo que cada zona seria liberada se houvesse uma quantidade considerada suficiente de camarões do tamanho considerado admissível, segundo as medidas e percentuais estabelecidas em conjunto com o IBAMA. Era preciso que a amostragem atingisse de 70% a 80% de camarões com, no mínimo, 9 centímetros. Alguns pescadores ajudaram na pesquisa, capturando o crustáceo, além de acompanharem todo o processo de análise após a pesca, que consistia na medição e cálculo do percentual mínimo de camarões considerados em condições de serem pescados.

⁴¹ Fundação Universidade de Rio Grande

Passado o ciclo do verão, boa parte da safra do camarão-rosa de 2000, foi perdida em decorrência da estiagem que assolou a região. Por outro lado, as outras áreas da lagoa não foram liberadas porque o camarão ainda não estava do tamanho considerado indicado para a liberação. No entanto, os pescadores protestam, considerando que o percentual mínimo, encontrado na lagoa, para o tamanho que o IBAMA estabelece para o camarão não condiz com a realidade do camarão que é pescado. Desta forma, vários pescadores se deslocaram para a Lagoa dos Patos com o objetivo de salvar a safra. A grande crítica dos pescadores a esse respeito é de que o camarão “morreu igual”, tendo em vista que a lagoa ficou seca e o camarão, que apresentava um tamanho inferior ao tamanho mínimo estabelecido, ainda tinha valor comercial, mas não pôde ser pescado, como desabafa Jorge:

Quando nós pudemo trabalhá o IBAMA não deixa nós trabalhá. Que nem a lagoa ali, o negócio é... claro que eles não tem culpa de secá, né, mas é a natureza que manda, aí o que acontece, quando tem um peixe que dá prá tu aproveitá, eles ficam em cima de ti até secá a água e tu não podê pegá, né. Que nem aconteceu desse ano, a gente foi andá na lagoa, eu e o outro cara ali e chegamo a vê um palmo de camarão rosa morto ali, na lagoa, assim; aí é brabo, e eles não deixá tu aproveitá aquilo ali, né cara. É um dinheiro que podia tá passando mais folgado, não tá tão apertado, oferecê uma coisa melhor pros filho, né. (Jorge)

Essa situação coloca em evidência, primeiramente, a questão do saber técnico-científico que não leva em conta o saber local e a efemeridade da natureza e, por outro lado, demonstra certa inflexibilidade por parte da política de proteção de Parques Nacionais nas relações com os pescadores, ao ignorar os imponderáveis da vida social.

Outro aspecto negativo, são as críticas ao IBAMA por não respeitar os pescadores cadastrados no caso da fiscalização, tratando a situação como caso de polícia. Um exemplo disso foi a apreensão das redes de dois pescadores que estavam pescando em uma área que ainda não havia sido liberada.

No verão de 2000, a pesca foi permitida em uma área da lagoa de cada vez. Conseqüentemente, os pescadores ficaram concentrados em apenas uma área, impedidos de disporem de toda a extensão da lagoa, como outrora, o que acarretou inúmeras dificuldades à pesca, pois não havia espaço para todos, levando alguns a pescarem nas áreas não liberadas. Esta situação, somada à estiagem, resultou em uma safra considerada negativa para os pescadores, enquanto que os “coqueiros” se espalharam pelas zonas que não haviam sido liberadas, obtendo rendimentos maiores.

Durante este período, observou-se de um barraco, à noite, “coqueiros” pescando na lagoa. Na noite escura vêem-se apenas as luzes dos lampiões. No entanto, as redes “aviãozinho”, com os lampiões, ficam paradas, do jeito que foram deixadas ao entardecer; enquanto que, no meio da noite, o movimento de luzes entre todas as outras, imóveis, delatam o “coqueiro”. Também é possível que tais luzes sejam as lanternas dos fiscais do IBAMA, que as vezes aparecem de surpresa para fiscalizar a pesca.

Durante uma das noites na lagoa obteve-se a informação de que o IBAMA havia apreendido algumas redes de “coca”. Mesmo assim, os pescadores criticaram os fiscais, que não seriam discretos o suficiente ao aparecerem na lagoa, permitindo a fuga dos “coqueiros”. Estes monitoram a ação do IBAMA, cuja estrutura precária e o conjunto de penas três funcionários para fiscalizar todo o Parque, inviabiliza o controle eficaz da área de proteção, resultando em uma ação que acaba incidindo sobre os pescadores cadastrados, que são localizados com facilidade.

Os pescadores não denunciam os “coqueiros” porque “todos se conhecem”, conforme coloca Vita:

A maioria dos coqueiro que pesca aí é tudo conhecido. A gente conhece todos eles. Nós conhecemo eles como a palma da mão e eles conhece nós. Então, qualquer coisa que a gente vai fazer contra, depois vem o arrependimento, aí nós não temo como combatê. (Vita)

Os “coqueiros” também levam vantagem com a pesca predatória porque não cumprem as normas de abertura da temporada. O IBAMA libera a pesca do camarão rosa a partir do final de janeiro, enquanto que os “coqueiros” pescam já em dezembro, como esclarece Vita:

A pesca na lagoa, até que num ponto ela tá indo bem. A coisa que tá faltando mais ali é fiscalização. O problema todo é o coqueiro, o camarão roubado e a pesca liberada muito tarde, que a pesca tinha que sê liberada em dezembro Antes de vir o IBAMA, antes de ter esse problema do Parque nós pescava camarão sempre em dezembro. No começo de dezembro nós já tava pescando. Porque o camarão da lagoa, ele só é graúdo na saída. Todos os anos que abria a pesca na lagoa, ele só é graúdo na saída, depois ele vai ficando miúdo e não melhora mais. Então, o camarão só é na arrancada, depois ele fica miúdo. (Vita)

A fala de Vita demonstra que, em certa medida, há um entendimento, de boa parte dos pescadores, de que a fiscalização é necessária, pois as ações do IBAMA visam a preservação do ecossistema da Lagoa do Peixe, sem o qual não seria possível a

atividade pesqueira. No entanto, questionam a forma como é executada a fiscalização, que tem incidido sobre os pescadores cadastrados e se mostra pouco eficaz em relação aos “coqueiros”, ou mesmo em relação às embarcações, que não respeitam a distância mínima estabelecida para com a beira da costa.

Por meio de várias reuniões entre pescadores e funcionários do IBAMA, este quadro caótico, para os pescadores, se alterou, em parte, nos verões de 2001 e 2002, sendo a liberação, por zonas, modificada, permitindo a liberação de toda a área quando se encontrasse o percentual de camarões do tamanho esperado.

Constata-se, portanto, a existência de um contexto de conflito, relativo à forma de intervenção no trabalho destes pescadores por parte do IBAMA, centrada na fiscalização da atividade pesqueira e no plano de manejo do Parque. Entretanto, em contraposição à política de preservação colocada em prática, os pescadores discutem e buscam uma maior articulação política para defender os interesses da sua comunidade de trabalho.

É importante colocar que, embora as relações de conflito entre pescadores e IBAMA sejam freqüentes, também se observa, nessas relações, a possibilidade de um entendimento progressivo, em decorrência dos esforços de mudança na posição de intransigência por parte do IBAMA para com os pescadores, e de uma maior participação política dos pescadores, reivindicando seus direitos de forma mais organizada. Esta situação remete aos estudos de Simmel (1983), que pressupõe que o conflito, ao mesmo tempo em que se constitui em uma forma de desacordo é também um elemento fundamental à “sociação”. Neste sentido o conceito de “sociação” é visto em referência aos processos aos quais a sociedade se constitui e se atualiza.

Assim, observa-se que as tentativas de “unidade” entre os pescadores e o abrandamento das relações conflituosas entre pescadores e IBAMA sugerem um progressivo entendimento, embora o conflito permaneça.

Por exemplo, após a crise gerada pelo sistema de liberações da pesca da lagoa, decidiu-se que, nas próximas safras, o percentual de camarões com tamanho mínimo permitido para a liberação seria menor.

A questão da “unidade”, passa pelos conflitos entre as comunidades da Barra e do Talha-mar/Lagamarzinho/Farol. Neste sentido, observou-se, na safra do camarão rosa, ocorrida em 2001, um acordo inédito entre as duas comunidades pesqueiras, que decidiram parar de pescar, durante uma semana, para que o camarão, que estava “miúdo”, adquirisse, neste tempo, um tamanho maior. O acordo foi intermediado pelos

dois compradores principais e, embora não tivesse sido constatado um aumento no tamanho do camarão ao final do prazo estabelecido, foi cumprido por todos os pescadores, demonstrando a superação de alguns impasses entre as duas comunidades, visando ações em conjunto.

Na contraposição entre o IBAMA e os pescadores locais, embora de posições definidas, cada qual com sua visão e com limites bem demarcados, - onde, evidentemente, os pescadores se encontram em desvantagem - interagem idéias e discursos, muitas vezes possibilitando uma certa flexibilidade nas medidas tomadas por ambas as partes, tendo em vista a necessidade de uma mediação visando a resolução parcial de conflitos.

Mais do que isto, em termos de discurso, constata-se a circularidade de idéias⁴², de um diálogo entre estas perspectivas. A questão da circularidade é vista no sentido impresso por Ginzburg (1987), que analisa as relações entre a cultura popular e a cultura imposta pelas classes dominantes, se direcionado a uma relação de tensão entre o popular e o erudito. É interessante ver como Ginzburg trata das idéias de Menocchio, um simples camponês da Idade Média que, no entanto, estava em contato com as idéias do seu tempo, apresentando interpretações próprias que dialogavam com concepções científicas atuais.

É neste sentido que a circularidade de idéias se dá, por exemplo, na afirmação de Cigano, considerando sua relação com a natureza. Referindo-se às aves que comiam caranguejos mortos e restos de camarão que os pescadores jogavam na lagoa após uma jornada de pesca:

Aqui a gente cuida dos bicho. Tá vendo só, os pássaro tudo se alimenta com a gente. (Cigano)

Uma possibilidade interessante a este respeito seria imaginar como os pescadores desencadeiam nichos de alimentação para algumas aves locais, configurando-se um outro aspecto da relação de interação com o ecossistema local.

A consideração de Jorge sobre o conceito de “depredar”, e sua relação com a comunidade e os barcos que passam na costa, também é bastante elucidativa:

⁴² Ginzburg (1987:24) utiliza o conceito de circularidade proposto por Mikhail Bakhtin (1987), de uma influência recíproca entre a cultura das classes subalternas e a cultura das classes dominantes.

A gente depedra a natureza, mas aqui a gente depedra pouco. E esses barco aí depedra muito mais que nós, eles tão acabando com o peixe e o IBAMA não faz nada. (Jorge)

Semelhantes considerações foram observadas em relação ao lixo, apresentando um certo domínio do discurso moderno sobre a natureza, demonstrando como, no campo subjetivo, este discurso dialoga com as percepções dos pescadores.

Da mesma forma, entre os fiscais e pesquisadores do IBAMA, a utilização de nomes dados pelos pescadores para algumas espécies animais da região, como no caso do camarão “sete-barbas”. Este camarão pertence à uma espécie diferente daquele conhecido por sete-barbas, porém sua denominação se tornou comum entre os pesquisadores e fiscais de acordo com o nome dado pelos pescadores.

Neste sentido, Ginzburg (1987) trabalha com um conceito de cultura que privilegia o ator social. Este ocupa um lugar central em sua análise, pois se movimenta em um universo plural de “culturas”, que trata das idéias e crenças que circulam e são utilizadas pelas pessoas.

Aos olhos dos conterrâneos, Menocchio era um homem, ao menos em parte, diferente dos outros. Mas esta singularidade tinha limites bem precisos: da cultura do próprio tempo e da própria classe não se sai a não ser para entrar no delírio e na ausência de comunicação. Assim como a língua, a cultura oferece ao indivíduo um horizonte de possibilidades latentes – uma jaula flexível e invisível dentro da qual se exercita a liberdade condicionada de cada um. Com rara clareza e lucidez, Menocchio articulou a linguagem que estava historicamente à sua disposição (Ginsburg :1987:27).

Este autor procura o conflito de idéias e valores criados no contexto de tensão dessas idéias. É neste mesmo sentido que o contexto "político", juntamente com a especificidade de uma política nacional de controle e fiscalização, se relaciona a esta comunidade de pescadores, que apresenta uma trajetória singular, constituindo sua identidade sobretudo a partir do valor-trabalho tradicional.

Além desta relação direta, referente à política de Parques Nacionais, a noção moderna de preservar, ligada ao movimento ecológico, apresenta também uma perspectiva que propõe uma ótica que contempla a questão da tradição. Assim, tradição e mudança se evidenciam em alguns povos tradicionais, que começaram a reorganizar seu modo de vida e lutar por seus direitos, através de alianças com ONGS nacionais e internacionais, assim como com movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi demonstrado ao longo deste trabalho, observa-se que a relação dos pescadores com a natureza pode ser observada pelos ritmos de tempo e pela estética de ocupação do espaço, dadas a partir de sua relação com o trabalho e inserção com o meio ambiente, recriadas nas relações sociais.

Percebe-se como, historicamente, se implantou a política de Parques Nacionais e o conceito moderno de natureza, destacando-se a forma como interagem diferentes visões acerca da natureza, em determinados contextos, e os conflitos que essa “transposição dos espaços vazios” causa em relação à comunidade de pescadores.

A questão do conflito é tratada, em termos mais abrangentes, na relação de uma política global sobre o meio ambiente que, em última análise, faz parte de processos civilizatórios da sociedade moderna complexo-contemporânea. Tais processos tem avançado durante as últimas décadas na região, como se pode constatar, por exemplo, no que se refere a escolarização dos filhos dos pescadores e a tentativa de controlar o trabalho infantil, assim como as relações de mercado, que se dão através da comercialização do pescado, e os inserem numa realidade de mercado econômico mais global.

Em relação à ação específica do Estado, representado, na região, pelo IBAMA, demonstra-se que a interação com os pescadores se dá no sentido do exercício de um determinado controle e regulação da atividade pesqueira, incidindo diretamente na vida social do grupo. Além disso, a legitimidade e o que poderíamos considerar como sendo trabalho tradicional ou não para os pescadores, acaba sendo determinada, em parte, pelo IBAMA, que classifica como predatórias ou não as atividades de exploração dos recursos naturais, do qual depende a atividade pesqueira, o que implica mudanças introduzidas pelo ideário de modernidade e a indústria da pesca.

Trata-se, portanto, de uma discussão sobre a tensão entre noções de modernidade e tradição, observando-se a existência um processo global, complexo e dinâmico. Leva-se em conta as interações existentes na dinâmica da vida cotidiana e não uma oposição pura e simples, marcada pela dualidade dos valores sociais. Neste sentido, considera-se a teoria da hierarquia, de Louis Dumont (1985), que oferece a perspectiva do “englobamento dos contrários”, como apropriada para o entendimento de tais relações de forma dialética e tensional. Neste sentido, leva-se em conta que este grupo faz parte da sociedade moderna complexo-contemporânea, ao mesmo tempo em

que apresenta um caráter singular, de uma cultura específica, de acordo com seu modo de vida. Neste aspecto, observa-se uma série de contradições e conflitos nas interações e relações entre cultura global e diversidade cultural.

A problemática socioambiental vista aqui, remete às relações entre globalização e diversidade cultural, no sentido de que a preservação de ecossistemas, como o do Parque Nacional da Lagoa do Peixe, está inserido em um contexto de conservacionismo, que é internacional, e que apresenta desdobramentos em relação a uma comunidade de pescadores que habita a área de proteção. A imposição desta ótica sobre a natureza, em detrimento das populações tradicionais, faz parte de uma concepção que separa o homem da natureza e se choca, como neste caso, com os interesses dos pescadores, que vivem integrados a um meio ambiente específico.

Neste contexto, observou-se a relação tensa entre valores que situam o grupo numa condição socio-econômica lucrativa, por um lado, e sua relação hierárquica entre modernidade e tradição, por outro; distinguindo, num nível, uma lógica capitalista, de mercado e, em um outro nível, uma lógica de reciprocidade. Isto implica que a oposição, ou relação hierárquica, diz respeito ao estabelecimento de um paralelo entre duas visões: a de preservação e a da continuidade de uma forma de vida nos moldes tradicionais de viver (que se constitui em uma lógica de preservação junto à comunidade pesquisada).

Esta perspectiva leva a pensar em como o ideário da modernidade penetra na vida social tradicional, sendo apropriado localmente e constituindo-se, portanto, em um processo de interação e negociação constantes.

A força interpretativa dos entrevistados destas condições foi levada em conta, privilegiando o contexto de ação e práticas cotidianas. Apoiou-se igualmente na teoria das representações da escola francesa – articulando o campo prático com o simbólico, destacando as experiências conflituosas no cotidiano de trabalho dos pescadores, numa perspectiva processual, sendo o conflito visto como algo naturalizado pelos pescadores como intrínseco às relações intra e extra grupais ao mesmo tempo em que contempla injunções de mudança.

No entanto, convém ressaltar que, embora tenha sido demonstrado como há um constante processo de interação, em que circulam idéias, sendo que os pescadores apropriam-se do discurso da modernidade de acordo com suas estratégias, por outro lado, o plano de manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe e a intensificação das medidas que visam a não-reprodução social do grupo, constituem-se em um processo

que vai além da capacidade de adaptação do grupo, podendo levar a uma ruptura definitiva em relação à sua ambiência de trabalho.

Partindo do acompanhamento do cotidiano de trabalho dos pescadores, observou-se as relações de sociabilidade e reciprocidade, de acordo com os ritmos da vida social. Tais ritmos se dão a partir do trabalho e das relações com a natureza, recriadas nas relações sociais, onde o caráter intinerante do grupo é observado nos deslocamentos no tempo e espaço.

Os pescadores, em suas práticas cotidianas, vivem da pesca, definindo o tempo de acordo com as principais safras de peixes e camarão, portanto, com o tempo ecológico, dividido nos ciclos de inverno e verão. Mas o tempo também relaciona-se com as condições de mercado, com o interesse dos compradores, sendo determinado por questões econômicas e políticas.

A atividade pesqueira caracteriza-se por sua sazonalidade, pela dependência da natureza, o que implica pouco controle do pescador sobre os fenômenos da natureza no que tange ao tempo da pesca, aos ventos, as chuvas e a correnteza das águas. A relevância das condições da natureza que atuam na atividade pesqueira e que constituem o espaço litorâneo, mesmo que não sejam completamente determinantes, formam um conjunto de processos que influenciam as relações entre homem e natureza, particularizando as formas de apropriação humana.

Neste sentido, se procurou levar em conta a relação com a natureza, com base no saber tradicional do grupo, destacando-se as representações sobre o meio em que vivem, observados na referência às condições para realização da pesca, como o saber sobre os ventos e o mar.

Outro aspecto a ressaltar, refere-se aos meios de trabalho, que definem o pescador como pequeno produtor, baseado no saber-fazer, que é interpretado como detendo valores da tradição e experiências passados geracionalmente. O saber-fazer ordena ideologicamente o processo de trabalho, definindo espaços sociais e de gênero, constituindo-se em um elemento-chave dos sistemas simbólicos que conformam a identidade social dos pescadores.

As diferenciações que podem ser estabelecidas na relação de trabalho entre os proprietários ou donos dos meios de produção e os não-proprietários, que “entram com o corpo” como força de trabalho, são absorvidas pelas relações de cooperação e camaradagem, caracterizando relações horizontais entre os pescadores, diferentemente

das relações com o comprador, que é verticalizada e reflete uma dominação política e econômica.

Ao tratar da identidade de pequeno produtor, se observa que os pescadores apresentam um ideário de “liberdade”, opondo-se à “obrigação”, que remete novamente à questão da dependência da natureza no trabalho e também a reprodução social dos pescadores. A “liberdade” diz respeito ao ritmo da natureza, apropriado pelo pescador, decorrente de uma noção de temporalidade peculiarmente vivida e representada na atividade pesqueira. Também apresenta-se como uma recusa, embora relativa e ilusória, em relação ao tempo e às relações predominantemente capitalistas, por exemplo, referentes à disciplina do tempo fabril, observada na pesca industrial ou mesmo em empresas no meio urbano, para onde alguns pescadores se aventuraram em períodos de estagnação da pesca, como também para onde eventualmente migram filhos de pescadores e agricultores locais, ocasionada pela falta de perspectivas do contexto local.

A questão do Parque Nacional remete à questão fundiária brasileira e à forma de ocupação territorial de diferentes grupos sociais ao qual se depara o Estado. A divisão entre terras “públicas” e “privadas”, implica em uma disputa territorial com os povos tradicionais que apresentam regimes de propriedade comum.

Em relação ao meio aquático, observa-se que, diferentemente do espaço terrestre, onde há propriedade privada, no mar predomina a indivisibilidade. Contudo, este meio apresenta uma série de fronteiras e demarcações para os pescadores, que dele se utilizam para sua sobrevivência. A indefinição e os equívocos das políticas de controle ambiental por parte do Estado, ao mesmo tempo em que enfrenta impasses relativos à questão fundiária, praticamente inexistente no meio marinho. Neste sentido, as críticas dos pescadores dizem respeito à atuação e fiscalização sobre o grupo, enquanto os barcos que vem de fora pescam livremente.

A questão da identidade da comunidade de trabalho e como se organiza a vida social dos pescadores pode ser considerada a partir de três temas principais, de forma análoga à questão da construção da identidade social, trabalhada por Dias Duarte (In: Leite Lopes, 1987), em seus estudos sobre os pescadores do bairro de Jurujuba- Niterói (Duarte, 1978), levando em conta que, naquele caso, conforme coloca o autor, três aspectos fundamentais presidem a constituição da identidade social daqueles pescadores: os temas da “tradição”, da “segregação” e da “decadência”.

Apoiando-se neste autor temos a “segregação”, que diz respeito ao isolamento geográfico da comunidade, aqui tratado em relação ao Parque Nacional da Lagoa do

Peixe, onde os pescadores vivem em vilas isoladas por vários quilômetros de área de proteção ambiental.

Em inúmeras situações, tanto as falas dos pescadores, como boa parte das fotografias, refletem este sentimento de relativo isolamento. O lugar é apresentado, nas palavras de alguns pescadores, como “aqui no deserto” ou “um deserto brabo”. Quem conhece um deserto sabe a riqueza de formas de vida que ali existem, embora não sejam evidentes. A relação com a paisagem que esta representação nos trás, encontra paralelo ao mar em termos de grandes extensões planas, aparentemente “vazias”, onde se enxerga a linha do horizonte, embora o meio aquático seja justamente o oposto ao deserto, no sentido em que naquele meio há vida e fartura, representando a fonte da sobrevivência. A “segregação” se apresenta no sentido de marginalização, em decorrência da política de gestão ambiental. Também traduz-se na impossibilidade de crescimento das vilas e como um local esquecido pelos serviços públicos (sem água encanada, luz elétrica, etc..).

“Tradição”, refere-se às praticas tradicionais, girando em torno da atividade pesqueira, passadas, na maior parte dos casos, geracionalmente. Este tema associa-se ao tema da decadência, no sentido em que este acentua certos aspectos de impedimento da reprodução social. Também apresenta a idéia de morte da comunidade, no sentido de um passado de fartura e vida social intensa, frente a um presente mais suscetível a transformações.

O tema da “decadência”, nos remete à questão do trabalho, no sentido de sua reprodução social ameaçada.

Um último aspecto a considerar, refere-se à limiaridade que caracteriza o grupo, que apresenta uma “passagem”, ou transição, entre agricultores, ou pescadores-agricultores, e pescadores, caracterizando fronteiras muitas vezes tênues, como é a fronteira entre o mar e a terra, representada pela praia, e que caracteriza a vida anfíbia que levam os pescadores. É nesta fronteira tênue, de situação de limiaridade, que se constitui a identidade social do grupo, que apresenta estratégias de legitimação e afirmação de suas práticas tradicionais frente a processos de injunções de mudança.

BIBLIOGRAFIA

ADAMS, Cristina. **As populações caiçaras e o mito do bom selvagem: a necessidade de uma nova abordagem interdisciplinar**. REVISTA DE ANTROPOLOGIA, v. 43, n. 2, São Paulo, AP, 2000.

BAKHTIN, Michail. **A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento**. São Paulo, Hucitec, 1987.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. In: POUTIGNAT, P. & STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Rio de Janeiro, Ed. Unesp, 1998.

BERGER, Peter. L. **A construção social da realidade**. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1985.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e etnia. Construção da pessoa e resistência cultural**. São Paulo, Brasiliense, 1996.

BRITTO, Rosyan Campos de Caldas. **Modernidade e tradição: Construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo –RJ**. Niterói, Editora UFF, 1999.

CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo, Ed.34, 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **O motivo edênico no imaginário social brasileiro**. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, V. 13, n.38, 1998, p. 63-79.

CARVALHO, Isabel. C. M In: Noal, F. Reigota, M., Barcelos, V. (Orgs.) **Tendências da educação ambiental brasileira**. Sta Cruz do Sul, EDUNISC, 1998.

_____. **Los sentidos de lo “ambiental”: la contribución de la hermenéutica a la pedagogía de la complejidad**. LEFT, Siglo Veintiuno Editores, PNUMA/UNAM/México, 2000.

CHEVALIER, Sophie. **Uma sociedade em mudança. Antropologia de uma transição na Bulgária**. HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS. UFRGS/IFCH/PPGAS, Ano 7 N15, Porto Alegre, 2001.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru-SP, EDUSC, 1999.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à Antropologia Social**. Rio de Janeiro, Rocco, 1987.

DIEGUES, Antonio Carlos, NOGARA, P. **O nosso lugar virou parque: estudo sócio-ambiental do Saco de Mamanguá-Parati- Rio de Janeiro**. São Paulo: NUPAB-USP, 1994.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **Povos e Mares: leituras em sócio-antropologia marítima**. São Paulo, NUPAUB-USP, 1995.

_____. **O Mito da Natureza Intocada**. São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. (Org.) **A Imagem Das Águas**. São Paulo, NUPAUB-USP, 2000.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. **Da vida nervosa nas classes trabalhadoras urbanas**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988

_____. **As redes do suor**. Niterói, Editora UFF, 1978.

DUMONT, Louis. **O individualismo, uma perspectiva antropológica da ideologia moderna**. Rio de Janeiro, Rocco, 1985.

_____. **Homo hieraechicus**. O sistema de castas e suas implicações. São Paulo, EDUSP, 1992.

ECKERT, Cornelia. **Os homens da mina: um estudo das condições de vida e representações dos mineiros de carvão em Charqueadas/RS**. Dissertação de mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre, UFRGS, 1985.

_____. **Ritmos e ressonâncias da duração de uma comunidade de trabalho: mineiros do carvão (La Grand-Combe, França)**. CADERNOS DE ANTROPOLOGIA. Memória e Identidade. UFRGS; PPGAS, N.11, 1993.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro, RJ, Jorge Zahar, 1998.

ETNOGRÁFICA. Revista Semestral de Antropologia do Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE). Vol. III, n.2, Lisboa, Portugal, Ed. Celta, 1999.

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer**. São Paulo, Perspectiva, 1993.

FELDMAN-BIANCO, Bela. (Org.) **A antropologia das sociedades contemporâneas – métodos**. São Paulo, Global, 1987.

FIRTH, Raymond. **Nós os Tikopias: Um Estudo Sociológico do Parentesco na Polinésia Primitiva**. São Paulo, Edusp, 1998.

FNMA-FURG-IBAMA-NEMA-UFPEL. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Lagoa do Peixe – Fase 2**. Serviço Público Federal, Ministério da Educação e do Desporto, Fundação Universidade do Rio Grande, 1999.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, LTC, 1999a.

_____. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, Ed. Vozes, 1999b.

GIMÉNEZ, Gilberto. **Território y cultura**. *Estudios sobre las culturas contemporâneas*, Época II/Vol. II, N.4, 1996, pp.9-30.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

GLUCKMAN, M. **Local-level politics: social and cultural perspectives**. Oxford, Basil Blackwell, 1971.

GODELIER, Maurice. **Partes mortas, idéias vivas do pensamento de Marx sobre sociedades primitivas, marxismo e evolucionismo**. In: CARVALHO, E. A. (Org.) *Antropologia econômica*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas LTDA., 1978.

HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS. **Antropologia visual**. UFRGS, PPGAS, N.2, Porto Alegre, 1995.

HALBWACHS, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo, Vértice, 1990.

LANDÉ, Carl. H. Introduction. **The dyatic basis of clientelism**. In: SCHIMIDT, S. W. et alii. *Friends, followers and factions: a reade in political clientelism*. Berkeley, Univ. of California Press, 1977.

- LANNA, Marcos. P. D. **A dívida divina: troca e patronagem no nordeste brasileiro**. Campinas, São Paulo, Unicamp, 1995.
- LEACH, Edmund. R. **Sistemas políticos da alta Birmânia**. São Paulo, Edusp, 1995.
- LEMOS, A I. G. (Org.). **Turismo. Impactos socioambientais**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1996.
- LEROI-GOURHAN, Andre. **O gesto e a palavra**. Lisboa, Ed. 70, 1965.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 1976.
- _____. **L'identité**. Paris, Grasset et Fasquelle, 1977.
- _____. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1996.
- _____. **O pensamento selvagem**. Campinas, São Paulo, Papyrus Editora, 1997.
- LIMA, D. A. **As relações sociais de produção dos pescadores do canto do mangue**. Dissertação de mestrado em geografia – Florianópolis, UFSC, 1995.
- LIMA, Roberto Kant de. **Pescadores de Itaipu: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói, EUFF, 1996.
- LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**. Trabalho apresentado no Simpósio “Natureza e Sociedade: Desafios Epistemológicos e Metodológicos para a Antropologia”, na 23ª Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, RS, 19 de junho de 2002.
- LOBO, Andréa de Souza. **Unidades de conservação e educação ambiental: a natureza enquanto espaço de formação de subjetividades**. In: TEIXEIRA, Carla Costa (org) *Em busca da experiência mundana e seus significados. Georg Simmel, Alfred Schutz e a Antropologia*. Rio de Janeiro, Relume Dumara, 2000. p 35 a 64.
- LOPES, José Sérgio Leite. **O vapor do diabo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. (Org) **Cultura e identidade operária**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1987.
- MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar**. São Paulo, Ática, 1986.
- _____. **Mestres & mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo, Annablume editora, 1994.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico Ocidental**. São Paulo, Abril Cultural, Pensadores, Atica, 1976.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. Vol. II, São Paulo, EDUSP, 1974.
- _____. **Ensaio de sociologia**. São Paulo, perspectiva, 1981.
- MITJAVILA, Miriam. **Identidad social y comunidad: Notas acerca de las conexiones entre ambos conceptos**. *Cuadernos del CLAEH*, n. 69. Montevideo, 2ª Série, Ano 19, 1994/1.67-77p.
- MURRIETA, Rui Sérgio S. **A mística do Pirarucu: pesca, ethos e paisagem em comunidades rurais do baixo amazonas**. HORIZONTES ANTROPOLÓGICOS. UFRGS/IFCH/PPGAS, ano 7, n 16, Porto Alegre, 2001.

MUSSOLINI, Gioconda. **Ensaio sobre antropologia indígena e caiçara**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

NASCIMENTO, I. L. S. **As aves do parque Nacional da Lagoa do Peixe**. ECOS – Revista Quadrimestral de Saneamento Ambiental N.4 Ano 2 Maio 95.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Identidade e estrutura social**. SÉRIE ANTROPOLÓGICA, Depto de Ciências Sociais, n. 21, Brasília, 1978.

_____. **Tempo e tradição: interpretando a antropologia**. SÉRIE ANTROPOLÓGICA. Depto de Ciências Sociais, n. 41, Brasília, 1984.

PASCUAL, José (Org.) **Proceso de apropiación y gestión de recursos comunales**. Sta Cruz de Tenerife, ASOCIACIÓN CANÁRIA DE ANTROPOLOGIA, VI CONGRESO DE ANTROPOLOGIA, 1993, 203pp.

QUEIROZ, Maria Isaura de Pereira. **O campesinato brasileiro**. Petrópolis, ed. Vozes, 1972.

ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. **Nas trilhas de uma bioetnodiversidade: a questão do olhar do outro e seus desdobramentos na construção dialógica das ciências ambientais**. Instituto Antropos, Porto Alegre, 2000.

RODRIGUES JR, G. **A atividade pesqueira no estuário da lagoa dos Patos, sua organização e transformação** (nota prévia-mimeo). Rio Grande, 1988.

RODRIGUES JR, G., ORLANDO, A. M. & RUANO DA SILVA, J. C. **Evolução da atividade pesqueira na região estuarina da lagoa dos Patos – Projeto Lagoa dos patos –CIRM**, s/d.

SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972.

SCHADEN, Egon. **Homem, cultura e sociedade no Brasil**. Petrópolis, RJ, Vozes, 1972.

SCHAMON, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

SILVEIRA, Flávio. L. Abreu da. **Para além das fronteiras: conservacionismo e ecologização do mundo, o Parque Nacional da Lagoa do Peixe como uma questão transnacional**. Instituto Antropos, Porto Alegre, 2000a.

_____. **Qual é o lugar do homem na educação ambiental?** Instituto Antropos, Porto Alegre, 2000b.

SILVERMAN, Sydel F. **Patronage and community-nation. Relationship in Central Italy**. In: SCHIMIDT, S. W. et alii. *Friends, followers and factions: a reader in political clientelism*. Bekerley, Univ. of California Press, 1977.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo, Ática, 1983.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo, Cia das letras, 1988.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e Cultura: Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1999.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**. São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

WOLF, Eric. R. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976.

WOORTMANN, Ellen. **O trabalho da terra: a lógica simbólica da lavoura camponesa.** Brasília, Editora UNB, 1997.

_____. **Herdeiros, parentes e compadres. Colonos do sul e sitiante do nordeste.** São Paulo - Brasília, Hucitec – Edund, 1995.

ZARUR, George de Cerqueira Leite. **Pescadores do Golfo do México: racionalidade econômica e sistema social.** Série Antropologia Social: 14. Brasília, 1975.